

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS ESTADOS  
NACIONAIS

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
AO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA  
COMO PARTE DAS EXIGÊNCIAS PARA A  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
ECONOMIA

Salvador  
2003

As causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens, nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época de que se trata.

Friedrich Engels

## **AGRADECIMENTOS**

À Conceição, companheira de todas as horas, que com sua cobrança sistemática e afetuosa tornou prioritária a conclusão desse trabalho.

À minha Mãe, Malú, Diego, e Ricardinho, pela cobrança passiva, mais não menos eficiente, que me impediu de desanimar.

Ao amigo Prof. Doutor Paulo Balanco, meu orientador, pela consistência e rigor teórico, pela paciência na superação dos obstáculos e no longo caminho percorrido até aqui.

## ÍNDICE GERAL

<b>Resumo</b> .....	I
<b>Abstract</b> .....	II
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I</b>	
<b>Estado e reprodução do capital: uma abordagem teórica</b> .....	14
A concepção de Estado .....	14
O Estado e o Capital .....	21
<b>Capítulo II</b>	
<b>Estado e desenvolvimento do capitalismo</b> .....	33
A acumulação primitiva .....	33
O capitalismo concorrencial .....	41
O capitalismo monopolista do final do século XIX:	
à crise dos anos 20 e 30 .....	49
O capitalismo monopolista: do pós-guerra ao final da década de 70 .....	69
<b>Capítulo III</b>	
<b>O Estado e a globalização do capital</b> .....	82
O esgotamento do modelo de acumulação do pós-guerra .....	82
O novo modelo de acumulação: a globalização do capital .....	87
A globalização do capital e os Estados nacionais .....	97
Conclusões acerca da globalização do capital e os Estados Nacionais .....	109
<b>Bibliografia</b> .....	114

## RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem das relações entre o Estado e o processo histórico de acumulação do capital. São analisadas as diferentes fases do desenvolvimento capitalista e identificadas as relações específicas e as articulações mútuas existentes entre o Estado e a reprodução do capital. A definição da concepção de Estado a ser empregada é o passo inicial da abordagem. Esse marco teórico é construído através do resgate das teses fundamentais de Marx e Engels acerca da relação do Estado e o capital, das contribuições de autores marxistas e do diálogo com outras escolas que se utilizam de categorias marxistas e formulam concepções distintas das de Marx. O Estado, como expressão jurídico-política da sociedade burguesa, tem a função de garantir as condições para a reprodução dessa formação social. O processo capitalista de acumulação, baseado na produção de mais-valia, é marcado por crises originadas nas suas contradições internas, e expressas na Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro. Com o crescente desenvolvimento do capitalismo e das suas crises, o Estado, além de garantidor das condições gerais para a reprodução, foi obrigado a intervir diretamente no processo de reprodução por meio de uma redistribuição sistemática, incorporação de ações produtivas e de uma regulação econômica na esfera da circulação, constituindo um movimento de contratendência fundamental à acumulação capitalista. A acumulação do capital tem demonstrado, em suas diversas fases, ser imprescindível a intervenção do Estado, especialmente nos momentos de crise. A globalização do capital, atual fase do desenvolvimento, inaugurou um novo padrão de acumulação. Ao analisar as diversas concepções acerca desse novo momento, concluímos que a globalização do capital não modificou as contradições fundamentais do capitalismo entre o trabalho e o capital e entre sua tendência endógena à globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. As transformações implementadas na atual fase, comandada pelo capital-dinheiro, provocaram mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho e entre o capital e o Estado. No entanto, ao contrário do que apregoa o pensamento neoliberal, a presença do Estado continua marcante. O acirramento das contradições endógenas desse modo de produção, na fase da globalização do capital, torna a ação do Estado cada vez mais ampla, reafirmando a sua necessidade permanente e crescente.

Palavras-chave: Estado, capitalismo, globalização, reprodução do capital.

## ABSTRACT

The present paper makes an approach of the relationships between the State and the historical process of the accumulation of capital. The different phases of the capitalist development are analyzed and identified to the specific relationships and the mutual articulations that exist between the State and the reproduction of the capital. The definition of the State conception to be used is the first stage of the approach. This theoretical mark is built by the recovering of the fundamental thesis of Max and Engels about the relationship between the State and the capital, of the contributions of marxists authors and the dialogue with other schools that use the marxist categories and formulate different concepts from Marx's. The State, as a juridical-political expression of the bourgeois society, has the function of guaranteeing the condition for the reproduction of this social formation. The capitalist process of accumulation, based on the production of surplus-value, is marked by crisis that are originated in its internal contradictions, and expressed in the law of the tendency of the rate of profit to fall. With the growing development of the capitalism and its crisis, the State, besides being the one that guarantees general conditions for the reproduction, was obliged to interfere directly in the process of reproduction by means of a systematic re-distribution, incorporation of productive actions and of an economical regulation in the circulation sphere, bearing a fundamental movement of counter-tendency to the capitalist accumulation. The capital accumulation has shown, in its many phases, the intervention of the State as indispensable, especially in the moments of crises. The globalization of the capital, current phase of the development, inaugurated a new form of accumulation. Analyzing the many conceptions of this new moment, we conclude that the capital globalization hasn't changed the fundamental contradictions of the Capitalism between the labor and the capital and between its endogenic tendency towards the globalization of its economical flows and to the expansion of its political management. The transformations that have been occurred in the current phase, lead by the capital-money, brought up quantitative changes in the relationships of political forces between the capital and the labor and between the capital and the State. Nevertheless, unlike that the neo-liberal thought announces, the presence of the State continues to be important. The exasperation of the endogenical contradictions of this means of production, in the phase of the globalization of the capital, extends the action of the State, re-instating its permanent and growing need.

Key words: State, Capitalism, Globalization, Capital reproduction.

## INTRODUÇÃO

A relação entre o Estado e o capital tem se constituído num tema de amplos e acalorados debates teóricos. O atual momento do desenvolvimento capitalista, marcado por um conjunto de transformações ocorridas a partir da década de 70, que denominaremos de globalização do capital, acrescentou novos ingredientes ao antigo debate.

Estaria a atual economia “globalizada” formando um sistema econômico internacional, autônomo e socialmente sem raízes, fora das ações reguladoras e de controle do Estado? O capitalismo “livre” dos obstáculos das intervenções públicas “obsoletas” e “ineficazes” encontrou finalmente o ambiente ideal para a sua reprodução? Desfez-se a relação intrínseca entre o Estado e a reprodução do capital? Os Estados nacionais, frente ao mercado global, não estariam em condições de implementar políticas econômicas se transformando numa instituição em extinção?

No contexto atual, particularmente no Brasil, onde se discute políticas alternativas ao receituário oriundo do “Consenso de Washington”, o esclarecimento destas questões via aprofundamento do debate da relação Estado e capital na dinâmica da formação social capitalista tem importantes conseqüências do ponto de vista teórico e prático.

A relevância do tema impõe a este trabalho o desafio de identificar as relações entre o Estado e a reprodução do capital no processo histórico do desenvolvimento capitalista, analisando destacadamente a atual fase, os novos mecanismos de intervenção estatal, as restrições ao seu alcance e as necessidades da reprodução do capital.

A tarefa que nos propomos implica numa opção teórica que possibilite uma conexão entre processo político e a acumulação do capital. Tal opção nos fez rejeitar as formulações acerca do Estado concebidas pelos diversos teóricos burgueses, que tem no jurídico a expressão maior da forma Estado e as suas funções restritas a manutenção do equilíbrio, a paz social, e os interesses comuns. Este campo teórico omite uma

referência substancial ao conceito de ser social, encobrendo a relação entre o Estado e a reprodução do capital.

A opção por uma investigação na relação orgânica entre Estado e capital, e suas conexões gerais no contexto da formação econômica e social capitalista, nos remete a teoria Marxista que, baseada no materialismo histórico, encara a totalidade social como uma articulação de estruturas, a econômica e a jurídico-política, onde o Estado é concebido a partir do conceito de modo de produção. O Estado e o processo geral da vida social, político e espiritual, é condicionado pela produção da vida material. Portanto, o Estado não é algo que se impôs à sociedade de fora para dentro, é produto dela, e nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, garantindo a reprodução da formação social, e os interesses das classes dominantes.

Em Marx, encontramos uma concepção do Estado burguês, e uma teoria desenvolvida das leis gerais de movimento do capital que nos permite uma compreensão dialética do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Não se pode apreender com profundidade a articulação entre o Estado e o capital sem considerar leis como a do valor, a da mais-valia, a da baixa tendencial da taxa de lucro, a luta entre as classes sociais, e a divisão capitalista do trabalho.

O Estado, como a expressão jurídico-política da sociedade burguesa, tem a função de garantir as condições para a reprodução dessa formação social. O processo capitalista de acumulação, baseado na produção de mais-valia, é marcado por crises originadas das suas contradições internas. Admite-se que, com o crescente desenvolvimento do capitalismo e das suas crises, o Estado, além de garantidor das condições gerais para a reprodução, foi obrigado a intervir diretamente no processo de reprodução por meio de uma redistribuição sistemática, incorporação de ações produtivas e de uma regulação econômica na esfera da circulação, constituindo um movimento fundamental à acumulação capitalista.

No primeiro capítulo, o nosso marco teórico é construído através do resgate das teses fundamentais de Marx e Engels acerca da relação do Estado e o capital, das contribuições de autores marxistas como Lenine, Gramsci, Poulantzas e Miliband, e do



diálogo com as escolas da regulação<sup>1</sup> e da derivação<sup>2</sup>, e as contribuições de Luis Alfredo Galvão<sup>3</sup>, que se utilizam de categorias marxistas e formulam concepções distintas das de Marx.

Definida a concepção de Estado, o nosso referencial teórico, e estabelecida teoricamente a relação entre o Estado e capital, investigaremos estas relações, determinadas historicamente pelo desenvolvimento do capitalismo. No segundo capítulo analisaremos o desenvolvimento capitalista desde a acumulação primitiva ao pós-guerra, que vai de 1940 ao final da década de 70. Adotaremos uma periodização que distingue a história do modo de produção capitalista em três grandes etapas: a acumulação primitiva<sup>4</sup>, a concorrencial<sup>5</sup>, e a etapa do capitalismo monopolista ou imperialismo, que por sua vez comporta três fases distintas – do final do século XIX à crise dos anos 20 e 30, do pós-guerra à década de setenta; e a globalização do capital, que concentra um conjunto de transformações iniciadas no final da década de 70.

Marx, ao estudar a história da acumulação primitiva na sua forma clássica, a Inglaterra, constata que a burguesia nascente não dispensou a intervenção constante do Estado. O aparato do Estado, utilizando a força concentrada e organizada da sociedade acelerou o processo de desintegração do modo de produção feudal e criou as condições para a implantação do capitalismo. Principalmente através do sistema colonial, da dívida pública, do moderno sistema tributário e do protecionismo, além da expropriação violenta da população camponesa, e a sua submissão à disciplina que exige o sistema assalariado por leis de um terrorismo grotesco, pelo chicote, a tortura e a escravidão,

Já na etapa concorrencial do capitalismo, encontramos as relações de produção capitalista mais desenvolvidas, o mercado mundial em formação, e o trabalhador pode ser abandonado à ação das “leis naturais” da sociedade, isto é, à dependência do capital,

<sup>1</sup> A escola francesa da regulação, se apropria dos conceitos de sociedade regulada e fordismo de Gramsci, e contrariando-o, destina ao Estado um papel de mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e o proletariado, a mediação estatal garante assim as condições da produção e reprodução do capital.

<sup>2</sup> Esta escola explica a natureza do Estado como derivada do capital. Mais precisamente das necessidades de intervenção nas condições de produção e de exploração da força de trabalho e de atuação sobre a anarquia que representa a produção capitalista. O Estado não é deduzido das classes sociais, da existência cotidiana delas e do seu conflito como preconiza os clássicos marxistas.

<sup>3</sup> Galvão, na sua obra *Capital ou Estado?*, descarta a existência de uma teoria política na obra de Marx, e atribui ao Estado a única função de garantir as condições exteriores da produção capitalista.

<sup>4</sup> Etapa de transição entre o modo de produção feudal e o capitalismo.

engendrado, garantido e perpetuado pelo próprio mecanismo da produção (Marx, 1980). Neste período, a Grã Bretanha quase que monopolizava a produção industrial e liderava uma divisão internacional do trabalho em que desempenhava o papel de ‘oficina do mundo’ (Singer, 1997). Predominava aí a teoria liberal, que combatia o protecionismo e o Estado mercantilista. O liberalismo via na intervenção do Estado um rompimento à ordem natural e um obstáculo à expansão das iniciativas, e dos interesses individuais, visto como impulsionador do desenvolvimento<sup>5</sup>.

A vitória do *laissez-faire* não é completa nem na Inglaterra. O setor bancário estava sujeito às necessidades práticas do soberano do Bank of England, e o comércio internacional inglês do século XIX, como o fora nos séculos XVII e XVIII, continua sendo muito naturalmente protecionista (Hilferding, 1985). O desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, potencia hegemônica no período concorrencial, não pode ser explicado sem levar em consideração a presença do Estado, nem a sua relação com o capital. Esta posição está, desde a origem, vinculada à expansão colonial e ao comércio marítimo, cuja conquista de mercados foi fundamental para a indústria britânica da época vitoriana, portanto tem relação com a força e o poderio do Estado Inglês (Beaud, 1991).

Entre 1873 e 1896 o capitalismo enfrentou uma crise de grandes proporções, conhecida como a Grande Depressão, que irá provocar importantes modificações no sistema. Estas alterações foram amplamente debatidas, valendo mencionar-se Hobson (1985), Hilferding (1985), Bukharin (1985), Kautsky (1983), Rosa Luxemburg (1985), Lenine (1983), Polanyi (1992).

O resultado da Grande Depressão foi o abandono do livre-câmbio, tornando-se inevitável a regulação estatal do comércio internacional, mediante adoção de tarifas protecionistas. A livre competição entre capitais cada vez mais centralizados implicaria em perdas econômicas assustadoras e instabilidade financeira extremada.

Esta nova etapa, emergente da Grande Depressão de 1873-96, caracterizada como a etapa do capitalismo monopolista ou imperialismo, amplia os espaços de

---

<sup>5</sup> Período que vai de 1846, ano da abolição das Corn Laws na Inglaterra à grande depressão de 1873-96.

<sup>6</sup> Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse (Smith, 1985, p.50).

intervenção do Estado na garantia da reprodução do capital. Tendo como essência econômica o capital monopolista e a formação do capital financeiro, a acumulação nessa fase exige: a criação de um território econômico o mais vasto possível e a defesa desse território contra a concorrência estrangeira. Manifesta-se, com relevo, uma tendência à formação de “Estados-reinters”, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupons” (Lenine, 1979). Toda essa realidade acentua a presença do Estado.

A ampliação restrita do capitalismo a partir do Centro, no decorrer do século XIX e início do século XX, que redundou primeiramente na industrialização dos Estados Unidos, da França e da Alemanha, apresentou novas formas emergentes de organização capitalista. Destacando-se o banco de desenvolvimento, e o papel estratégico assumido pelo Estado, atuando decididamente na promoção da industrialização. A segunda onda resultou na industrialização do Japão e da Rússia, em novas condições, no momento em que já deslanchava a Segunda Revolução Industrial. Nesta o papel do Estado se acentua, chegando sua preponderância a assumir dimensões verdadeiramente revolucionárias (Mello, 1998).

Os paradigmas liberais, já fragilizados com a Grande Depressão (1873-1896) e postos à prova na crise de 1929, cederam espaços a concepções que identificaram no Estado uma ação positiva e necessária, que cria, realiza e transforma no campo econômico. O New Deal nos Estados Unidos, a militarização das economias da Alemanha, Japão e Itália são exemplos desta virada.

O pós-guerra, o mundo bipolarizado, será marcado pela hegemonia do pensamento intervencionista. No campo socialista, com a planificação centralizada e a estatização da economia. No mundo capitalista, objeto da nossa análise, com o pensamento keynesiano de intervenção parcial.

A economia mundial no período entre 1950 e 1973, cresceu na taxa anual de quase 5%, obtendo avanços, sem precedentes, em produtividade, investimentos e volume no comércio internacional. O capitalismo, viveu neste período a sua “idade de ouro”, registrando o mais rápido crescimento da sua história. A restauração da ordem ao livre fluxo de mercadorias no comércio internacional, após o conflito mundial, e a

reabilitação do sistema monetário, em Bretton Woods, sinalizaram para um padrão de crescimento no pós-guerra que ampliou os horizontes da valorização e da acumulação do capital.

O Estado capitalista no período do pós-guerra, principalmente nas economias desenvolvidas, atuará aplicando políticas macroeconômicas anticíclicas de ampla intervenção no mercado. Pelo lado da oferta, coube ao Estado o investimento em infraestrutura para a ampliação da produção e circulação de bens de consumo duráveis, carro-chefe da indústria tipicamente fordista. Pelo lado da demanda, o Estado adotou políticas keynesianas para garantir uma demanda efetiva sempre próxima ao pleno emprego, ocorrendo variações nacionais quanto à natureza do gasto público, gastos sociais ou gastos militares. Pelo lado do controle social, regulamentação das relações de trabalho e a constituição de uma rede de seguridade social (Arienti, 2000).

Nas economias capitalistas periféricas coube ao Estado, além da adoção das políticas macroeconômicas anticíclicas e de ampla intervenção no mercado, um papel destacado na atividade produtiva direta. O modelo de substituição de importações, adotado por um conjunto significativo de economias capitalistas periféricas, reservou ao Estado um papel estratégico no processo de superação das estruturas arcaicas, de relações pré-capitalistas, e na implementação da industrialização. São também significativas as taxas de crescimento observadas nas economias periféricas no pós-guerra.

Com o seu paradigma alicerçado na macroeconomia keynesiana, no Estado do bem-estar social, e na indústria tipicamente fordista, o capitalismo nos seus “trinta anos gloriosos”, iniciado com a reconstrução após a segunda guerra mundial e terminada em 1974-79, conviveu com elevadas taxas de crescimento.

O esgotamento do modelo de acumulação capitalista do pós-guerra, as transformações e características que vão delinear a atual fase do desenvolvimento capitalista, bem como os novos mecanismos de intervenção estatal, as restrições ao seu alcance e as necessidades da reprodução do capital, serão os objetos do terceiro capítulo deste trabalho.

A década de setenta registra a chegada da grande crise do modelo de acumulação capitalista do pós-guerra. O forte crescimento registrado até então, já comprometido desde meados dos anos 60 pela baixa rentabilidade do capital, cedeu lugar a um período de “estagflação”: alta dos preços, com retração da atividade produtiva e aumento do desemprego (Brunhoff, 1991). Segundo Anderson (1995), todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A estagflação das economias desenvolvidas na década de 1970, o rompimento dos pontos centrais do acordo internacional de Bretton Woods, a decisão autônoma da OPEP de elevar o preço do petróleo, a crise fiscal que atingiu quase todos os governos nacionais e a crise da dívida externa de vários países em desenvolvimento são exemplos de acontecimentos que, do final da década de 1960 ao início da década de 1980, dão a exata dimensão do esgotamento do padrão de acumulação adotado no pós-guerra.

O quadro de crise nas economias capitalistas, associado à crise fiscal do Estado<sup>7</sup>, fez retornar, com força, as idéias liberais, que viam na regulação do Estado um agente perturbador da ordem econômica. Os gastos sociais, o poder reivindicativo dos sindicatos e a ineficiência na ação produtiva do Estado havia, de acordo com o diagnóstico neoliberal, corroído as bases da acumulação capitalista.

O keynesianismo, incapaz de evitar a crise, perde legitimidade. No Leste Europeu, o colapso do campo socialista reforça a reação teórica e política contra o Estado intervencionista. A Sociedade de Mont Pèlerin<sup>8</sup> é a matriz do novo liberalismo econômico que atribui ao Estado intervencionista concessão, ineficiência e desperdício, enquanto à iniciativa privada são reservados os predicados de eficiência e produtividade, bem de acordo com a premissa racional maximizadora.

A implementação de “novo” programa, neoliberal, a partir dos governos Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1982), promoveu várias reformas nos Estados Nacionais redirecionando-os da macroeconomia keynesiana ao monetarismo. A

---

<sup>7</sup> Identificada, nos países centrais, pela suposta hipertrofia do Estado de bem-estar social e, nos países periféricos, pelo esgotamento do modelo da industrialização por substituição de importações.

<sup>8</sup> Cidade Suíça onde se reuniu em 1947, sob a liderança de Friederich Hayek, um conjunto de intelectuais adversários firmes do Estado do bem-estar social europeu e do New Deal norte-americano. Defensores intransigentes do liberalismo, fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin para difusão das suas idéias e combate ao keynesianismo.

primeira reforma foi a definição da estabilidade monetária como a meta suprema dos governos. Os parâmetros estabelecidos pelas novas diretrizes de restrições fiscais e monetárias rejeitaram a manutenção do pleno emprego como prioridade dos governos nacionais e reduziram os gastos com bem-estar social. O segundo tipo de reforma direcionou-se para transferir para as empresas privadas a oferta de bens e serviços, reduzindo também o papel regulador do Estado. A privatização dos ativos estatais e a desregulamentação da economia configuraram-se entre as principais medidas desse tipo de reforma. O terceiro tipo de reforma caracteriza-se pela adoção de novas estratégias que introduzem novos critérios de eficiência na produção de bens e serviços públicos e sociais que permaneceram sob a responsabilidade estatal. E, finalmente, a defesa da abertura econômica.

A hegemonia conquistada pelo programa neoliberal que, segundo Anderson (1995), levou mais ou menos uma década, ocorreu num novo contexto de internacionalização do capital:

*A internacionalização é dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. Os fluxos de intercâmbio intracorporativo adquiriram importância cada vez maior. O investimento internacional é evidentemente acomodado pela globalização das instituições bancárias e financeiras, que têm o efeito de facilitar as fusões e aquisições transnacionais (OCDE apud Chesnais, 1996, p.26).*

Continuando a caracterização do atual momento, diz Chesnais:

*Essa definição é precedida pela observação de que os dois fatores principais que, na década de 80, aceleraram as mudanças nas formas de internacionalização que prevaleciam anteriormente, e que levaram à globalização, seriam, em primeiro lugar, a desregulamentação financeira e o desenvolvimento, cada vez mais acentuado, da globalização financeira e, em segundo lugar, o papel das novas tecnologias que funcionam, ao mesmo tempo, como condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização (ibid., p. 26).*

Denominaremos de globalização do capital, o momento atual do desenvolvimento capitalista que concentra este conjunto de transformações ocorridas a partir da década de 70. A adoção do termo globalização não implica na incorporação da formulação teórica do pensamento neoliberal que credita à globalização uma interação

dos mercados como fenômeno próprio e completamente inédito na história do capitalismo e da humanidade. O conceito de globalização do capital empregado está associado à identificação de um aspecto estrutural do capitalismo e às leis de movimento e reprodução do capital. Há uma tendência endógena do capital a mundialização, reflexo de uma necessidade de seu mecanismo reprodutivo, portanto a globalização é um fenômeno presente no capitalismo desde os seus primórdios (Balanco,1999).

Ao constatar as transformações que levaram a um novo processo de ampliação de integração das economias nacionais ao mercado mundial sob a hegemonia dos países capitalistas avançados (G-3)<sup>9</sup> e seus oligopólios, Balanco (1999) dá a exata dimensão do conceito de globalização e sua adequação para nominar a atual fase do capitalismo:

*Cabe destacar, do ponto de vista estrutural, a grande revolução tecnológica que o capitalismo conheceria neste período, além daquelas verificadas na organização e processos de trabalho. Em termos da divisão do trabalho percebe-se que os países subdesenvolvidos também passaram a produzir bens acabados a preços de monopólios, refletindo principalmente os novos interesses das empresas multinacionais européias e americanas nas regiões atrasadas. A globalização advinda da evolução do capitalismo neste período reflete uma mudança na relação desenvolvimento/subdesenvolvimento: novos diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedentes. Este movimento dinâmico do capital significou, na prática, a generalização definitiva das relações capitalistas de produção para as diversas áreas do globo, observando-se, durante o século que se finda, a supressão abrangente das relações pré-capitalistas remanescentes. Dessa maneira, o mercado mundial, já por volta dos anos 70, podia ser visto como uma moldura das relações econômicas capitalistas eivadas de desigualdade, qualificada não mais como um conjunto de nações capitalistas e pré-capitalistas, mas, sim, como um sistema composto por nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas (ibid., p.16).*

Ao utilizarmos o termo globalização como caracterização da atual fase do capitalismo optamos, concordando com Chesnais (1995), pela expressão “globalização do capital” pois consideramos que define de forma mais precisa o seu conteúdo. Para Chesnais (1995), o conteúdo efetivo da globalização é dado não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira.

---

<sup>9</sup> EUA, JAPÃO, União Européia.

Diante dessa nova fase de internacionalização do capital, e da crise do modelo de acumulação do pós-guerra, a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular políticas macroeconômicas, passa a galgar o *status* de pensamento único. Apresenta-se uma nova relação entre os Estados e os mercados, onde a dimensão do novo mercado financeiro mundial tornou os Estados Nacionais dependentes da confiança deste mercado para implementar grande parte das políticas estatais. O fim do Estado encontra-se em assegurar o *fair play* concorrencial. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal (Batista, 1994).

O sistema econômico internacional, emergente da crise do padrão de acumulação capitalista do pós-guerra, segundo o *mainstream*, tornou-se autônomo e socialmente sem raízes, com mercados e produtos globais. Paul Hirst e Grahame Thompson, ao analisarem o mito que se estabeleceu em torno do conceito de globalização, descrevem com precisão o atual contexto econômico na visão do novo liberalismo :

*Sustenta-se que uma economia realmente global emergiu ou está em processo de emergência e que, nesta, as economias nacionais distintas e, portanto as estratégias internas de administração econômica nacional são cada vez mais irrelevantes. A economia mundial internalizou-se em suas dinâmicas básicas, é dominada por forças de mercado incontrolláveis e tem como seus principais atores econômicos e agentes de troca verdadeiras corporações transnacionais que não devem lealdade a Estado-nação algum e se estabelecem em qualquer parte do mundo em que a vantagem de mercado impere (Hirst; Thompson, 1998, p. 13).*

Segundo este entendimento, está superado o Estado enquanto esfera de decisão e instrumento necessário para a reprodução e acumulação do capital. A economia é dominada por forças autônomas do mercado global que ditam os seus fluxos e dinâmica.

No entanto, uma análise mais criteriosa evidencia que a fundamentação neoliberal busca a implementação de políticas que possibilitem abrir uma “nova fase” de “relançamento” do capitalismo, favorecendo o crescimento da acumulação e concentração de capital. Por exemplo, o postulado neoliberal sobre a insuficiência do Estado é diferenciado quando se aplica aos países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos dependentes. Protecionismo, restrições comerciais extra-



alfandegárias, subsídio à agricultura, isenção de impostos, medidas cambiais, endividamento público, participação estatal no desenvolvimento científico e tecnológico, mecanismos de intervenção do Estado em apoio ao grande capital continuam agindo nas grandes economias capitalistas. Mesmo a economia mundial encontra-se nos seus grandes fluxos de comércio, de investimento e financeiro, concentrados na Triade da Europa, Japão e América do Norte. Portanto, essas três grandes potências econômicas, e os respectivos Estados Nacionais envolvidos, têm a capacidade, especialmente, de coordenar as políticas e de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas.

A economia mundial hegemonicamente capitalista, nesta fase de globalização do capital, é nitidamente marcada pela predominância do capital rentista e parasitário. O capital-dinheiro elevado ao *status* de dominador da vida econômica e social alimenta-se de transferências de riqueza totalmente concretas, e molda a estrutura produtiva e o Estado aos interesses do acúmulo na esfera financeira. Theotonio dos Santos (2001) identifica as tarefas assumidas pelo Estado neste contexto:

*Chegamos aos anos 90 com um fenômeno estatal totalmente novo. O movimento de capitais mundiais passa cada vez mais pelas dívidas públicas. A especulação cambial, antes vinculada ao comércio internacional, associou-se aos movimentos de capitais, com o aumento de remessas de lucros, o pagamento de serviços técnicos e outros, o crescimento do turismo e finalmente, o pagamento de juros, que passaram a dominar o balanço de pagamentos de muitos países.*

*Neste mundo cada vez mais subjugado pelo capital financeiro, o Estado aumentou enormemente suas tarefas. Além das novas atividades ligadas à organização da produção e à formação e desenvolvimento da mão-de-obra, assim como a expansão do mercado, que incorporaram depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados nacionais passaram a alimentar o movimento do capital financeiro através de colossais dívidas públicas pagas com altíssimas taxas de juros, sobretudo a partir dos anos 80.*

*[...] A verdade é que o intervencionismo estatal no setor financeiro foi a chave da fantástica expansão do capital financeiro nos anos 70, 80 e 90 do século passado. Sem ela não haveria globalização tal como se configurou nesse período. (Santos, 2001)*

Chesnais (1995) registra também o redirecionamento das orientações estatais conforme os interesses do capital financeiro:

*As prioridades da política econômica de muitos governos, não apenas da periferia como também do coração do sistema, tornaram-se o pagamento dos juros e do principal das dívidas públicas e a garantia de taxas reais positivas, implementando políticas sob a égide do combate à inflação (cuja ameaça aparece nos Estados Unidos e na Europa assim que o índice de preços permanece dois meses seguidos com meio ponto a mais!). A tonalidade congenitamente deflacionista da conjuntura mundial encontra aqui uma de suas principais causas. (Chesnais, 1995, p.22).*

Ao constatar a utopia abstrata de setores do chamado pós-modernismo quando advogam o fim da luta de classes, Farias (2000) chama a atenção para presença do Estado na fase atual do capitalismo:

*[...] Com efeito, há que se atentar para certas conseqüências da nova ordem mundial, do aperfeiçoamento do imperialismo, cujo processo de concentração e centralização do capital tende a se articular com um comando político global (Farias, 2000, p.53).*

Na globalização do capital, as forças autônomas do mercado não fizeram emergir um quadro econômico estável, equilibrado. O final do século vinte e o início do novo século apresentam um quadro macroeconômico mundial marcado pela instabilidade. Retração econômica, taxas de crescimento do PIB muito baixas, alto nível de desemprego estrutural, instabilidade financeira e monetária, e deflação rastejante, são alguns dos indicadores que comprovam esta realidade.

Este contexto macroeconômico mundial, resultante desta nova fase do processo de internacionalização do capital, longe de fortalecer os argumentos dos seguidores da Sociedade de Mont Pèlerin, vai evidenciando a necessidade da ingerência estatal na reprodução e acumulação do capital. Chesnais destaca com propriedade:

*A economia mundial parece ter ingressado numa fase depressiva de longa duração, da qual somente poderia sair mediante choques "externos" à economia, no sentido estrito da palavra<sup>10</sup>. Os mecanismos endógenos do capitalismo, em particular nos países centrais do sistema, tendem a ter por alvo menos a acumulação sob a forma de investimentos geradores de nova capacidade do que a salvação/manutenção das posições adquiridas (cuja posição rentista constitui a expressão mais acabada) (ibid., p.1).*

Os atentados terroristas nos Estados Unidos da América no dia 11 de setembro de 2001, fato relevante da conjuntura mundial com importantes conseqüências políticas

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

e econômicas, reforçam as previsões de Chesnais conforme registra em editorial o Financial Times:

*Pode-se argumentar que, por referir-se a globalização à restrições ao papel dos governos e a disseminação dos valores do livre mercado, os ventos mudaram agora de direção. A prova mais evidente é o afastamento do governo Bush em relação à livre regulamentação do mercado e a defesa de um ativismo fiscal, de intervenções regulatórias agressivas e socorro financeiro a grandes corporações. Estas medidas indicam uma fé restrita no mercado livre e um retorno a intervenção governamental (06/10/2001).*

O capitalismo tem, ao longo da sua história, alternado fases mais explícitas e menos explícitas de intervenção do Estado na economia. A acumulação do capital tem demonstrado, em suas diversas fases, ser imprescindível a intervenção do Estado, especialmente nos momentos de crise.

A presença do Estado continua marcante. Primeiramente pela sua substância decorrente da luta de classes, não superada como preconizavam algumas correntes teóricas, e intensificada na atual fase de ofensiva do capital contra direitos e conquistas do proletariado. Depois, a globalização do capital não modificou as contradições fundamentais do capitalismo entre o trabalho e o capital e entre sua tendência endógena à globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. No entanto, as transformações implementadas na atual fase provocaram mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho e entre o capital e o Estado, que tornam imprescindíveis a teorização e interpretação das funções do Estado neste novo estágio e as necessidades de reprodução do capital.

## CAPÍTULO I

### ESTADO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

#### A concepção de Estado

Na determinação do marco teórico do presente trabalho é necessário, primeiramente, definir a conceituação de Estado empregado e sua natureza. Em nossa pesquisa, vamos tratar do Estado moderno que, segundo Gruppi (1996), possui três características que o diferencia dos Estados antigos e da Idade Média:

*A primeira característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia. O Estado se torna uma organização distinta da sociedade civil, embora seja expressão desta.*

*Uma terceira característica diferencia o Estado moderno em relação àquele da Idade Média. O Estado medieval é propriedade do senhor, é um Estado patrimonial: é patrimônio do monarca, do marquês, do conde, do barão, etc. O senhor é dono do território, bem como de tudo o que nele se encontra (homens e bens); pode vendê-lo, dá-lo de presente, cedê-lo em qualquer momento, como se fosse uma área de caça reservada.*

*No Estado moderno, pelo contrário, existe uma identificação absoluta entre o Estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal. (Gruppi, 1996, p.9-10).*

Várias são as concepções do Estado que aparecem na fase de construção do Estado moderno<sup>11</sup>. Deste debate, firmaram-se importantes aspectos, constituintes, da concepção de Estado da burguesia. Destacaremos, a seguir, três correntes que fundamentam este campo ideológico. A primeira, a corrente instrumentalista, define o Estado a partir das suas diversas funções como: o equilíbrio, a paz social, e os interesses comuns. A segunda, a formalista, define o Estado em sua dimensão jurídica, como a própria norma e a ordem onde tudo é regulado por intermédio do direito e o próprio direito funda o Estado e o jurídico é a expressão maior da forma Estado (Farias, 2000).

Por último, o enfoque pluralista, que ao rejeitar a idéia do Estado poder servir aos interesses de uma determinada classe social, apresenta-o como assegurador de um poder difuso e equilibrado. Miliband (1972) resume assim o ponto de vista pluralista:

*Em resumo, o Estado, sujeito como esta a uma multiplicidade de pressões conflitivas por parte de grupos e interesses organizados, não pode demonstrar nenhuma tendência preconceituosa marcante em relação a alguns e contra outros: o seu papel especial é, de fato, acomodar e reconciliar a todos. Nesse papel, o Estado é apenas o espelho em que a sociedade se mira. O reflexo talvez nem sempre agradável, mas esse é o preço que deve ser pago e que evidentemente vale a pena pagar, por uma política democrática, competitiva e pluralista nas sociedades industriais modernas (Miliband, 1972, p-14).*

O conjunto destas argumentações exibe mais uma justificação ideológica do Estado, deixando lacunas importantes quanto a sua natureza e funções. Gruppi (1996) faz uma crítica precisa à teoria burguesa do Estado, evidenciando a suas fragilidades:

Optamos por uma concepção teórica do Estado que nos possibilite uma análise da conexão entre processo político e a acumulação do capital. A investigação da relação orgânica entre Estado e capital, suas conexões gerais no contexto da formação econômica e social capitalista, nos remete às formulações desenvolvidas por Marx e Engels que, baseados numa teoria materialista da história, encaram a totalidade social como uma articulação de estruturas: a econômica e a jurídico-política, e buscaram nas condições materiais de existência da sociedade burguesa a compreensão das formas de organização do Estado, fornecendo os instrumentos para uma investigação da relação dialética entre o Estado e o capital.

A concepção marxista do Estado realiza uma abordagem crítica da concepção burguesa e estabelece novos fundamentos para a análise do Estado. O fundamento do pensamento de Marx sobre o Estado é o conceito de modo de produção, onde as relações jurídicas, assim como as formas do Estado, compõem aspectos da superestrutura:

*Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraizam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de "sociedade civil" (bürgerliche Gesellschaft), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (bürgerliche Gesellschaft) deve ser procurada na Economia Política. (...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (Marx, 1978, p.129-130).*

A definição da existência de uma base material do Estado por si só não explica a natureza do Estado nem a sua essência social. Engels, ao fazer um balanço da análise histórica sobre a origem do Estado, sintetiza a natureza e a concepção do Estado empregada por ele e Marx:

*O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1980, p. 135).*

O Estado, cumpre assim um papel de regular, mediar, manter determinados equilíbrios entre as classes sociais para que não se desintegre a produção e reprodução da formação social. Esta função reguladora não imputa ao Estado um caráter de neutralidade no conflito das classes. Engels esclarece :

*Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida ( ibid. p.137).*

Lenine, referindo-se ao pensamento de Marx e Engels, refuta também esta possível neutralidade do Estado:

*O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (...) Segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da "ordem" que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes (Lenine, 1983, p.226).*

Gramsci, destacado autor marxista, incorporou importantes contribuições sobre os fins do Estado. Ao analisar o Estado na situação concreta Gramsci atribuiu à superestrutura um conceito de Estado ampliado, no sentido integral, cuja formação, em duas partes, é descrito com precisão por Farias (2000):

*[...] a sociedade política, no sentido de "governo dos funcionários", cujas atividades teleológicas passam pela ditadura, pela dominação e pela coerção; a sociedade civil, o aspecto do "autogoverno", cujas atividades*

*teleológicas passam pela hegemonia, pela direção e pela persuasão (Farias, 2000, p.68).*

O conceito gramsciano da sociedade regulada reafirma o papel da luta de classes no processo do desenvolvimento histórico, negando também um caráter de neutralidade ao Estado neste contencioso.

A Escola da Regulação<sup>12</sup> francesa, utilizando-se do conceito ampliado de Estado e da sociedade regulada de Gramsci, destina ao Estado um papel de mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados, e à mediação estatal a possibilidade de eliminação das contradições da produção e da reprodução do capital. Gramsci, contrariamente ao que afirma esta escola, concebe a sociedade regulada sob um prisma revolucionário e marxista: os regulacionistas se apropriam da categoria do fordismo<sup>13</sup> de Gramsci esvaziando a sua substância (Farias, 2000). Diferentemente dos regulacionistas, Gramsci afirma que:

*Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada. A não ser por metáfora, isto é, apenas no sentido de que também o Estado-classe é uma sociedade regulada. Os utópicos, quando exprimiam uma crítica da sociedade existente no seu tempo, compreendiam muito bem que o Estado-classe não podia ser a sociedade regulada, tanto é verdade que nos tipos apresentados pelas diversas utopias introduz-se à igualdade econômica como base necessária da reforma projetada: nisto os utópicos não eram utópicos, mas cientistas concretos da política e críticos coerentes. O caráter utópico de alguns deles era determinado pelo fato de que consideravam ser possível introduzir a igualdade econômica através de leis arbitrarias, de um ato de vontade, etc. Permanece, porém, exato o conceito, registrado também em outros autores de obras políticas (inclusive de direita, isto é, nos críticos da democracia, na medida em que ela se serve dos modelos suíço ou dinamarquês para considerar o sistema razoável em todos os demais países); de que não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica; em relação aos escritores do século XVII, este conceito pode ser encontrado, por exemplo, em Ludovico Zuccolo e no seu livro Il Beluzzi. e creio que também em Maquiavel. Maurras considera que na Suíça é possível aquela determinada forma de democracia, exatamente porque há certa forma de mediocridade das fortunas econômicas, etc.*

*A confusão entre Estado-classe e sociedade regulada é própria das classes médias e dos intelectuais menores, que se sentiriam felizes com uma*

<sup>12</sup> Ver sobre os fundamentos da escola regulacionistas em Farias (2000).

<sup>13</sup> Denominam de modelo fordista o padrão de acumulação do capitalismo no pós-guerra (1945-1973).



*regularização qualquer que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é concepção tipicamente reacionária e retrógrada (Gramsci, 1988, p.144-145).*

O Estado no capitalismo, objeto das nossas investigações, tem a sua essência resultante da luta entre as classes sociais, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho. O modo de produção capitalista, fundado sobre a constituição da força de trabalho como mercadoria, da transformação do dinheiro em capital, ao comprar a força de trabalho para criar mais-valia, generaliza a forma mercadoria mantendo uma combinação característica: a separação na relação de propriedade coincide com a separação na relação de apropriação real. Esta realidade da produção capitalista exige a coerção extra-econômica, presente nos modos de produção pré-capitalista, para a geração e acumulação de excedentes, dando ao Estado a aparência de algo acima das classes sociais. A generalização da mercadoria fornece as bases materiais para uma coisificação das relações de produção. O *fetichismo* da mercadoria faz com que o Estado apareça com algo acima das classes sociais (Mathias & Salama, 1983).

Poulantzas, identifica também nas especificidades das relações de produção capitalistas a separação relativa entre Estado e economia:

*Vê-se o aparecimento dos "trabalhadores livres", possuindo apenas sua força de trabalho e não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimentos do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho. É esta estrutura precisa das relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia, e que dá lugar igualmente nas relações do Estado e da economia à uma separação relativa (acumulação do capital e produção de mais-valia), base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista, pois traça os novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia. (...) Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, intervisse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção (Poulantzas, 2000, p.17-18).*

Definido os principais elementos característicos do Estado capitalista, nos marcos do nosso referencial teórico, poderíamos questionar se existe uma teoria de Estado em Marx? A esta pergunta responde Galvão:

*O que importa reafirmar é o fato de que o modo de produção capitalista é regido por leis econômicas, e que, portanto, a sua teoria só pode ser uma teoria econômica.*

*O Estado é a personificação ou o suporte de alguma categoria econômica, no modo de produção capitalista? Não encontramos nada, literalmente nada, em Marx, que nos leve a dar uma resposta afirmativa a esta questão.*

*Assim sendo, na teoria do modo de produção capitalista não há lugar para uma Política, no sentido amplo da palavra, apenas para uma Econômica (Galvão, op.cit., p.138-139).*

A opinião expressa por Galvão (1984) não só responde negativamente a pergunta como também estabelece a impossibilidade de conter uma teoria do Estado na obra de Marx. A visão economicista de Galvão faz da política, a superestrutura, um mero reflexo da base econômica. Esta se reproduziria, segundo as leis do movimento econômico, e essas leis são independentes da intervenção política, e mais, no capitalismo cuja produção é anárquica elas só podem se realizar dada a ausência de autoridade sobre a sociedade. O esquematismo de tal abordagem eleva a reprodução e acumulação do capital ao status de lei natural, rompendo com a compreensão dialética da relação entre política e economia existente em Marx.

Poulantzas, ao chamar atenção para as especificidades do modo de produção capitalista, justifica a possibilidade de existência, neste modo, de uma teoria do Estado:

*Podemos em compensação estabelecer, no plano científico, que o modo de produção capitalista é especificado por uma autonomia característica do econômico e do político, a qual estabelece uma diferença radical das suas relações, em comparação com as que mantêm nos outros modos de produção (o que, de fato, não quer dizer que, nos outros modos, estas instâncias não possuam uma autonomia relativa, mas antes que esta reveste formas diferentes).*

*Esta autonomia tem conseqüências teóricas no objeto do nosso trabalho: torna possível uma teoria regional – em sentido rigoroso – de uma instância deste modo de produção, por exemplo, do Estado capitalista<sup>14</sup>; permite a constituição do político como objeto de ciência autônoma e específica – como sabemos, Marx mostrou-o em o Capital a propósito do econômico e da ciência econômica (Poulantzas, 1977, p.28-29).*

---

<sup>14</sup> Grifo nosso.

Alguns autores marxistas<sup>15</sup> ressaltam que na sociedade capitalista o Estado é acima de tudo um instrumento coercitivo de uma classe dominante, ela própria definida em termos de sua propriedade e de seu controle sobre os meios de produção. Desta forma respondem afirmativamente, quanto a existência de uma teoria marxista do Estado (Miliband, 1972).

Ao questionamento, concluímos, concordando com Gruppi (1996), pela não existência de uma teoria marxista orgânica do Estado. Marx ao descobrir a natureza de classe do Estado, ou seja o Estado nasce da luta de classe, apresentou um fundamento que permite construir esta teoria. Em Marx encontramos sim uma teoria orgânica do Estado burguês.

Delimitada a concepção de Estado, nosso referencial teórico, cabe-nos uma análise sobre a relação do Estado e o capital, tarefa que passamos a desenvolver.

### **O Estado e o Capital**

Nesta parte do capítulo analisaremos as relações específicas e as articulações mútuas entre o Estado e o capital a partir de uma avaliação crítica das contribuições de Luis Alfredo Galvão; da escola regulacionista; e finalmente a escola da derivação. A escolha destas três abordagens se justifica por dois aspectos. Primeiramente, por desenvolverem suas formulações a partir de referenciais marxistas e, segundo, pelas distintas concepções da relação entre Estado e capital, fato que facilita o delineamento da nossa compreensão acerca do tema.

Galvão advoga no seu livro *Capital ou Estado* a impossibilidade de haver uma teoria política na obra de Marx. O Estado esta fora da produção; esta acima da sociedade, cabendo-o unicamente à defesa das condições exteriores da produção. Resume ele os seus postulados:

*1. o Estado mantém somente as condições exteriores da produção capitalista; 2. o movimento da produção capitalista se manifesta como lei natural porque não há uma autoridade que presida à produção social – isto*

---

<sup>15</sup>Lenine, Rosa de Luxemburgo, Gramsci, entre outros.

*é a economia é anárquica; 3. portanto, a teoria do capitalismo é uma Econômica; e 4. com base no modo de produção capitalista, não pode haver uma Política (Galvão, op.cit., p.139).*

As afirmações relativas a impossibilidade de uma teoria política em Marx, já tivemos oportunidade de contestar. Quanto a função exclusiva do Estado de manutenção das condições externas da produção do capital resulta de uma formulação mecanicista acerca da relação entre estrutura e superestrutura no modo de produção capitalista, que subestima inclusive a intervenção do Estado em atividades produtivas e o seu papel no processo de acumulação do capital. Galvão reconhece a intervenção do Estado no processo de acumulação primitiva, cuja violência é fundamental para fazer emergir o proletariado, e a burguesia (detentora do capital), bem como a ação deste na generalização de certas regras que formalizariam o mercado de trabalho e imporiam certos limites, sem o qual o capital esgotaria a força de trabalho. No entanto, após a instalação do circuito do capital a sua ação econômica cessaria, cabendo exclusivamente ao próprio capital a sua perpetuidade.

A intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica no capitalismo desenvolvido, e não apenas na acumulação primitiva, desmonta a argumentação de Galvão de que o Estado mantém somente as condições exteriores da produção capitalista. Miliband destaca esta dimensão:

*(...) é verdade que os países capitalistas avançados possuem hoje um "setor público" às vezes substancial, por meio do qual o Estado possui e administra uma ampla rede de indústrias e serviços, em geral mas não exclusivamente, de tipo "infra-estrutura" e que é de enorme importância para a sua vida econômica. Além disso, o Estado desempenha em todas as economias capitalistas um crescente papel econômico através de regulamentação, controle e coordenação, "planejamento", e assim por diante. Simultaneamente o Estado é de longe o maior consumidor do "setor privado" e algumas das maiores indústrias não poderiam sobreviver no setor privado sem o consumo estatal e sem os créditos, subsídios e benefícios por ele dispensados (Miliband, op.cit., p.20).*

Portanto, o Estado capitalista, tem uma ação na esfera econômica mais ampla, não se limitando a gestão da força de trabalho e da moeda. Além do seu papel de "policia político", o Estado pode participar no modo de produção dos bens e no modo de reprodução dos agentes (Brunhoff, 1985).

Uma abordagem diametralmente oposta, da relação entre Estado e capital, é apresentada pela escola francesa da regulação. Esta compreende o desenvolvimento histórico do capitalismo através de vários modelos de desenvolvimento. Os modelos são entendidos como arranjos que visam estabilizar o capitalismo, posto que o mesmo é caracterizado por contradições resultantes do seu caráter mercantil, das relações salariais e das relações internacionais. Os regulacionistas concebem o Estado com uma autonomia relativa frente à base econômica, atributo que lhe permite exercer uma regulação no regime de acumulação capitalista. A correspondência entre os regimes de acumulação e as formas sociais de repressão e de integração do proletariado torna possível um equilíbrio, com ganhos para as classes envolvidas no processo de produção capitalista.

Os modelos de desenvolvimento se apresentam como diferentes soluções, na história, para estabilizarem o capitalismo. Lipietz e Leborgne, reproduzindo a lógica da regulação, analisam os modelos de desenvolvimento sob três aspectos:

*Primeiro, o que as vezes é chamado de paradigma tecnológico ou modelo de industrialização: os princípios gerais que governam a evolução da organização do trabalho (princípios que, evidentemente, não estão restritos à indústria e não dependem apenas da tecnologia). Em segundo lugar o regime de acumulação; os princípios macroeconômicos que, por um período prolongado, descrevem a compatibilidade entre as transformações nas normas de produção e as transformações nas normas de uso do produto social. Em terceiro, o modo de regulação: a combinação das formas de ajustamento das antecipações e dos comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas de ajustamentos podem incluir tanto hábitos culturais quanto formas institucionais, como leis, acordos etc.*

*O regime de acumulação aparece portanto como o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, tendo por base um modelo de industrialização (Lipietz & Leborgne, 1988, p. 13).*

O capitalismo entre 1945 e 1975, período conhecido como os trinta anos gloriosos, é interpretado pela escola da regulação tendo o conceito de fordismo como ponto de partida e modelo de industrialização<sup>16</sup>. Ao fordismo corresponde um regime de acumulação intensivo com um crescimento estável, universalmente previsível e antecipado, estendido a todos os setores da população, mas antes e principalmente aos

<sup>16</sup> Sobre as características do modelo de industrialização fordista ver Lipietz & Leborgne (1988).

assalariados. A este modelo de industrialização e de acumulação correspondeu uma ação reguladora do Estado, sobre os rendimentos disponíveis e a moeda de crédito, conhecido como o Estado-providência e as políticas keynesianas. Farias (2000) identifica nesta escola o conceito de sociedade regulada, e a sua substância ideológica:

*O movimento que daí resulta em termos de instituições políticas e sindicais pode encontrar uma resolução reguladora favorável a todos os agentes que personificam as relações conflituais existentes na economia.<sup>17</sup> Esta é, em substância, a ideologia dominante dos que defendem a idéia de uma regulação da sociedade a partir da experiência de crescimento no período dos "Trinta Gloriosos" (op.cit. p. 70).*

O Estado, na concepção regulacionista, ganha não só uma autonomia relativa frente a base econômica, como também serve de instrumento das classes sociais para modificar as próprias leis econômicas.

A intervenção do Estado não pode ser visto como resultante dos conflitos econômicos entre parceiros sociais estabelecidos no regime de acumulação como advoga a escola da regulação. O Estado apresenta-se como uma necessidade para a garantia da manutenção da sociedade dividida em classes. É, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante (Engels, 1980). Na sociedade burguesa, o Estado tem como função garantir as condições à reprodução desta formação social. Sendo este processo de reprodução um processo de reprodução capitalista, implica na produção de mais-valia, que se amplia, constituindo-se, portanto, num processo de acumulação, com leis objetivas e contradições. A autonomia do Estado para interferir na estrutura econômica é relativa, não podendo constituir-se num *deus ex machina* cuja ação possa modificar as leis econômicas e eliminar as contradições do capitalismo.

A falta de uma derivação do Estado a partir das contradições da acumulação de capital é a principal crítica formulada pela escola da derivação. Os derivacionistas buscaram demonstrar que a separação entre o econômico e o político é algo típico do capitalismo, que precisa ser explicado como originário da forma social da produção capitalista (Mollo, 2001). O Estado é derivado do capital:

---

<sup>17</sup> Grifo nosso.

*A dedução lógica do Estado nos países capitalistas desenvolvidos traduz uma abordagem fundamentalmente diversa das adotadas por Gramsci e Poulantzas, etc. A sucessão das categorias a que antes nos referimos – mercadoria, valor, dinheiro, capital e, depois, Estado – significa que cada uma delas ultrapassa a si mesma e nenhuma pode ser plenamente compreendida sem a precedente. O Estado é uma categoria, uma abstração real. É deduzido de uma categoria: nesse caso, do capital. Portanto, não é deduzido das classes sociais, da existência cotidiana delas e do seu jogo<sup>18</sup> (Mathias & Salama, 1983, p.31).*

Deduzido do capital o Estado terá a explicação sobre sua autonomia relativa para a escola da derivação, na estrutura básica das relações de produção capitalistas:

*A generalização da mercadoria fornece as bases materiais para uma coisificação das relações de produção. O fetichismo da mercadoria faz com que o Estado apareça com algo acima das classes sociais. A generalização da mercadoria não pode existir sem que exista - como pré-condição – o desenvolvimento do capital (ibid., p.25).*

Existem formas diferentes, nesta escola, de explicar a natureza do Estado a partir da categoria capital. Altvater identifica na ação dos capitais individuais uma concorrência com potencial destrutivo que põe em risco a reprodução do capital. O Estado é deduzido da necessidade de neutralizar os efeitos destrutivos desta concorrência:

*Therefore, capital cannot itself produce through the actions of the many individual capitals the inherent social nature of its existence: it requires at its base a special institution which is not subject to its limitations as capital, one whose transactions are not determined by the necessity of producing surplus-value, one which is in this sense a special institution 'alongside and outside bourgeois society, and one which at the same time provides, on the undisputed basis of capital itself, the immanent necessities that capital neglects. Consequently, bourgeois society produces in the state a specific form which expresses the average interest of capital. The state cannot be grasped therefore merely as a political instrument, nor as an institution set up by capital but only as a special form of establishment of the social existence of capital reproduction process of capital (Altvater, 1979, p.41).*

Hirsch explicará a natureza do Estado em função da anarquia que marca a produção capitalista. Segundo ele, o processo histórico de desenvolvimento capitalista não tem apresentado uma trajetória de reprodução marcada pela estabilidade ou equilíbrio nas relações de produção; ao contrário, esta é acompanhada por crises e

---

<sup>18</sup> Grifo nosso.

instabilidades, reflexo das contradições internas na sua dinâmica de acumulação. Esta realidade, torna indispensável a intervenção do Estado para garantir a reprodução do capital. A tendência a queda da taxa de lucro é, para o marxismo, a expressão maior destas contradições:

*El proceso capitalista de reproducción es una reproducción en escala necesariamente ampliada, es un proceso de acumulación. La reconversión permanente de plusvalía en capital es impuesta al capitalista individual por la competencia como una ley coercitiva externa. Obliga a aumentar continuamente su capital para conservarlo, y no puede aumentarlo más que por medio de una acumulación progresiva. Lo que determina actualmente de manera decisiva el proceso de acumulación y constituye, según Marx, el punto capital de la investigación, son las modificaciones en la composición del capital que se instauran necesariamente en el curso de ese proceso, en razón del desarrollo de las fuerzas productivas que él impulsa, es decir, las modificaciones de la relación entre el trabajo reificado y el trabajo vivo en el proceso de producción, cuyas consecuencias culminan en la baja tendencial de la tasa de beneficio. Para Marx, esa ley de la baja tendencial de la tasa de beneficio (es) desde todos puntos de vista la ley más importante de la economía política moderna" (Hirsch, 1979f, p.16).*

O desenvolvimento da sociedade capitalista, entendido a partir das transformações progressivas nas forças produtivas, impulsionado pela acumulação do capital, entra constantemente em contradição com a estreita base das relações capitalistas de produção. Com base nesta dinâmica, Hirsch irá associar a derivação do Estado da necessidade que tem o capital de uma intervenção do aparato estatal para atenuar os efeitos do caráter anárquico da produção e garantir o processo de reprodução:

*Esta contradicción se manifiesta en la tendencia absoluta del capitalismo a las crisis y al aniquilamiento, que no puede ser compensada más que por la reorganización permanente, en el momento de las crisis, de las condiciones sociales de producción y de las relaciones sociales de explotación. Las **contratendencias**<sup>19</sup> a la baja tendencial de la tasa de beneficio, deducibles lógicamente de la ley del valor, tal como se la ha indicado arriba, se realizan concretamente en forma de cambio de las relaciones sociales complejas para la instauración de las cuales vuelve a adquirir creciente importancia el aparato de Estado (ibid., p.30).*

A escola derivacionista depara-se com um problema de ordem teórica ao analisar as economias periféricas do sistema capitalista. Como explicar a natureza do Estado a

---

<sup>19</sup> Grifo nosso.



partir da derivação do capital em economias que não possuem desenvolvidas as relações de produção capitalista. A resposta sobre a natureza do Estado nas economias periféricas será encontrada na economia mundial:

*A hipótese central de nosso estudo é que é possível deduzir da economia mundial constituída a natureza de classe dos Estados da periferia (...)*

*Do mesmo modo como no caso da dedução lógica da natureza de classe do Estado nos países capitalistas desenvolvidos, essa dedução lógica não faz referência à formação social. A natureza de classe do Estado pode ser capitalista, independentemente da existência ou não de uma classe capitalista local (...)*

*Os Estados-Nação subdesenvolvidos constituem a periferia, a parte dominada do conjunto que é a economia mundial. Eles sofrem leis. Por isso, o Estado é o lugar onde se vai cristalizar a necessidade de reproduzir o capital em escala internacional. É o lugar de difusão das relações mercantis e capitalistas, difusão necessária à realização da divisão internacional do trabalho (Mathias & Salama, op.cit. p.42-43).*

Contraditoriamente o Estado, neste caso, passa de derivado do capital para gerador das relações capitalistas, mesmo que encoberto pela função de difusor das relações mercantis existentes na economia mundial.

Os derivacionistas reduzem a compreensão do Estado à sua ação sobre a base econômica e técnica, abstraindo a sua gênese e natureza. Farias (2000) chama atenção para semelhante equívoco:

*É no contexto de uma formação econômica e social dada que se apreende o conjunto dos aspectos do Estado como ser social e histórico. Não se deve inserir a estrutura do Estado nos marcos de formas políticas e institucionais abstratas. Ao contrário, percebe-se, inicialmente, seu caráter subjetivo tendo por eixo sua objetividade natural e se distingue sua aparência de sua essência e, em seguida, suas relações dinâmicas, que se desenvolvem a partir da luta de classes (sua essência social), cujo eixo é a divisão capitalista do trabalho (sua essência material). Porque, além da essência do Estado, há as formas específicas sob as quais ele se apresenta num momento dado como aparência, genealogia, fetichismo, silogismo, teleologia... Em suma, a verdade sobre o Estado só pode ser estabelecida na medida em que se apreendem as relações efetivas entre todos seus aspectos, suas potências e suas tendências. O Estado representativo moderno é um ser social situado no tempo e no espaço; é rico em determinações; trata-se de uma totalidade concreta, complexa e contraditória. Para analisar a natureza e o papel do Estado no seio do*

*capitalismo, recusa-se o funcionalismo que reduz o ser social estatal a sua ação sobre a base econômica e técnica. Pois não se pode jamais ignorar que estes elementos só se tornam plenamente verdadeiros e reais como relações orgânicas. Nesta recíproca interação, supõe-se, evidentemente, a primazia ontológica da natureza do Estado sobre o seu papel (isto é, de sua forma sobre sua função). (op.cit; p.26-27).*

A partir da breve avaliação crítica das contribuições de Luis Alfredo Galvão; da escola dos regulacionista; e da escola da derivação, consideramos insuficientes as explicações apresentadas acerca das relações entre o Estado, sua natureza, e o capital.

Adotaremos uma concepção que atribui ao Estado e ao capital uma relação orgânica e historicamente determinada. A ação do Estado que tem na sua essência a luta de classes, cujo eixo material é a divisão do trabalho, não se limita à criação das condições gerais para a reprodução do capital. Implica também numa intervenção direta no processo econômico de produção, através de um conjunto de mecanismos e ações, objetivando e preservando os interesses da acumulação capitalista. Tendo como pressuposto a instabilidade endógena do capitalismo, e a incapacidade cada vez maior do capital, no curso do seu desenvolvimento histórico e na base dos capitais individuais concorrentes, superar os obstáculos à acumulação, o Estado apresenta uma tendência crescente de intervenção, ampliando qualitativamente o âmbito das suas atividades.

Uma visão ampla das relações específicas e as articulações mútuas entre o Estado e capital nos será proporcionada através da definição das funções do Estado burguês na formação social capitalista.

A primeira destas funções seria a garantia das relações capitalistas e das condições gerais para a reprodução do capital. O cumprimento desta função, significa, fundamentalmente: salvaguardar a propriedade privada, garantir a disponibilidade de um trabalho assalariado livre em condições proveitosas para o capital, regulação dos intercâmbios, e criação das condições de infra-estrutura para a produção onde os capitais individuais não possam atuar. Nesta função, o Estado se apresenta como o capitalismo coletivo ideal, visto que preserva os interesses do capitalismo em seu conjunto, não podendo apresentar-se, a priori, como defensor dos capitalistas individuais. Inclusive, coloca-se diante destes e do proletariado, como aparato externo de dominação e de administração:

*El cumplimiento de estas funciones presupone que el Estado se sitúe, tanto frente a los capitalistas individuales como frente al proletariado, como aparato externo de dominación y de administración: refrene (por lo mismo que puede hacerlo) a los capitales individuales – por ejemplo cuando aplican mal las reglas de cambio, o cuando su ávida búsqueda de ganancias amenaza con aniquilar física y psíquicamente la existencia del trabajo asalariado, ( legislación de la empresa, protección del trabajo, duración del trabajo, reposo, salud) – y al mismo tiempo mantenga políticamente al proletariado dentro de ciertos límites, ya sea por medidas individuales de reparto equitativo o de pacificación (política social) o por medio de la represión, ideológica o violenta. A partir de la necesidad de mantener las condiciones exteriores generales del modo de producción capitalista contra usurpaciones procedentes tanto de los obreros como de los capitalistas aislados, la necesidad de la particularización del Estado frente a la sociedad burguesa, definida primero de manera general, se deja sentir de nuevo ahora de manera más concreta. Por eso es que el aparato político de dominación está equipado con medios específicos (fuerza de ley y de organización, justicia, aparato policiaco y militar). La existencia del Estado burgués significa, en otros términos, la confesión de que la conservación de la sociedad sus estructuras concretas por la sola autorreproducción del capital en el proceso de acumulación no está ya asegurada en ninguna época (Hirsch, op.cit., p.44).*

O capitalismo como portador de uma dialética da globalização, em face do seu mecanismo reprodutivo, cria o mercado mundial, e este apresenta, nos diversos momentos históricos, uma divisão internacional do trabalho. Levando em consideração a divisão internacional do trabalho o Estado assume, no espaço, o papel para além do contexto local (nacional) situando-se nas relações entre nações, e entre a nação e o mercado global. Cabe portanto ao Estado, enquadrado ainda na função de garantia das relações capitalistas e das condições gerais para a reprodução do capital, a defesa e proteção do capital no mercado mundial. Jessop, baseando-se nas argumentações de Poulantzas, destaca, mesmo na atual fase da globalização, esta função dos Estados-nação:

*Os Estados nacionais desempenham um papel importante no posicionamento competitivo dos seus respectivos espaços econômicos diante dos capitais forâneos (inclusive atraindo investimento estrangeiro direto e assegurando outras vantagens da penetração estrangeira); e também promovem a concentração e a expansão internacional do capital indígena que compete com tais capitais (...)*

*Como contradições interimperialistas subsistem em muitos outros pontos, os Estados nacionais continuarão a apoiar as suas próprias burguesias com base nacional (interior, nacional, compradora); com efeito,*

*a "nação moderna continua a ser, para a burguesia, o ponto focal de sua própria reprodução" (Jessop, 1998, p.19).*

O processo capitalista de acumulação, baseado na produção de mais-valia, é marcado por crises originadas nas suas contradições internas, e expressas na Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro. Com o crescente desenvolvimento do capitalismo e das suas crises, o Estado, além de garantidor das condições gerais para a reprodução, foi obrigado a intervir diretamente no processo de reprodução por meio de uma redistribuição sistemática, incorporação de ações produtivas e de uma regulação econômica na esfera da circulação, constituindo um movimento de contratendência fundamental à acumulação capitalista.

A segunda função diz respeito à inclusão do Estado no processo econômico de reprodução, através do redimensionamento administrativo das intervenções e regulação da circulação. Enquadra-se nesta função as estatizações ou semi-estatizações das produções que exigem altas inversões e retorno de longo prazo, e as não rentáveis. A utilização do aparato de crédito e conjunto de subvenções do Estado em proveito do grande capital influenciando monetária e fiscalmente nas condições de exploração e na tentativa de manter um relativo equilíbrio no processo global de reprodução. Frente à monopolização do capital, a polarização de classes, a agravação das relações de produção, as modificações tecnológicas e a desagregação das formas tradicionais de reprodução e garantia da força de trabalho, cabe também ao Estado a criação de uma rede de proteção social, que salvguarde a força de trabalho e garanta uma certa paz social.

A regulação da circulação diz respeito a um conjunto de ações do Estado que visam interferir no movimento cíclico de reprodução do capital. As ferramentas para a efetivação das políticas econômicas dos Estados (regulação do sistema de crédito, aparato de previsão e análise econômica, leis de estabilidade, etc), bem como as políticas de inversões estatais e a ampliação do consumo do Estado, agem para impedir que os mecanismos reguladores do próprio mercado gerem crises que ponham em risco a reprodução. Registra Hirsch:

*Una circunstancia decisiva de la reproducción del capital en las condiciones monopolicas reside en que la ley del valor, en tanto que mecanismo de regulación que rige la repartición del trabajo social e*

*instaura la proporcionalidad de las diferentes esferas de producción, funciona de una manera mucho más directa y contradictoria que en las condiciones del capitalismo de competencia – y sin estar abrogadas, por supuesto, el aparato de estado adquiere en ese proceso la función contradictoria de favorecer la centralización monopólica de plusvalía con miras a la conservación del proceso de acumulación, o por lo menos de no estorbar esta centralización, debiendo sin embargo preservar el equilibrio de la reproducción precisamente roto por esa primera operación, y esto por medio de intervenciones directas o indirectas en el proceso de circulación y de explotación. La intervención del Estado se vuelve así un factor de penetración en la ley del valor. La repartición equitativa de las tasas de beneficio que se encuentra entorpecida en el plan nacional, así como a nivel de mercado mundial, por la monopolización y por el desarrollo técnico no proporcional, obliga al aparato de Estado a intervenir en beneficio de grupos de capitales individuales al influir aduanal, monetaria o fiscalmente en las condiciones de explotación, o bien al subvencionar una redistribución directa de los ingresos. Como al mismo tiempo el crecimiento del capital fijo vuelve tendencialmente más difícil la orientación del capital, con toda la flexibilidad deseada, hacia las esferas de inversión a las más altas tasas de beneficio, aparece una presión creciente en dirección de las “ayudas al ajuste” del Estado, y aun la presión para una estatización o casi estatización de las producciones no rentables (op.cit., p.48).*

A influência crescente do Estado sobre o volume dos investimentos no conjunto da economia, a ampliação do “mercado do Estado”, ou seja o aumento da demanda estatal de bens e serviços, a transferência de recursos do Estado para o capital via dívida pública, são expressões desta segunda função, inclusão do Estado no processo econômico de reprodução, através do redimensionamento administrativo das intervenções e regulação da circulação.

Finalmente, a função do Estado de garantir o desenvolvimento das forças produtivas. As forças produtivas alcançam um nível de desenvolvimento que exigem para garantir uma taxa de inovação suficiente, edificar, com a ajuda do aparato do Estado, um vasto sistema geral de produção científica, tecnológica, e de qualificação. Ao estado cabe também assegurar, diretamente ou por meio de subsídios financeiros, o desenvolvimento da tecnologia de produção aos monopólios. Hirsch assim justifica esta função do Estado:

*Lo que es decisivo en el plan de la teoría del Estado, es la incapacidad, cada vez más visible en ese proceso, de los capitales individuales monopólicos para producir tasas – necesarias para la reproducción del capital en su conjunto – de progreso de la ciencia y la*

*técnica, y por ello de desarrollar las fuerzas productivas, y eso a partir de sus propias fuerzas (...)*

*Así pues, la producción sistemática de ciencia y tecnología, relativamente desligada de las condiciones de competencia y de explotación de los capitales, se convierte en un campo esencial de las funciones administrativas del Estado, es decir, el desarrollo de las fuerzas productivas alcanza el nivel en que la socialización de la producción debe romper aun los límites impuestos por los monopolios privados. Se vuelve necesario, para garantizar una tasa de innovación suficiente, edificar y desarrollar, con ayuda del aparato del Estado, un vasto sistema general de producción científica y tecnológica y de calificación, así como asegurar el desarrollo de la tecnología de producción de los monopolios en expansión, directamente, mediante subsidios financieros del Estado (ibid. p.57-58)*

Concluimos afirmando a relação orgânica entre o Estado e o capital, destacando que a ação do Estado, cada vez mais ampla, tem se constituído numa necessidade<sup>20</sup> permanente e crescente do modo de produção capitalista.

---

<sup>20</sup> Esta afirmativa será objeto dos dois próximos capítulos.

## CAPÍTULO II

### O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

#### A acumulação primitiva

O modo capitalista de produção depende de certas condições históricas e materiais para a sua existência. Tais condições compreendem: a transformação do dinheiro em capital, a acumulação do capital que pressupõe a mais valia, e esta a disponibilidade de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Rosdolsky destaca nos Grundrisse<sup>21</sup> estas condições:

*(a) de um lado, a disponibilidade da capacidade viva de trabalho como existência meramente subjetiva, separada dos elementos de sua realidade objetiva; logo, separada das condições de realizar trabalho vivo e dos meios de existência, meios de conservar a força viva do trabalho (...); b) o valor (o capital), que se contrapõe, deve ser "uma acumulação de valores de uso suficientemente grande, de modo a proporcionar as condições objetivas não só para produzir os produtos ou valores necessários para reproduzir ou conservar a capacidade viva de trabalho, mas também para absorver mais trabalho, para lhe suprir material objetivo; c) deve existir uma livre relação de troca (...) entre as partes (...) ou seja, uma produção que não proporciona diretamente, ao produtor, os meios de subsistência, sendo mediada pela troca, e na qual ninguém pode apoderar-se diretamente do trabalho alheio, devendo comprá-lo através de uma operação de intercâmbio com o trabalhador; e, finalmente, d) a parte que se defronta com o trabalhador deve entrar em cena como valor e ter como finalidade última gerar valores, autovalorizar-se, obter dinheiro, e não criar valores de uso e desfrutar diretamente deles (Rosdolsky, 2001, p.227-228).*

A explicação sobre a formação destas condições não pode ser encontrada no modo de produção capitalista. A sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. Portanto, é no conjunto das transformações que levaram à desagregação do feudalismo que encontraremos as explicações para criação das relações de produção capitalistas. Este processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção é chamado de acumulação primitiva, se constituindo na pré-história do

<sup>21</sup> Obra de Karl Marx, 1857-1858.

capital e do modo de produção capitalista (Marx, 1980). As transformações que criaram as bases do capitalismo iniciaram no último terço do século XV e se estenderam até o século XVIII. Seu estudo terá como lócus a Inglaterra, país onde se desenvolveu a forma clássica do capitalismo, berço da revolução industrial, da consolidação da hegemonia burguesa, e da difusão do capital em escala mundial.

O processo de dissociação do trabalhador dos meios de produção tem como base, na Inglaterra, a expropriação do camponês e a sua privação da posse da terra. O desenvolvimento das manufaturas de lã, e a conseqüente elevação dos preços deste produto, levaram às transformações das terras de lavouras em pastagens, motivando as violentas expropriações contra os camponeses.

A aceleração pela força da dissolução das vassalagens feudais, implementada pelo poder real, a expulsão dos camponeses, a usurpação das terras comuns pelos senhores feudais, o saque às terras da Igreja Católica<sup>22</sup> - por ocasião da Reforma e a sua apropriação por especuladores, burgueses ou agricultores - e a usurpação das terras da Coroa por uma oligarquia, foram os métodos empregados para privarem os camponeses do seu principal meio de produção, a terra.

A transformação da propriedade feudal e do clã (terras comuns) em propriedade privada moderna, principalmente essa, não se deu apenas pela violência individual como bem assinala Marx:

*Conforme vimos, a violência que se assenhoreia das terras comuns, seguida em regra pela transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. Mas, então, o processo se efetivava por meio da violência individual, contra a qual a legislação lutou em vão durante 150 anos. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus próprios métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se apresentam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (op.cit., 840-841).*

---

<sup>22</sup> Proprietária de grande parte do solo Inglês no século XVI



O conjunto destas ações proporcionou a incorporação das terras ao capital, substituindo a velha agricultura do senhorio na agricultura capitalista, e tornou a população agrícola disponível a indústria das cidades, criando uma oferta de homens, mulheres e crianças que não possuindo meios de produção, e sem direitos, passaram a vender o que lhes restou, a força de trabalho. A força de trabalho é transformada em mercadoria e o camponês em proletariado.

Este movimento, além de privar a população rural dos seus meios de trabalho, privou-a também dos seus meios de subsistência, causando a ruína da indústria doméstica rural, e o processo de dissolução entre a manufatura e a agricultura. Temos aí, com as formações do proletariado e do mercado interno, um movimento de duplo favorecimento ao capital industrial.

A população rural expropriada não se enquadrou mecanicamente às novas relações de produção, nem a organização de trabalho e disciplina por elas exigidas. Várias ações do Estado foram então empregadas para impor, ao incipiente proletariado, as regras do novo modo de produção, garantindo às manufaturas um exército disciplinado para a valorização do capital.

Estas ações tiveram início no século XIV, com o surgimento da legislação sobre o trabalho assalariado – na Inglaterra com o “Estatuto dos Trabalhadores” de Eduardo III, de 1349, e na França na ordenança de 1350, publicada em nome do rei João (Marx, 1980). O Estado através destas legislações e das punições efetivadas contra o seu não cumprimento, objetivava garantir: um salário máximo a ser pago<sup>23</sup>; o prolongamento compulsório da jornada de trabalho; e a proibição das coligações ou associações de trabalhadores.

Além das leis para rebaixar o salário, impedir a organização da nova classe (o proletariado), e forçar a ampliação da jornada de trabalho, uma outra legislação foi instituída para atuar contra os expropriados do século XV<sup>24</sup>. Os camponeses expulsos do

---

<sup>23</sup> Punindo severamente, com pena de prisão, a quem recebesse e pagasse um salário acima do estabelecido pela lei.

<sup>24</sup> Estas leis tiveram início na Inglaterra no reinado de Henrique VIII, lei de 1530, depois vieram: Eduardo VI, 1547; Elizabeth, 1572, Jaime I, não se constituindo porém numa exclusividade da Inglaterra. Ocorreram leis análogas na França, Luis XVI e nos Países Baixos, Carlos V.



campo, pelos vários mecanismos já apresentados, tiveram contra si leis sanguinárias<sup>25</sup> que coercitivamente submetia-os ao capital. O Estado, sob a alegação de combate a vadiagem – como se os camponeses sem a terra, lhes arrancada pelo capital, fossem os responsáveis por não disporem de meios de produção e, sem ocupação, vagassem por indolência ou preguiça – legalizou a tortura, a prisão e a escravidão como instrumentos compulsórios para incorporar este contingente de mão de obra às manufaturas.

Marx ao descrever a forma violenta, como ocorreu a criação do proletariado, ressalta a importância do Estado neste processo:

*Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura.*

*Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção continua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capital sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por essas condições. Mas, as coisas corriam de modo diverso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisava e empregava a força do estado, para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva<sup>26</sup> (ibid. p.854-855).*

Um outro elemento a ser pesquisado na constituição do capitalismo é a formação do capital, especificamente a transformação do capital dinheiro em capital industrial. Esse processo, por um lado, decorre da evolução de mestres de corporação, e de

<sup>25</sup> Expressão utilizada por Marx.

artesãos em capitalistas, através da exploração do trabalho assalariado e da conseqüente acumulação. Por outro lado esta explicação não é suficiente para justificar a disponibilidade de grandes quantidades de capitais que foram utilizados na formação do capital industrial. As fabulosas somas de capitais acumuladas têm origem no capital usurário, e no capital mercantil, que existiam na Idade Média. Marx, avaliando os acontecimentos deste período histórico, evidencia a importância do Estado na acumulação destes capitais:

*As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista (...)*

*Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas, todos eles utilizam o poder do estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parceiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica<sup>27</sup> (ibid. p.868 – 869).*

O sistema colonial proporcionava uma gigantesca concentração de capital, cujos mecanismos utilizados dependiam de uma forte intervenção do Estado. Os monopólios comerciais, para a exploração das colônias, concedidos pelos Estados; a pilhagem, e a exploração do trabalho escravo, ações que exigiam a presença bélica do Estado, fizeram da Europa o destino final de uma soma fabulosa de riquezas que posteriormente se transformaram em capital.

O sistema da dívida pública, vai permitir, em primeiro lugar, ao Estado através da arrecadação e concentração de recursos se lançar ao comércio marítimo, as disputas coloniais, e as guerras comerciais, impulsionando o sistema colonial. Em segundo lugar, abre um novo espaço de valorização do dinheiro cujos efeitos se multiplicam:

---

<sup>26</sup> Grifo nosso.

<sup>27</sup> Grifo nosso.

*A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. Os credores do estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos de dívida pública facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação(...) Mas, além de tudo isso, a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em suma, o jogo de bolsa e a moderna bancocracia (ibid. p.872 – 873).*

A estruturação de um novo sistema tributário, neste período, é um desdobramento natural da significativa evolução das despesas do Estado em função do seu nível de intervenção na vida econômica e o seu papel na acumulação de capital, bem como da necessidade de financiar o endividamento público. A ampliação das receitas estatais via carga tributária também representa uma ação expropriante que age sobre os trabalhadores, camponeses, os artesãos, e os demais segmentos médios inferiores, subtraindo destes segmentos recursos que irão para órbita estatal, e serão utilizados em benefício da valorização do capital.

O protecionismo, imposto pelo Estado-nacional, criou uma reserva de mercado para o capital industrial que lhe permitiu a sua consolidação às custas da espoliação do conjunto do povo. No além fronteira, o protecionismo proporcionava a eliminação da concorrência para garantir em escala global a expansão do capital industrial.

A formação do mercado mundial, que se desenvolve a partir do sistema colonial, o protecionismo, o sistema tributário, a dívida pública, e o processo de surgimento do proletariado, demonstram que o capitalismo, desde a sua gênese, possui um lócus territorial na sua gestão política e apresenta uma tendência endógena à globalidade dos seus fluxos econômicos.

Fernand Braudel, ao estudar as atividades econômicas, partindo de outro referencial teórico, e de uma periodização diferente da adotada por Marx, também irá concluir pela importância do Estado na formação e triunfo do capitalismo.

As atividades econômicas, segundo Braudel, são de três tipos: autoconsumo; economia de mercado; e capitalismo. O autoconsumo, corresponde às atividades cotidianas da *vida material*<sup>28</sup>, das quais os homens obtêm os bens para a sua sobrevivência sem necessitarem da troca regular de produtos. Na economia de mercado a produção e o consumo são intermediados pela troca regular de produtos. Esta atividade, nos séculos do *Ancien Regime*, entre 1400 e 1800, ainda se constituía numa economia de troca imperfeita pois uma parte significativa da produção perdia-se no autoconsumo, não entrando no circuito do mercado (Braudel, 1985, p.20). Ao descrever a economia de mercado no mundo, Braudel registrou dois níveis diferentes de seu desenvolvimento. O primeiro se refere a um nível inferior, pouco desenvolvido, cujas formas são: os mercados, as lojas, os camelôs. No segundo, o nível superior, encontram-se os instrumentos de troca mais desenvolvidos: as feiras e as Bolsas. Braudel atribui ao mercado público<sup>29</sup> o domínio da economia de mercado, cujas características descreve:

*Na primeira categoria*<sup>30</sup>, *colocarei de bom grado as trocas cotidianas do mercado, os tráficos locais ou a pouca distância: assim, o trigo, a madeira que é encaminhada para a cidade próxima; e mesmo os comércios de maior raio de ação, quando são regulares, previsíveis, rotineiros, abertos tanto aos pequenos quanto aos grandes comerciantes (...).*

*Dessas trocas sem surpresas, "transparentes", das quais cada um conhece de antemão os limites e as particularidades e cujos lucros, sempre medidos, é sempre possível avaliar (...). Do mesmo modo, o comércio regular que anima os grandes comboios de trigo do Báltico é um comércio transparente: as curvas de preço na partida, em Dantzig, e na chegada, em Amsterdã, são sincrônicas, e a margem de lucro e ao mesmo tempo, segura e moderada (Braudel, 1987, p.45-46).*

O capitalismo, na concepção de Braudel, surge do jogo de trocas, do desenvolvimento e superação da economia de mercado:

*Que esse tipo de troca substitui as condições normais do mercado coletivo por transações individuais cujos termos variam arbitrariamente segundo a situação respectiva dos interessados é comprovada sem ambigüidade na Inglaterra pelos numerosos processos que a interpretação dos pequenos bilhetes assinados pelos vendedores engendrou. É evidente*

<sup>28</sup> Expressão utilizada por Braudel

<sup>29</sup> O *public market* é uma expressão utilizada por historiadores ingleses para se referir ao mercado público tradicional

<sup>30</sup> Economia de mercado

*que se trata de trocas desiguais em que a concorrência – lei essencial da chamada economia de mercado – dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente (só ele conhece as condições do mercado nas duas pontas da cadeia e, portanto, a margem de lucro que obterá) , e dispõe de dinheiro para compras à vista, o que constitui seu principal argumento. Assim as extensas cadeias mercantis estendem-se entre a produção e o consumo e foi certamente a sua eficácia que as impôs, em especial para o abastecimento das grandes cidades(...)*

*Ora, quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o processo capitalista emerge claramente. Emerge de maneira fulgurante no comércio à distância (...)*

*Desses grandes lucros derivam as consideráveis acumulações de capitais, tanto mais que o comércio à distância se reparte apenas entre poucas mãos. Não entra nele quem quer (...)*

*Enfim, é pela massa de seus capitais que os capitalistas estão em condições de preservar seus privilégios e de se reservar os grandes negócios internacionais (ibid., p. 47-50).*

Diferentemente de um tipo de troca competitivo e transparente, o capitalismo descrito, define-se a partir de um sofisticado jogo de trocas, com hierarquias e uma complexa esfera de circulação onde a concorrência é substituída pelo controle. A concentração de recurso e o domínio do mercado, no capitalismo, levou Braudel a caracteriza-lo como *contramercado*. Portanto, o capitalismo<sup>31</sup> sempre foi monopolista e deriva das atividades econômicas desenvolvidas na cúpula, na zona do alto lucro, muito acima da economia de mercado. Resultante do privilégio de uma minoria, o capitalismo, necessitou do Estado para a criação das condições, desiguais, que permitissem a sua navegação na zona do alto lucro, e a sua dominação.

*Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é Estado<sup>32</sup>. Em sua primeira grande fase, nas cidades-Estados da Itália, em Veneza, em Gênova, em Florença, é a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda, no século XVII, a aristocracia dos regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócios, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada em mais de um século: é com*

<sup>31</sup> Para Braudel o capitalismo já existia desde o século XIV na Europa.

<sup>32</sup> Grifo nosso.

*a revolução de julho de 1830 que a burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo (ibid., p.55).*

Na acumulação primitiva, fase de constituição das condições objetivas para o surgimento do capitalismo formação do proletariado, transformação do capital dinheiro em capital industrial - e a consolidação deste, enquanto modo de produção dominante, o Estado, expressão da força organizada e concentrada da sociedade, através do sistema colonial, das dívidas públicas, do moderno regime tributário, do protecionismo, interferiu decisivamente nesse processo, demonstrando a sua relação orgânica com o capital. Na fase da acumulação primitiva, período de surgimento dos Estados-nação, a importância e a força do Estado é parte característica do nascimento do capitalismo, tendo este adquirido uma dimensão nacional na sua formação. Não há capitalismo sem burguesia; e esta se fortalece no âmbito do Estado-nação, ao mesmo tempo em que se forja a realidade nacional; é neste âmbito que foi progressivamente criada, modelada, e adaptada a mão-de-obra necessária. Para o capitalismo dominante, para a burguesia triunfante, o âmbito geográfico de atividade é o mundo: é em escala internacional que ela obtém a mão-de-obra e as matérias básicas que ela vende, transaciona e pilha (Beaud, 1991).

### **O capitalismo concorrencial**

A etapa concorrencial do capitalismo corresponde ao período de 1846, ano da abolição das *Corn Laws*<sup>33</sup> na Inglaterra, a 1873-96, anos da grande depressão. Esse período de desmedida expansão econômica é marcado pelo ritmo alucinante das transformações: na produção, notadamente no volume, nas técnicas e na estrutura da indústria; nas relações sociais; na extensão e variedade do comércio. O *boom* inicial, resultante destas transformações, permitiu a consolidação do modo de produção capitalista, dando-lhe dimensão globalizante. As condições, excepcionais, favoráveis ao florescimento do capitalismo, caracterizaram esta época: Era do Capital (Hobsbawm, 1982); a irresistível ascensão do capitalismo industrial (Beaud, 1991); o mundo ganha

---

<sup>33</sup> Leis que restringiam a importação e exportação de trigo na Inglaterra, reservando este mercado aos senhores de terra em detrimento dos interesses de amplas camadas da população e do capital industrial.



uma nova configuração, a configuração ditada pela revolução industrial capitalista do século XIX (Dobb, 1986).

Iniciaremos o estudo desta etapa pela análise das transformações na estrutura produtiva, a evolução da manufatura para a maquinofatura, que proporcionou a elevação no grau de produtividade do trabalho, aumento do proletariado, ampliação do campo de investimento e do mercado de bens de consumo, e a predominância de um novo tipo de capital, o capital industrial.

A introdução da máquina a vapor como força motriz, permitiu a transformação da ferramenta da mão humana num mecanismo, impondo um processo mais coletivo de produção, com uma maior extensão e complexidade da divisão de trabalho, e concentração de trabalhadores num só lugar, a fábrica, reduzindo a importância das aptidões individuais dos trabalhadores. Dobb (1986), ao destacar a submissão do produtor humano aos ritmos e movimentos ditados pelo novo processo mecânico registra com precisão a mudança qualitativa e suas conseqüências:

*(...) uma mudança técnica de equilíbrio que teve seu reflexo sócio-econômico na crescente dependência do trabalho em relação ao capital e no papel cada vez maior desempenhado pelo capitalista como força disciplinadora e coatora do produtor humano em suas operações detalhadas. (...) Nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira, independentemente de outros, enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos. A ferramenta característica desse período, diz Mantoux, era "passiva na mão do trabalhador; sua força muscular, sua habilidade natural ou adquirida, ou sua inteligência determinam a produção até o menor detalhe"<sup>34</sup>. As relações de dependência econômica entre os produtores individuais ou entre produtor e mercador não eram diretamente impostas pelas necessidades do próprio ato de produção, mas por circunstâncias externas a ele: eram relações de compra e venda do produto acabado ou semi-acabado, ou então relações de dívida relativas ao fornecimento das matérias-primas ou ferramentas de profissão. Isso continuou verdadeiro até mesmo com relação à "manufatura simples", onde o trabalho se congregava num só lugar, mas em geral como processos paralelos e atomísticos de unidades individuais e não como atividades interdependentes que precisassem ser integradas num organismo para funcionar (Dobb, op.cit, p.186).*

<sup>34</sup> Mantoux. Industrial Revolution in the Eighteenth Century. p.193.

Essas transformações, são consequência da penetração significativa da ciência no processo produtivo. Um conjunto de grandes invenções foi concebido em termos facilmente conversíveis em maquinaria e amplamente adotados. Na indústria algodoeira a máquina de fiar, patenteada por Hargreaves em 1770; a lançadeira volante apresentada por Kay em 1733; o filatório tocado a água, inventado por Arkwright no ano anterior; o filatório de Crompton, introduzido em 1779, o filatório autônomo, inventado por Kelly em 1792, a máquina a vapor de James Watt em 1769 e sua aplicação à manufatura algodoeira quinze anos depois, o tear mecânico de Cartwright de 1785. Na siderurgia, a invenção da redução do carvão na parte inicial do século XVIII e a aplicação da máquina a vapor aos altos fornos em 1788 (Dobb, 1986). As indústrias que mais se destacaram, pelas suas taxas de crescimento e efeito multiplicador, e podem ser caracterizadas como motrizes, neste período, foram: as do algodão, da fundição e dos trilhos de estrada de ferro<sup>35</sup>. Segundo Hobsbawm (1982) os produtos da “Era do Capital” vieram a ser o ferro e o carvão e o seu símbolo mais espetacular, a estrada de ferro, que os combinava. Os têxteis, o mais típico produto da primeira fase de industrialização, cresceu porém num ritmo comparativamente menor. A estrada de ferro, somada a invenção do vapor e do telégrafo oportunizaram os meios de comunicação para que a economia capitalista intensificasse e multiplicasse as transações comerciais, tornando-a de caráter global.

A Inglaterra berço desta revolução, transforma-se na oficina do mundo, e nesta condição conduz um movimento de liberalização do comércio em escala mundial. O aumento da produtividade e da produção, resultantes da revolução industrial, a suspensão das barreiras protecionistas, e o triunfo do liberalismo econômico fazem explodir o comércio mundial. Entre 1850 e 1870 o comércio mundial<sup>36</sup> cresceu 260%, enquanto no período de 1800 e 1840 não tinha se quer dobrado. Duas razões, destacadas por Hobsbawm, permitiram a incorporação de diversas nações rivais à Inglaterra no processo de liberalização comercial, mesmo que em desvantagem:

*Em primeiro lugar, a expansão geral do comércio mundial, que era realmente muito espetacular comparada ao período de antes de 1840.*

<sup>35</sup> Para um estudo mais aprofundado da evolução da produção dessas indústrias motrizes nos quatro principais países capitalistas da época ver Beaud, op.cit. p.139-143.

<sup>36</sup> Detalhes sobre o volume do comércio mundial neste período ver: Hobsbawm (1982); Beaud (1991); Dobb (1986).

*beneficiou a todos, mesmo que beneficiasse desproporcionalmente à Inglaterra. Tanto um comércio de exportação grande e sem impedimento, quanto uma fonte de alimentos e matérias-primas igualmente grande e sem impedimento eram evidentemente desejáveis. Se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava. Em segundo lugar, qual fosse a futura rivalidade entre as economias capitalistas, nesta etapa de industrialização a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o Know-how da Inglaterra era bastante útil (ibid., p.58).*

O crescimento exponencial do comércio mundial, deu-se com a submissão dos mais longínquos lugares, e os seus respectivos modos de produção, à rede de troca capitalista de mercadorias, e anexações de regiões inteiras, de todos os continentes, ao domínio colonial europeu. Enquanto isto, na Europa, berço e epicentro desse movimento, firmavam-se as nações-estados, um conjunto de nacionalidades rivais que almejavam assumir o posto da líder Inglaterra.

Ao lado das transformações produtivas, da dominação colonial e da formação do mercado mundial, sob a égide do capital, este período compreende movimentos fundamentais para a consolidação do capitalismo, mesmo que sua significação ou registro se limite inicialmente aos países mais desenvolvidos e destacadamente à nação condutora, a Grã-Bretanha, são eles: o desenvolvimento do emprego industrial, da urbanização, e do assalariamento, a afirmação da burguesia, notadamente do seu núcleo mais avançado o capital industrial. A conformação dessa nova estrutura de classe, o progresso desmedido da produção e da comercialização, os avanços na ciência, o estilo de vida e os valores europeus, que chegam juntos aos seus produtos e armas, dominam o mundo e encantam as elites periféricas, que os copiam. O período de 1873-96 marca o triunfo do capitalismo e da sociedade burguesa, tendo como suporte teórico o liberalismo econômico.

Este processo de consolidação do capitalismo não teria sido resultante exclusivamente da ação das leis de movimento do capital, e da auto regulação do mercado, excluindo a participação do Estado enquanto um elemento endógeno necessário a valorização do capital? A descrição da etapa concorrencial do capitalismo não é um reforço a afirmativa de Galvão (1984) que a intervenção do Estado só é indispensável na fase da acumulação primitiva, e que após a instalação do circuito do

capital a sua ação econômica cessaria, cabendo exclusivamente ao próprio capital a sua perpetuidade?

A era do liberalismo, do capitalismo concorrencial, é configurada a partir da Grã-Bretanha que ditava o ritmo e a dimensão da sua extensão. Vanguarda da revolução industrial, a Grã-Bretanha quase que monopolizava a produção industrial e liderava uma divisão internacional do trabalho em que desempenhava o papel de “oficina do mundo” (Singer, 1997). Na dinâmica e na formação desta ordem mundial relevante papel desempenhou a força e o poderio do Estado Inglês. Hobson, no seu estudo sobre a evolução do capitalismo moderno, ressalta a importância da política (o Estado) neste período:

*A arte de governar desempenhou papel importante na determinação da ordem e ritmo do progresso industrial. A posse de numerosas colônias e outras conexões políticas em diferentes partes do mundo, abrangendo grande variedade de recursos materiais, deram à Inglaterra e, em menor escala, à França, Holanda e Espanha, grande vantagem. O uso tirânico que essas nações fizeram de suas colônias, com vistas à implantação de manufaturas domésticas, habilitou-as a se especializarem mais ampla e seguramente nas indústrias em que os novos métodos de produção foram aplicados primeiramente. Mesmo depois que as colônias da América do Norte se libertaram, a política de repressão adotada pela Inglaterra em favor de suas manufaturas recém-nascidas permitiu que ela retivesse, em grande medida, os mercados assim criados para seus produtos manufaturados.*

*As grandes anexações feitas pela Inglaterra durante o século XVIII e no princípio do século XIX asseguraram-lhe posição monopolista em muitos dos melhores mercados para a compra de matérias-primas e a venda de produtos manufaturados. A grande demanda assim criada para seus produtos têxteis e artigos de metal não só serviu para estimular novas invenções como lhe permitiu utilizar muitas inovações, que só poderiam ser lucrativamente aplicadas nos casos de grandes indústrias com mercados seguros e em expansão (Hobson, 1985, p.74-75).*

A importância da força e poderio do Estado Inglês para a indústria britânica também foi registrada por Beaud (1991):

*Inglaterra, dona dos mares no fim das guerras napoleônicas; a Inglaterra estendendo ao mundo inteiro seu império e seu comércio; a Inglaterra é nitidamente, no século XIX, a primeira potência mercantil.*

*É que não somente a economia britânica é a mais desenvolvida, mas também seu processo de desenvolvimento está, desde a origem, vinculado à expansão colonial e ao comércio marítimo [...]*

*[...] Mede-se por aí a importância da conquista dos mercados exteriores para a indústria britânica da época vitoriana; mede-se também a importância que tinha o debate entre mantenedores do protecionismo e partidários da livre-troca (op.cit., p. 161).*

Hilferding (1985) ao registrar os limites do *laissez-faire* inglês na fase concorrencial acrescenta o papel do Estado na política monetária:

*Não obstante, a vitória do laissez-faire tampouco é completa na Inglaterra: fica excluído o setor bancário estando a teoria da liberdade bancária sujeita às necessidades práticas dos soberanos do Bank of England. A teoria do grupo de Manchester tem menos influência ainda na marcha efetiva da política exterior, a qual continuou sendo o norte do comércio internacional inglês do século XIX, como o fora nos séculos XVII e XVIII. No Continente, a prática se reduz inteiramente à efetivação da liberdade industrial, e permanece uma máxima de política internacional, enquanto a política comercial continua sendo muito naturalmente protecionista (op.cit., p.284).*

A industrialização que se amplia, de maneira restrita no decorrer do século XIX, a partir da Inglaterra, atingindo, com destaque, a França, os Estados Unidos e a Alemanha, tem no Estado um elemento fundamental. Mello (1998) assinala esta ampliação:

*Ora, a partir da Inglaterra, de seu monopólio industrial, de seu correspondente poder financeiro e da sua supremacia político-militar, teve lugar um processo de ampliação restrita do Centro no decorrer do século XIX e início do século XX. Esta expansão se deu basicamente em dois momentos, a rigor duas ondas sucessivas de industrializações atrasadas.*

*A primeira<sup>37</sup> delas redundou na industrialização dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Padrões de produção e consumo ingleses foram copiados num momento em que a tecnologia era simples e se propagava através de mestres e operários especializados, enquanto, por outra parte, os padrões de produção industrial não exigiam grandes escalas ou volumes gigantescos de investimento inicial. Mesmo assim, podemos observar uma descontinuidade estrutural entre o ponto de partida e os pré-requisitos financeiros, exigidos especialmente pela estrada de ferro, núcleo a partir do qual se pôde estabelecer a indústria dos bens de produção (máquinas, metalurgia e mineração). Esta mesma descontinuidade estrutural também é responsável pelas novas formas emergentes de*

<sup>37</sup> Corresponde a etapa concorrencial.

*organização capitalista. A principal delas viria a ser o banco de desenvolvimento, bem como o papel estratégico assumido pelo Estado, atuando decididamente na promoção da industrialização (op.cit.,p.16).*

Na França, a fase de prosperidade corresponde ao Segundo Império (1851-1873), cujas as bases, segundo Mauro (1973), foram estabelecidas a partir das ações e iniciativas do Estado. Primeiramente, a constituição de grandes estabelecimentos de crédito. O *Crédit Foncier de France*, fundado em 1852, em 1854 é transformado em estabelecimento público ligado ao Estado. O *Crédit Mobilier*, também fundado em 1852, é dissolvido em 1871. Além destas duas instituições, uma incorporada pelo Estado outra dissolvida, as grandes instituições financeiras que lastrearam a industrialização e o desenvolvimento francês foram o *Banque de France (1800)* e a *Société Générale de Crédit Industriel et Commercial (1859)*, ambas estatais.

Uns outros fatores catalisadores foram as obras públicas. Especialmente a construção e expansão da rede ferroviária e da rede telegráfica. No Segundo Império o Estado cresce a sua participação financeira na construção da rede ferroviária, paga a infra-estrutura necessária a sua implantação e promove uma política de fusões das pequenas companhias que possibilita a construção de grandes redes. Quanto à rede telegráfica, esta é construída e explorada pelo próprio Estado. E, finalmente, a implantação do livre câmbio a partir de tratados comerciais do Estado francês com a Inglaterra (1860) e vários Estados europeus.

Na Alemanha, o *Zollverein*, a União Aduaneira preconizada por Friedrich List<sup>38</sup>, a criação em Berlim do Instituto Técnico, uma Associação para a Promoção dos Conhecimentos Industriais e uma Companhia para o Comércio Ultramarino, que controla numerosas empresas nacionalizadas, a reorganização do Banco da Prússia, e a ação dos governos encorajando a racionalização da produção<sup>39</sup>, constituem um conjunto de medidas intervencionista que antes da Unidade Alemã vão criar as condições para a sua industrialização. Constituída a Unidade Alemã (1871) a ação do Estado na economia aprofunda-se. O papel do Estado no desenvolvimento da economia da Alemanha é marcante:

<sup>38</sup> Doutrinador da economia nacional alemã.

<sup>39</sup> Demonstam uma posição muito diferente da do governo inglês diante da industrialização, movido pelo objetivo político de fortalecimento do Estado e do capitalismo tardio frente ao capitalismo originário e imperial da Inglaterra.

*Ele foi ao mesmo tempo grande consumidor (forças armadas, administração, serviços públicos) e grande produtor. Foi um "volant", permitindo regularizar a vida econômica. Com relação aos cartéis, sua política evoluiu. No começo combateu, depois procurou penetrar neles, finalmente pretendeu dirigi-los ou absorvê-los. No exterior, se aliou estreitamente ao comércio alemão que fê-lo sustentar por seus consulados, embaixadas, esquadras militares. (...) Pelos empréstimos que concede, impõe os fornecedores alemães (Mauro, 1973, p.274-275).*

Nos Estados Unidos, a aplicação do protecionismo industrializante de Alexander Hamilton, na contramão do liberalismo, ainda no século XIX, e os gastos públicos na construção da infra-estrutura da sua economia, são importantes registros da presença do Estado no período do *laissez-faire*.

A etapa conhecida como concorrencial, fase da consolidação do capitalismo, como vimos, não é a constatação da autonomização do desenvolvimento capitalista das fronteiras e do poder dos Estados. Pelo contrário, existe uma influência recíproca entre a riqueza material e o poder político, como avaliava List (1985). A competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza foi decisiva para o desenvolvimento do próprio capitalismo (Weber, 1982).

Além dos mecanismos já presentes na formação do capitalismo, o sistema colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo, o Estado na fase concorrencial, particularmente nos países de industrialização tardia, ampliou a sua ação no processo econômico de reprodução, redimensionando sua intervenção. A utilização do aparato de crédito e o conjunto de subvenções do Estado em proveito do grande capital, especialmente fomentando a industrialização, a estatização ou semi-estatização das produções que exigem altas inversões e retorno de longo prazo, e as expansões de demanda por meio dos gastos públicos na implantação de infra-estrutura, se constituem em novos mecanismos da intervenção do Estado postos em movimento, nesta fase, pelas novas exigências do processo de acumulação do capital.

## **O capitalismo monopolista: do final do século XIX à crise dos anos 20 e 30.**

Em 1873 o sistema capitalista foi abalado por uma crise de proporções, conhecida como a Grande Depressão, que se estenderá até 1896, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888. Este acontecimento irá provocar modificações significativas no sistema, sendo importante divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: o concorrencial e o monopolista ou imperialista. O capitalismo concorrencial estruturou-se em três importantes pilares: o padrão-ouro como regime monetário internacional; a intensificação do intercâmbio internacional de capitais e mercadorias resultante do livre cambismo; e a consolidação do capital industrial. A Grande Depressão<sup>40</sup>, coloca em questão o livre cambismo, um ícone da fase de hegemonia do capitalismo industrial.

Singer (1997) identifica na intensificação da concorrência internacional uma das raízes da Grande Depressão, na Grã Bretanha, onde se localizava o centro nervoso da economia mundial:

*É provável que a Grande Depressão tenha sido se não causada ao menos condicionada pela globalização e pelas conseqüências do padrão-ouro. No início do período, a Grã Bretanha quase monopolizava a produção industrial e liderava uma divisão internacional do trabalho em que desempenhava o papel de 'oficina do mundo'. Para garantir sua liderança, a Grã Bretanha permitiu que a livre importação de grãos dos EUA e da Rússia praticamente eliminasse sua agricultura. O que arruinou o campesinato e avolumou o exército industrial de reserva, em seus centros industriais, além de estimular a emigração em massa aos EUA e aos domínios (Canadá e Austrália), onde se desenvolveu a agricultura de exportação à Grã Bretanha (Singer, op.cit., p.526).*

Esta concorrência agrícola levou a uma queda da produção e da renda rural, e a uma depressão, neste setor, que duraria décadas. Singer (1997) também destaca os efeitos da concorrência internacional sobre o setor industrial britânico:

---

<sup>40</sup> Dobb (1986) trata com detalhe as possíveis causas desta crise: o aumento do valor da força de trabalho; queda na taxa de lucro; queda nos custos de produção; as influências monetárias; os problemas nos investimentos internacionais e no comércio.



O primeiro estudo sistemático e mais profundo sobre o imperialismo foi do autor inglês John A. Hobson. Ao analisar a evolução do capitalismo moderno Hobson destaca, em primeiro lugar, a estrutura dos mercados marcada pelo controle dos monopólios, resultante do desenvolvimento da grande indústria. Os cartéis, os trustes são os símbolos da concentração da produção e da centralização do capital. Ao examinar o surgimento e a estrutura dos trustes, ele encontra sempre a presença da produção em grande escala apoiada numa base determinada de monopólio a partir de cinco sustentáculos: 1) acesso especial a matérias-primas; 2) controle especial de meios de transporte e distribuição; 3) vantagens diferenciais na produção ou comercialização, em virtude da posse de patentes, marcas registradas, processos especiais; 4) franquias, licenças ou outros privilégios públicos, concedendo monopólio ou restringindo a concorrência; 5) legislação tarifária. Na reflexão sobre os sustentáculos que dão origem aos trustes, Hobson enfatiza a importância do Estado:

*(...) A superioridade de acesso à matérias-primas e ao transporte ferroviário, por exemplo, pode ser atribuída, em parte, a franquias públicas, enquanto a legislação tarifária confere uma vantagem diferencial em mercados.*

*(...) Outros conglomerados possuem poderes monopolistas conferidos por concessões legais de regalias ou privilégios, que lhe dão direitos exclusivos sobre mercados lucrativos. As companhias concessionárias de serviços públicos locais, de água, iluminação, bonde etc. pertencem a essa classe. A fusão dessas companhias, embasada em monopólios puramente locais, e sua transformação em corporações nacionais ou mesmo internacionais, explorando serviços de tração elétrica ou telefônicos constitui um desenvolvimento importante do capitalismo de nossos dias. As companhias ferroviárias e telegráficas dos Estados Unidos e as companhias ferroviárias da Grã-Bretanha extraem grande parte do poder de monopólio que exercem sobre grandes áreas de tráfego não competitivo das concessões feitas pelo poder público; o restante é devido a vantagens naturais de itinerários que conduzem à propriedade privada de terras. Nos Estados Unidos, a unificação progressiva de ferrovias concorrentes em uns poucos e grandes sistemas, que adotam tarifas uniformes formando um pool, é, de longe, o aspecto mais temível da questão dos trustes. As enormes concessões de terras feitas a companhias de estradas de ferro por meio de alvarás ressaltam o caráter público do poder monopolista que elas desfrutam.*

*Entre os privilégios influenciados ou apoiados pela política do Governo, devem ser incluídas as restrições à concorrência efetiva, decorrentes da limitação oficial a autorização para vender certas mercadorias (Hobson, 1985, p. 145-146).*

Além destes exemplos o autor ainda cita o sistema bancário, que contém elementos de entrega pública de monopólios, e o sistema protecionista da tarifa aduaneira, política governamental que chega a ser considerada como “a mãe dos trusts”.

Outra importante novidade da estrutura do capitalismo moderno para Hobson é o papel estratégico e decisivo colocado nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais, a classe dos financistas. Esta classe especial de capitalistas financeiros exerce uma dominação financeira sobre a indústria capitalista, realizando com essa uma aliança, informal e temporária, da comunidade de negócios<sup>42</sup>. Em uma das raízes de origem das finanças modernas encontra-se a presença do Estado:

*Existe outra raiz mestra das finanças – o desenvolvimento do empréstimo nacional, que desempenha talvez um papel ainda mais importante que a sociedade anônima nos negócios de algumas das maiores instituições financeiras européias. O grande grupo familiar dos Rothschild e, em menor medida, firmas como Baring, Hambro, Stern e Goschen dedicaram-se ao financiamento, à comercialização e à manipulação dos títulos da dívida pública, que expressam financeiramente os movimentos políticos modernos. Essa antiquíssima área de finanças lucrativas expandiu-se enormemente com a evolução das despesas públicas, voltadas para a guerra, os armamentos e os empreendimentos produtivos na Europa, no Extremo Oriente e na América do Sul (ibid., p.177).*

O imperialismo<sup>43</sup>, política de um Estado expandir para além da sua nacionalidade, estabelecendo uma nova onda colonial, tem em Hobson uma explicação econômica cujo fator essencial era a procura de mercados para o investimento de capital<sup>44</sup>. Este expansionismo, política marcante<sup>45</sup> do período, é na sua essência uma ação estatal:

*A raiz econômica do imperialismo é o desejo de poderosos interesses financeiros e industriais de assegurar mercados privados para os*

<sup>42</sup> O conceito de capital financeiro de Hobson não é uma totalidade orgânica como em Hilferding. Em vez de adotar um conceito globalizante de capital financeiro (fusão do capital bancários com o industrial), Hobson identifica uma classe especial de financista e destaca as suas relações, e poder, com a grande empresa e a indústria.

<sup>43</sup> Termo que passou a ser utilizado para caracterizar esta nova fase do capitalismo.

<sup>44</sup> Para Hobson o estrangulamento provocado pelo “sub-consumo” impulsionava os grandes grupos financeiros a buscarem novas áreas de investimento no globo.

<sup>45</sup> É registrada por todos os teóricos que empreenderam estudos sobre este período. O que os diferencia é a razão econômica de tal política.

*seus bens e capitais excedentes, às custas do dinheiro público e da força pública (Hobson apud.Fernandes, 1988, p.17).*

Hobson dá importantes contribuições para a identificação das modificações ocorridas nesta fase. No entanto, ao adotar a teoria do sub-consumo<sup>46</sup>, e ao conceber o imperialismo apenas como uma política adotada por grupos dominantes para garantir os seus interesses às custas do resto da Nação e dos povos, ele reduz o imperialismo a uma distorção no curso do desenvolvimento capitalista, cujas conseqüências são o agravamento do sub-consumo e a geração de um excesso de poupança. Bastaria, para Hobson, uma política redistributiva para evitar o subconsumo, o excesso de poupança e a “política do imperialismo”. Apesar da limitação na compreensão sobre a amplitude do imperialismo, e as modificações na dinâmica da acumulação capitalista, Hobson irá influenciar o debate posterior acerca do tema, legando valiosas informações e análises para compreensão das relações entre o Estado e o capital nesta fase.

No campo teórico do marxismo, o pioneiro na análise da fase imperialista do capitalismo foi o economista austríaco Rudolf Hilferding. Para Hilferding o processo de concentração e monopolização das economias capitalistas, no início do século XX, já estava adiantado. A formação de cartéis e trustes não só elimina a livre concorrência como cria um novo ambiente necessário a acumulação do capital. Este novo contexto é comandado pelo capital financeiro, que surge da unidade orgânica entre o capital industrial e o capital bancário. No desenvolvimento do capitalismo, nesta fase dos trustes e cartéis, a expansão das empresas exige uma demanda de capital que só pode ser satisfeita pelo grande volume de capital concentrado nos bancos. Assim, uma parte significativa do capital empregado nas indústrias não pertence aos industriais. Por sua vez, uma parte cada vez maior do capital dos bancos transforma-se em capital industrial. Magnatas passam a dominar tanto os grandes bancos como as grandes empresas industriais; desta unidade orgânica de interesses surge o capital financeiro.

A situação de monopolização, e a ação do capital financeiro proporcionam um aumento rápido no volume de capital destinado à acumulação enquanto as oportunidades de investimento se contraem. O impulso à expansão das indústrias cartelizadas, por um lado, é muito forte e, por outro, à expansão do mercado interno

opõe-se o elevado preço do cartel, de modo que a exploração de novos mercados garante a melhor possibilidade de satisfazer a necessidade de expansão (Hilferding, 1985). A busca de novos mercados para a exportação de capital<sup>47</sup> passa a ser um imperativo da acumulação capitalista. A busca de novas áreas que permitam uma taxa de lucro mais elevada, em especial para os territórios colônias ainda não industrializados, é o impulso econômico fundamental do imperialismo. Os novos mercados colonizados já não são meras áreas de venda de mercadorias, mas sim esferas vitais de investimento do capital. Nesta fase do capitalismo, os países protecionistas, a Alemanha e os Estados Unidos, tornam-se modelos de desenvolvimento em função das condições ali criadas: grau de desenvolvimento dos cartéis e trustes, grau de centralização e concentração dos capitais; e domínio do banco sobre a indústria, o capital financeiro.

As transformações ocorridas na estrutura do capitalismo, para Hilferding, constituem uma resposta à ineficiência dos mecanismos do mercado auto-regulado em face da Grande Depressão. A ampliação da presença do Estado ganha tal dimensão que ele caracteriza esta fase como “capitalismo organizado”. Dois aspectos na formação do imperialismo ressaltam a importância do Estado na acumulação do capital: 1) a nova política protecionista característica do imperialismo; 2) a luta pelo território econômico e a exportação de capital. O protecionismo antigo tinha o objetivo de compensar circunstâncias naturais e históricas desfavoráveis à indústria nacional, acelerando o surgimento de uma indústria no âmbito das fronteiras protegidas. A proteção preservava a indústria nacional em desenvolvimento do perigo de ser obstaculizada ou aniquilada pela poderosa concorrência da indústria estrangeira já desenvolvida. Na época dos monopólios quem advoga um alto protecionismo são exatamente as indústrias mais poderosas, grandes exportadoras e com forte atuação no mercado internacional, aquelas para as quais o protecionismo, segundo a antiga teoria, já não deveria ter interesse. O “novo” protecionismo propicia ao cartel um lucro extra, acima do alcançado pela cartelização. Para superar as conseqüências nocivas do sistema protecionista de outros Estados e os óbices advindos da superacumulação, resultante da evolução do capital

---

<sup>46</sup> Teoria desenvolvida por Sismondi e Ródbertus que atribuía as crises do capitalismo um problema de realização ocorrida na esfera da circulação e não da produção.

financeiro e da nova estrutura predominante de mercado, os monopólios necessitam ampliar a exportação de capital elevando a importância da magnitude do espaço econômico para o desenvolvimento da produção capitalista. Quanto maior o território econômico mais privilegiada a posição do capital nacional no mercado mundial. Quanto menor for o espaço econômico, tanto menor será a força para superar vitoriosamente a luta competitiva mediante elevados prêmios de exportação (Hilferding, 1985). A exportação de capital impõe uma política imperialista, assim o capital financeiro torna-se portador da idéia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios:

*(...) o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação: não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar a superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias (Hilferding, op.cit., p.314).*

A concepção de Hilferding sobre o imperialismo, diferentemente de Hobson, está relacionada a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, etapa cuja principal característica é o predomínio dos monopólios. O alto grau de monopolização das economias, segundo ele, levaria a uma tendência a atenuação das crises e a eliminação da concorrência nas economias capitalistas. Os monopólios possibilitariam um avanço na regulação da produção criando um “capitalismo organizado”. A maior concentração e centralização do capital, ocorrida na fase imperialista, contrariando os prognósticos de Hilferding, ampliou e aprofundou as crises bem como intensificou a concorrência entre os capitais e os seus respectivos Estados nacionais. Assim como Hobson, Hilferding, nos seus estudos sobre o imperialismo, realça as relações entre Estado e capital.

---

<sup>47</sup> Entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior.

demonstrando a importância do poder político na formação e consolidação dos monopólios.

Outro grande teórico marxista, do início do século XX, que tratou da questão do Imperialismo, foi Karl Kautsky. Para Kautsky, o imperialismo se restringia a uma das formas políticas do capitalismo daquela época. Nesta interpretação há uma separação artificial, implícita, no conceito de imperialismo, entre política e economia:

*O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Ele consiste na tendência que tem cada nação capitalista industrial para anexar ou submeter regiões agrárias sempre maiores, quaisquer que sejam os povos que as povoam (...)*

*Do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo venha a atravessar ainda uma nova fase onde a política dos cartéis seja alargada à política externa, uma fase de ultraimperialismo<sup>48</sup> (Kautsky apud Lênin, 1985, p.90,92).*

Tendo como referencial a concepção de Hilferding sobre o “capitalismo organizado”, cuja formulação alimentava a ilusão de que o predomínio dos monopólios eliminaria a concorrência, Kautsky, mesmo ao transpor esta concepção para o plano internacional com o seu conceito de ultraimperialismo, não deixa de registrar a importância econômica dos Estados para os cartéis, e a simbiose dos seus interesses com o dos seus respectivos Estados em função das necessidades postas pela exportação de capital.

As modificações do capitalismo no final do século XIX também foram objeto de estudo de Nikolai I. Bukarin. Para ele, o capitalismo, nesta fase, obtém um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, capitaneado pela grande produção “altamente organizada”. Os monopólios (cartéis, bancos, empresas estatais) dominam a totalidade da vida econômica, cuja produção é dirigida por uma oligarquia financeira.

*Esse processo de organização da produção partiu de baixo para consolidar-se nos marcos dos Estados modernos, transformados em intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das*

---

Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno (Hilferding, 1985, p.296).

<sup>48</sup> O ultraimperialismo seria uma fase sem guerras, no regime capitalista, onde o capital financeiro associado em escala internacional exploraria em comum o mercado global. O imperialismo diferentemente das previsões de Kautsky acirrou a competição entre as nações provocando inúmeras guerras, entre elas duas de caráter mundial.

*“economias nacionais” desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste nacional de Estado (...)*

*(...) A economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujo acionista são os grupos financeiros e o Estado. Designamos essas formações sob o nome de trustes capitalistas nacionais. (Bukarin, 1986, p.99,111).*

Este nível de centralização e combinação dos trustes a nível nacional, para Bukarin, reduz a concorrência, eliminando-a, na economia nacional, e transferindo-a para a arena da economia mundial. A nova estrutura produtiva, controlada pelos monopólios, o avanço das forças produtivas, e o afluxo de crédito reforçado pelo papel destacado dos bancos e pelo surgimento do capital financeiro, criam condições para a superprodução relativa de produtos industriais e capitais. Assim, o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção impõe como solução para a continuidade do processo de acumulação do capital a conquista pelos Estados nacionais dos escoadouros de mercadorias, das fontes de matérias-primas e de zonas de investimento de capital. Essa política expansionista do capital financeiro é o imperialismo, e esse une cada vez mais organicamente o estado e o capital.

A ampliação do controle direto estatal sobre a produção das empresas privadas, o crescimento de monopólios de Estado, além da ação direta dos Estados nacionais na política expansionista, associado ao processo de centralização acelerado, nos quadros do truste capitalista nacional, transforma o capitalismo em capitalismo de Estado.

*Trata-se da constituição de monopólios de Estado (monopólios de produção e comércio); da organização de “empresas mistas”, onde o Estado (ou a municipalidade) é acionista da empresa, ao mesmo título que sindicatos privados ou trustes; do controle do Estado sobre o sistema de produção das empresas privadas (produção obrigatória, regulamentação dos métodos de trabalho etc.); da regularização da distribuição (obrigação de fornecer e receber produtos, organização de “ofícios centrais nacionais de distribuição”, estabelecimentos comerciais nacionais de matérias-primas, de combustíveis, de produtos alimentícios, fixação de preços, cartões de pão, de carne e outros produtos, proibição de importação e exportação etc.); da organização do crédito nacional; enfim, da organização do consumo nacional (Ibid., p.142).*

O monopólio do trigo, das batatas, do azoto, a transformação da indústria do carvão em cartel misto, e o papel decisivo do Reichsbank nas operações de crédito, na

Alemanha, a nacionalização das vias férreas na Inglaterra, são exemplos elencados por Bukarin da nova realidade das relações entre o Estado e a acumulação de capital.

Bukarin também considerou a possibilidade da monopolização crescente transformar toda a economia nacional em uma gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas das finanças e do Estado capitalista (Bukarin, 1985), com isso criando as possibilidades para amainar e até eliminar as crises nas economias capitalistas modernas. Mesmo considerando que a eliminação da concorrência só poderia ocorrer no âmbito da economia nacional, e que no plano da economia mundial ela estaria presente com toda a sua força e contradição, gerando fatores de instabilidade, Bukarin acaba por repetir na essência os mesmos erros de avaliação de Hilferding. Quanto às suas previsões de eliminação da concorrência e das crises no interior das economias nacionais, altamente monopolizadas, estas não se confirmaram.

A análise do fenômeno do imperialismo com base num referencial teórico marxista também foi desenvolvida por Rosa Luxemburg. Para Luxemburg, o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital.

Rosa Luxemburg criticando os esquemas de reprodução ampliada do capital formulados por Marx no segundo livro do *Capital*, considera que a marcha da reprodução é determinada pelas necessidades de consumo da sociedade e não pelas limitações da capacidade de produção. O capitalismo viveria uma crise de realização permanente, fruto da contradição entre poupança e acumulação. Para funcionar normalmente, em acumulação cada vez mais intensa, o capitalismo deveria incorporar áreas não capitalistas. A incorporação destas áreas tinha para o capitalismo os seguintes objetivos econômicos:

- 1) *Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como borracha etc.;*
- 2) *“Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;*
- 3) *Introduzir a economia mercantil;*



4) *Separar a agricultura do artesanato (Luxemburg, 1985, p. 254).*

Este campo não capitalista proporciona um escoadouro à produção capitalista, meios de produção, meios de consumo e mão-de-obra. Assim a contradição, segundo Luxemburg, entre poupança e acumulação, responsável pela redução do consumo interno e pela crise de realização, pode ser superada pelo crescimento do consumo externo, isto é, de modos não capitalista de produção. A acumulação passa a ser motivada pela ampliação do consumo externo, de áreas não capitalistas, sendo essa a base econômica do imperialismo.

A necessidade vital, para a acumulação do capital, destas anexações encerrou na prática a breve era do livre-cambismo da Europa, nos anos 1860 e 1879. Os Estados capitalistas, preocupados com as condições de sua acumulação, passaram a colocar em primeiro plano os seus interesses na concorrência, na luta, pela conquista do mundo não-capitalista (Luxemburg, 1985). O Estado desempenha função primordial para a continuação da acumulação incessante de capital. Em primeiro lugar, através das tarifas protecionistas, meio pelo qual cada país impede aos outros o acesso a seu próprio mercado, impedindo que a concorrência de produtos estrangeiros amplie os problemas de realização. Em segundo lugar, o militarismo, como instrumento que realiza as anexações:

*(...) na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não-européias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não-capitalistas (ibid., p.311).*

Em terceiro lugar, com a ampliação dos gastos militares do Estado, a expansão do armamentismo, uma parcela cada vez maior da reprodução ampliada se baseia na demanda governamental por material bélico. O militarismo acresce as suas funções políticas a econômica, de ampliação da demanda :

*A isso há que acrescentar outra função importante. Do ponto de vista estritamente econômico o militarismo já se revela um meio de primeira ordem para a realização de mais-valia do capital, ou seja, um bom campo para a acumulação (ibid., p.311).*

A construção teórica de Luxemburg acerca do imperialismo contém um conjunto de limitações: a) compreensão antidialética dos esquemas de reprodução ampliada de Marx; b) localiza a problemática do imperialismo na necessidade de exportar mercadorias, e não capital; c) a não abordagem da relação entre o imperialismo e os monopólios (Fernandes, 1988). Também a sua tese de que a expansão mundial capitalista, com a eliminação das formas de produção pré-capitalista, esgotaria a sua capacidade de acumular, não se confirmou. Deve-se ressaltar sua importante contribuição no entedimento das relações entre o Estado e a reprodução do capital, onde a violência política é concebida apenas como o veículo do processo econômico, se constituindo ambos, aspectos da reprodução do capital, encontrando-se interligados organicamente, de cuja união resulta a trajetória histórica do capital (Luxemburg, 1985).

Importante contribuição ao debate sobre as transformações do capitalismo no final do séc. XIX foi dada por Lenine, na sua formulação da teoria do imperialismo. Analisando as especificidades desta fase do capitalismo e submetendo a crítica as formulações dos principais teóricos (Hobson, Kautsky, Hilferding,)<sup>49</sup> sobre o tema, Lenine conceitua o imperialismo como uma fase de desenvolvimento do capitalismo a partir de cinco traços fundamentais: onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. A nova estrutura do mercado, controlada pelos monopólios, o domínio do capital financeiro substituindo o domínio do capital em geral e a necessidade da exportação de capitais segundo Lenine dão à natureza do imperialismo os seguintes fundamentos:

*1. a continuidade e o acirramento da concorrência nos marcos do capitalismo monopolista, e, portanto, a inevitabilidade das crises cíclicas do sistema; 2. a tendência à estagnação que também é gerada pelos monopólios, gerando um processo de decomposição que empurra o sistema*

---

<sup>49</sup> Nos cadernos preparatórios para a obra *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo* compilados por Lenine, estão anotados trechos de nada menos de 148 livros e 232 artigos em diversas línguas analisando diferentes aspectos do imperialismo (Fernandes, op.cit., p.23).

momento em que o livre cambismo dava sinais de seu esgotamento, com barreiras protecionistas começando a ser levantadas, impulsionando a competição colonial entre os Estados nacionais europeus (Fiori, 1999). A luta dos Estados pela apropriação da riqueza mundial, fez prevalecer o princípio da nacionalidade, gestando uma nova economia política internacional, onde a existência e a importância da hierarquia de poder entre os Estados passaram a ser essenciais ao funcionamento do capitalismo. Nesta nova realidade, ocorre, segundo Polanyi, um estreitamento da relação Estado e capital, e a ampliação das ações estatais na economia:

*Para Polanyi foi a generalização das relações mercantis que levou à politização das relações sociais e econômicas, pressionando o alargamento democrático dos sistemas políticos e o aumento do intervencionismo estatal, num lento processo de mutação do Estado liberal e crescente descrédito na eficácia dos próprios mercados auto-regulados (Fiori, op.cit., p.58).*

Polanyi, conclui que as modificações ocorridas alteraram substancialmente as quatro grandes instituições em que se apoiou o sistema liberal: o “equilíbrio de poder” europeu, seu “sistema monetário internacional” baseado no padrão-ouro, seus “Estados e crenças liberais”, e seus próprios “mercados auto-regulados”, fazendo, após crises e guerras, ruir definitivamente na década de 30 a “civilização liberal” do século XIX. Na compreensão dele, a crise do padrão-ouro e do modelo de acumulação capitalista hegemônico pela Inglaterra, e o seu liberalismo, a partir da primeira revolução industrial, não se devem à insuficiência dos mecanismos automáticos do mercado responderem às necessidades da acumulação, e sim àquelas modificações supostamente exógenas à sua dinâmica.

A nova era monopolista, marcada por transformações estruturais nas condições de produção e dos mercados, e pela relação cada vez mais orgânica entre o Estado e o capital<sup>51</sup>, fortaleceu a dependência dos Estados face à economia internacional, aumentando suas rivalidades e a corrida aos armamentos, aos territórios coloniais, aos mercados, às linhas de navegação, e aos investimentos, e acrescentou ao processo de acumulação novos elementos de instabilidade. As disputas imperialistas tiveram como consequência a primeira guerra mundial, e com ela a ampliação do controle das economias pelos Estados em guerra. Na Alemanha, na França, na Áustria, na Inglaterra,

<sup>51</sup> Ocorridas no final do século XIX e expostas neste trabalho sob a visão de diversos autores.

*para uma crise geral; 3. a possibilidade de a expansão imperialista assumir formas distintas do colonialismo aberto, subordinando estados que mantêm independência política formal; 4. a inevitabilidade das guerras no sistema imperialista, em função do desenvolvimento desigual das potências; 5. a formação de uma "aristocracia operária" (...) 6. o desdobramento do movimento revolucionário mundial em duas vertentes que se reforçam mutuamente – a luta do proletariado contra a burguesia nos países centrais, e a luta antiimperialista dos povos nos países coloniais, semicoloniais e dependentes (Fernandes, op.cit., p.23)*

Lenine, na sua teoria do imperialismo, capta com precisão o caráter instável do capitalismo, contrariando alguns postulados teóricos que viam no controle da economia pelos monopólios a possibilidade de eliminação da concorrência ou mesmo fim da anarquia na produção. Apesar de ter apresentado a caracterização mais completa do imperialismo Lenine, na sua principal obra sobre o tema<sup>50</sup>, não aborda com a devida importância o novo papel que assume o Estado na reprodução do capital. Porém, no conjunto da sua obra, a relação entre o Estado e a reprodução do capital é apresentada de maneira objetiva, com destaque para a importância desta relação na etapa imperialista. Lenine registra a ação do Estado nas seguintes circunstâncias:

1º) quando identifica a importância das políticas coloniais e protecionistas na formação dos monopólios:

*Em primeiro lugar, o monopólio nasceu da concentração da produção, tendo ela atingido um elevado grau de desenvolvimento. (...) No começo do séc.XX, eles adquiriram uma supremacia total nos países evoluídos e, os primeiros passos na via da cartelização foram dados, em primeiro lugar, pelos países com tarifas protecionistas muito elevadas, Alemanha, América (...). Os monopólios resultaram da política colonial (Lenine, 1985, p.122 -123).*

2º) ao ressaltar o papel da articulação política na consolidação do capital financeiro:

*A "união pessoal" dos bancos e das indústrias é completada pela "união pessoal" de uns e outros com o governo. Lugares nos conselhos fiscais são livremente oferecidos a personalidades do Estado que possam facilitar consideravelmente as relações com as autoridades... Geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do Parlamento ou membro da municipalidade de Berlim (Jeidels *apud* Lenine, 1985, p.41).*

<sup>50</sup> Imperialismo, fase superior do capitalismo.

3º) ao comentar artigos da revista berlinense *DieBank* onde os segmentos empresariais faziam a defesa da intervenção do Estado na economia para melhorar as condições de concorrência dos monopólios nacionais, e sanear, às custas do Estado, a indústria privada cuja falência estivesse iminente, Lenine registra o grau de relação entre os monopólios e o Estado:

*Eis as preciosas confissões que os economistas burgueses da Alemanha se vêem obrigados a fazer. Elas mostram claramente que, na época do capital financeiro, os monopólios privados e os monopólios do Estado, se interpenetram, não sendo mais do que elos da luta imperialista entre os maiores monopólios pela partilha do mundo (ibid., p.71).*

4º) ao ressaltar o caráter parasitário do imperialismo, associado à hipertrofia do setor financeiro, Lenine estabelece uma simbiose entre os monopólios, seus interesses, e os Estados nacionais:

*É cada vez com maior relevo que se manifesta uma das tendências do imperialismo: a criação de um "Estado-Rentista", de um Estado usurário, cuja burguesia vive, cada vez mais, da exportação dos seus capitais e do "corte de cupões de títulos" (ibid., p.125).*

Posteriormente, ele, ao diferenciar o desenvolvimento econômico do grupo anglo-francês do imperialismo, do desenvolvimento do imperialismo alemão, introduz o conceito de capitalismo de Estado, que corresponde a uma intervenção mais ampla e profunda do Estado na economia com o objetivo de acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas e capacitar os monopólios dos países de capitalismo tardios para enfrentar a concorrência internacional. Assim descreve a intervenção estatal na Alemanha, uma das economias de vanguarda na acumulação do capital na fase imperialista:

*(...) destacou-se outro grupo de capitalistas ainda mais capaz, ainda mais feroz, grupo que chegou à mesa do banquete capitalista quando todos os lugares já estavam ocupados, mas que introduziu na luta novos métodos de desenvolvimento da produção capitalista, uma melhor técnica, uma organização incomparável, que converte o velho capitalismo da livre concorrência em capitalismo dos gigantescos trustes, corporações e cartéis. Esse grupo introduziu os princípios de estatização da produção capitalista, da fusão da força gigantesca do capitalismo com a força gigantesca do Estado em um só mecanismo, que envolve dezenas de milhões de pessoas*

*em uma só organização do capitalismo de Estado (Lenine apud Gerratana, 1987, p.57).*

Como desenvolvimento da sua compreensão das relações entre o Estado e o capital, Lenine acrescenta ao conceito de capitalismo monopolista, essência econômica do imperialismo, o de capitalismo monopolista de Estado, evidenciando o nível de dependência dos monopólios em relação ao Estado e o avanço da estatização na economia:

*Durante o século XX, o desenvolvimento do capitalismo continuou avançando a passos gigantescos e a guerra conseguiu o que em 25 anos não se havia conseguido. A estatização da indústria fez progressos não só na Alemanha, mas também na Inglaterra. Dos monopólios em geral, passou-se aos monopólios de Estado. A situação objetiva demonstrou que a guerra veio acelerar o desenvolvimento do capitalismo, transformando-o de capitalismo em imperialismo, de monopólio em estatização (Lenine, 1980, p.61).*

A teoria do imperialismo, ao interpretar as transformações ocorridas no capitalismo, após a Grande Depressão, põe em cheque a concepção liberal que advogava a eliminação ou neutralização do poder político como elemento fundamental para o bom funcionamento dos mercados e a acumulação do capital. Os Estados nacionais, em suas múltiplas funções, são considerados fundamentais na competição, concentração e centralização do capital. Esta nova relação entre o Estado e o capital transformou a competição intercapitalista também numa competição entre Estados e simultaneamente o sistema interestatal num espaço preferencial da competição capitalista entre os grandes conglomerados econômicos (Fiori, 1999).

Uma importante abordagem, com outra matriz teórica, sobre as relações entre o Estado e o capital, nesta fase do desenvolvimento capitalista, desenvolvida por Karl Polanyi, também concluiu pelo maior aprofundamento destas.

Ao analisar a natureza e as raízes da crise que destruiu a “civilização liberal” do século XIX, Polanyi identifica o conflito de duas tendências, uma de expansão dos mercados auto-regulados e a outra correspondente a políticas defensivas, de resistência e de regulação visando dirimir os efeitos desagregadores do funcionamento do mercado. O conflito entre o princípio liberal e o princípio da territorialidade se materializou na adesão generalizada dos países ao padrão-ouro a partir da década de 1870, no mesmo

e na Itália, foram criados comitês, centrais, ou departamentos que passaram a controlar a produção e a planejar ações com vistas aos esforços de guerra. A guerra não só aprofunda a intervenção estatal como também proporciona um aquecimento na economia mundial em função dos esforços militares<sup>52</sup>.

O final do conflito em 1918 não provocou imediatamente uma crise da economia de guerra. A necessidade de reconstrução da infra-estrutura, no palco da guerra, a reposição de estoques e a ampliação da demanda de bens de consumo, restringida na beligerância, permitiram a reconversão rápida do esforço industrial e a absorção da mão-de-obra desmobilizada dos exércitos. De 1922 a 1929 o quadro da economia mundial é de prosperidade nos dois lados do Atlântico, com recessões em 1924 e 1927. No entanto, a guerra perturbou de tal forma a economia mundial que os vinte anos que separaram a Primeira da Segunda Guerra Mundial serão marcados pelo ambiente de instabilidade, com perturbações monetárias e desajustes macroeconômicos nas principais economias capitalistas. O modelo próprio de acumulação adotado pelos principais países capitalistas no pós-guerra que já dava sinais de esgotamento foi agravado por um quadro internacional em que a ausência de um sistema estabelecido de pagamentos internacionais e os surtos de protecionismo limitaram a expansão das trocas, desencadeando um processo de crise cujo ápice é a depressão que se inicia em 1929, com o *crack* da bolsa de Nova York, e vai durar até 1932. Apesar da diversidade das economias capitalistas, na Europa e na América, a crise iniciada em 29 ganha caráter global<sup>53</sup>, demonstrando o nível já alcançado de internacionalização do capital<sup>54</sup> e a ineficácia dos mecanismos, autônomos, do mercado de responderem à depressão e aos óbices representados por ela ao processo de acumulação do capital.

Um conjunto de políticas econômicas visando debelar a depressão e os seus efeitos, o desemprego e o marasmo dos negócios, foi implementado pelos governos nas diferentes nações capitalistas. Nos EUA, Roosevelt através do *New Deal* estabelece um controle do governo sobre a agricultura, indústria, transporte e o setor financeiro. O Estado, nos EUA, além de fixar as reservas dos bancos, regulamenta as condições de

<sup>52</sup> Em alguns países da periferia capitalista, particularmente na América Latina, a guerra impulsionou a industrialização por substituição de importações.

<sup>53</sup> Ver sobre causas macroeconômicas e dados sobre a depressão: Dobb (1986), pp. 229-275; Mauro (1973), pp.338-372; Beaud (1991), pp.241-298.

<sup>54</sup> Esta crise não teve lugar na Rússia socialista.

empréstimos, tornando-se ele próprio banqueiro através da criação de organismos de créditos alimentados por fundos estatais. Na agricultura, a regularização dos preços agrícolas e o controle da área plantada, por meio dos incentivos. Na indústria, com o estabelecimento de "códigos" em cada indústria, o governo visava estabelecer regras para reduzir as horas de trabalho, aumentar salários e preços, e evitar a superprodução. E finalmente, o amplo programa de financiamento de obras públicas, possibilitaram ao *New Deal* frear a queda da demanda. Na Inglaterra, as subvenções do Estado serão decisivas para a reorganização da estrutura industrial e para o incremento do investimento nas áreas onde se localiza os bolsões de desempregados. A agricultura inglesa foi protegida, pelo governo, da concorrência internacional por um sistema de preços garantidos e subvenções. A França vai sair da crise em 1939 graças ao governo socialista de Leon Blum que implementou uma política de aumento de salários de 7 a 15 %, redução da jornada de trabalho (48 horas semanais para 40) sem perdas salariais, o plano de reforma das estruturas com a submissão ao controle do Estado de importantes usinas de guerra<sup>55</sup>, e a nacionalização do Banco de França. A Alemanha, sob a direção nazista, vai adotar uma política intervencionista onde o Estado implementará várias ações objetivando preparar o país para a Guerra. O Estado praticou uma política de planificação<sup>56</sup>, incentivou a concentração de empresas<sup>57</sup>, controlou os câmbios, as importações, e o sistema bancário através do *Reichsbank*, ampliou extraordinariamente as despesas públicas com infraestrutura e principalmente com o rearmamento, principal elemento na assimilação do desemprego e na retomada do crescimento econômico. Dobb (1986), avaliando as diversas medidas antidepressivas adotadas, destaca a diferença da recuperação em 1933 e 1937, e nos períodos anteriores no desenvolvimento capitalista:

*A fase de recuperação de 1933 e 1937 surgia em contraste com períodos anteriores desse tipo, na medida em que a expansão da produção dependia agora da política governamental: de início, das políticas monetárias ou tarifárias favoráveis à indústria, como, por exemplo, a*

<sup>55</sup> Como por exemplo a oficina de montagem de carros das usinas Renault, as companhias de estradas de ferro.

<sup>56</sup> Os planos quadrienais de 1933-1936 e do período 1937-1940.

<sup>57</sup> Utilizando-se desde a expulsão dos capitalistas judeus e estrangeiros, especialização dos *Konzern*, espécie de truste, expulsão dos pequenos empresários da indústria; formação dos grupos econômicos dividindo o Império em seis grupos (indústria, artesanato, comércio, banco, seguro, energia), cada um tendo à frente um *Leiter* nomeado pelo Estado, tornando obrigatório os cartéis para racionalizar alguns setores da produção, e a proibição de exportação dos lucros (Mauro, 1973).



depreciação da libra esterlina em 1932, com o pequeno estímulo temporário que deu às indústrias britânicas de exportação; das políticas governamentais destinadas a reduzir as taxas de juros e, com isso, estimular a atividade de construção; e finalmente, do gasto com armamento, mais cedo e mais extensamente na Alemanha, mais tardio e fraco na Grã-Bretanha. Em outras palavras, a expansão da demanda, fosse do investimento em bens de capital ou do consumo, que provocou a recuperação hesitante da década de 1930 já não vinha em nenhuma medida considerável de dentro do sistema e de seus poderes inatos de resistência, mesmo no caso da América. Dependia de estímulos que, por assim dizer, vinham de fora do sistema e apresentava uma origem política, tomando a forma de despesa governamental e de medidas públicas para estimular o investimento e demarcar os mercados como territórios pertencentes a determinadas empresas. Como observou *The Economist* em artigo intitulado "A Cartelização da Inglaterra": "desde 1932, o Estado não mais aparecia à indústria apenas no papel de monitor ou policial; tinha agora favores a conceder"; "a atitude da indústria perante o Estado" foi revolucionada e "o policial se tornou o Papai Noel" (*op.cit.*, p.239).

O Estado, nesta fase, amplia os mecanismos de intervenção na economia. Além da garantia das condições gerais das relações capitalistas e das condições gerais de produção, já presentes nas fases anteriores, a inclusão do aparato de Estado no processo econômico de reprodução<sup>58</sup>, iniciada no período concorrencial, se aprofunda ganhando novas dimensões.

A ampliação das funções do Estado, ocorre num contexto do mercado mundial e no estágio monopolista do capitalismo. O Estado implementa uma política de redistribuição administrativa do ingresso, através do aparato de crédito, de um forte aparato financeiro, do protecionismo e das concessões públicas estimula a formação dos monopólios, dificultando o ingresso e a pulverização dos investimentos. Também fazem parte das novas ferramentas, as políticas anticíclicas inauguradas nesta fase. Essas políticas, ação coordenada e planificada do Estado com a tentativa de articular um conjunto de variáveis na esfera da circulação, com amplas repercussões na área produtiva, para livrar as economias capitalistas dos seus ciclos depressivos, registram um aprofundamento da intervenção estatal nos níveis da circulação e da produção.

<sup>58</sup> Especialmente nos países de industrialização tardia, através do conjunto de subvenções do Estado em proveito do grande capital, especialmente fomentando a industrialização; a estatização ou semi-estatização das produções que exigem altas inversões e retorno de longo prazo; e as expansões de demanda por meio dos gastos públicos na implantação de infra-estrutura, constituem-se em novos mecanismos estatais postos em movimento em face das novas exigências do processo de acumulação do capital.

Acrescenta-se, aos mecanismos expostos, uma expansão do consumo do Estado - com a corrida armamentista, a demanda das unidades industriais estatais, e as políticas anticíclicas.

A crise de 29, as diversas políticas antidepressivas adotadas, e a intensificação da concorrência dos monopólios, que no plano do mercado mundial se desdobrou na disputa entre os Estados nacionais, teve como desfecho a Segunda Guerra Mundial. A conflagração de caráter global, resultante das contradições do desenvolvimento do capitalismo e das políticas dos Estados Nacionais que visavam equacionar os entraves enfrentados pelo processo de acumulação do capital, consolidou a tendência de ampliação da intervenção estatal na economia, e aperfeiçoou os mecanismos de sua realização. No pós-guerra, o capitalismo irá viver uma fase exuberante de ampliação, cuja característica no plano teórico é o ostracismo da teoria liberal e a exaltação do intervencionismo.

## **O capitalismo monopolista: do pós-guerra ao final da década de 70.**

O período do pós-guerra traz novos desafios para as economias capitalistas. As necessidades de reconstrução, a descolonização, a incorporação de extensas áreas da Ásia, África e América Latina aos novos padrões de consumo e produção do fordismo, e a Guerra Fria, expressão política e militar da concorrência desse sistema com o socialismo, deram às funções econômicas do Estado status de dominância. Essas modificações, ocorridas no espaço econômico, relacionadas ao desenvolvimento do Imperialismo na primeira metade do século XX, impõem também alterações nos espaços do Estado e num redimensionamento do seu papel na acumulação e reprodução do capital. A nova ordem mundial, marcada pela bipolaridade, será hegemônica pelo pensamento intervencionista. No campo socialista, com a planificação centralizada e a estatização da economia. No mundo capitalista, objeto da nossa análise, com o pensamento keynesiano de intervenção parcial.

A guerra deixou para a Europa, cenário maior do conflito, um desastroso saldo econômico: a destruição de infra-estrutura, de unidades produtivas e de áreas de produção, demanda reprimida, desorganização dos mecanismos de financiamento, eliminação física de segmentos importantes da força de trabalho, e endividamento. O espaço geopolítico europeu se constitui numa das duas principais zonas de comando do processo de acumulação de capitais do globo. Portanto, a retomada de um novo ciclo de expansão do capital no pós-guerra irá exigir um arrojado plano de reconstrução da Europa. A reconstrução europeia (e depois o Japão) teve quatro pilares básicos: a planificação; as nacionalizações; o financiamento externo (predominantemente norte-americano) e a seguridade social. Estas circunstâncias históricas, associadas às necessidades da reprodução e valorização do capital, no período monopolista, irão modificar os pontos de impacto do Estado sobre o processo econômico, fazendo com que ele opere cada vez mais no núcleo da reprodução do capital. O espaço do Estado se expande na medida em que setores inteiros de valorização do capital e da reprodução da força de trabalho (capital público e nacionalizado entre outros) se inserem daí em diante no Estado (Poulantzas, 2000).

O planejamento econômico do Estado, na conjuntura de reconstrução, se colocou como um instrumento imperioso para a criação das condições gerais de produção. Na França, em 1947 (mais tarde no Japão), com o *Plano Monnet*, que visava a modernização e os equipamentos das indústrias de base. Na Grã-Bretanha, na Bélgica e na Itália, adotou-se uma planificação de médio prazo. Nos Países Baixos e na Noruega surge uma planificação de curto prazo (Junior, Chacon, 1989). A Alemanha Federal não possui um plano oficial, no entanto, o governo possui uma política econômica altamente articulada e intervencionista. As ações de direção, sustentação e enquadramento da iniciativa privada aos objetivos gerais da política econômica governamental alemã, são facilitadas pelo alto nível da concentração de produção, a reconstituição dos *Konzern*<sup>59</sup> e dos cartéis, e por uma ampla rede de entendimento que harmoniza os planos e programas privados aos interesses estabelecidos pelo governo (Mauro, 1973). A planificação nos países capitalista não alcança o nível de rigidez e de controle das planificações centralizadas das economias socialistas e das democracias populares. No entanto, a força do Estado através do sistema de créditos, da estatização de importantes setores produtivos, e dos diversos mecanismos de regulação criados, enquadrava o mercado nos objetivos dos planejamentos.

O movimento de nacionalizações ocorridas no pós-guerra registra uma tendência, à incorporação pelo Estado de um número crescente de setores produtivos, levando-o a absorver setores inteiros de valorização do capital. A Inglaterra nacionaliza o Banco da Inglaterra, a indústria de carvão, o gás, a eletricidade, os transportes urbanos, a aviação civil e a siderurgia. A França, além da eletricidade, gás, carvão, crédito e seguros, o governo nacionalizou a Renault. A Áustria e a Itália mantiveram as nacionalizações herdadas do passado recente, respectivamente da ocupação soviética e do fascismo. As nacionalizações não significam um processo de "socialização" dos meios de produção via Estado capitalista. Elas correspondem a uma estratégia de ação do Estado frente às dificuldades de valorização do capital. O capital estatal funciona como um esteio do capital privado, especialmente do monopolista. Por exemplo, ao assumir, através da nacionalização, as indústrias de bens intermediários e bens de capital, o Estado passa a fornecer esses produtos a um preço baixo, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado, e garantindo a ampliação da taxa de lucro

<sup>59</sup> Espécie de trustes.

dos monopólios. A tabela, abaixo, mostra como a nacionalização da indústria de eletricidade segue a lógica dos interesses dos monopólios, ao garantir fornecimento de energia aos grandes consumidores industriais a preços baixos.

**TABELA I**  
**Preços Médios da Energia Elétrica em Países Seleccionados, 1973 (em centavos de dólar por kWh)<sup>60</sup>**

	Artesão	Artesão + Pequena Indústria	Grande Indústria	Grande Indústria com uso acima da média
França (Nord/Passo de Calais e Paris)	3,01	2,38	2,19	1,75
Grã-Bretanha (NE Elec. Board NE Elec. Board)	2,36	2,24	1,85	1,72
Itália	2,33	2,00	1,77	1,56
EUA (Vale do Tennessee)	1,67	1,37	1,09	0,92

Fonte: Mandel, 1985, p.340.

O planejamento econômico e o movimento de nacionalizações significam uma ampliação das funções do Estado nesse estágio:

*(...) é uma tendência do capitalismo tardio<sup>61</sup> aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, a uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (Mandel, 1985, p.339).*

A questão relativa ao financiamento externo para reconstrução européia tem uma dimensão mais ampla, só podendo ser entendida a partir do movimento de reconstrução da economia capitalista mundial, capitaneada pelos norte-americanos, num contexto de bipolaridade. A estratégia de recomposição das economias capitalistas contará com dois instrumentos fundamentais: 1º) o financiamento dos EUA, através de empréstimos e créditos, cuja expressão concentrada é o Plano Marshall; 2º) a criação de um conjunto

<sup>60</sup> As quatro classes de compradores: I. 50 kW/12500 kWh baixa voltagem; II. 50 kW/45000 kWh baixa voltagem; III. 500 kW/180000 kWh alta voltagem; IV. 1000 kW/450000 kWh alta voltagem

<sup>61</sup> Termo empregado por Mandel para caracterizar a fase de desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra.

de instituições que articulassem a reestruturação da economia mundial, cujo balizamento foi a conferência de Bretton Woods.

Os déficits e a desestruturação produtiva, saldo da guerra, e a perda dos rendimentos ultramarinos, em virtude do início da descolonização<sup>62</sup>, tornaram indispensáveis os recursos norte-americanos para a reconstrução europeia. Os EUA, após o término da guerra ao início do Plano Marshall, emprestaram ao continente europeu 4,5 bilhões de dólares e concederam créditos suplementares de 6,8 bilhões de dólares. Apesar disto o déficit europeu atingiu em 1947 a cifra alarmante de oito bilhões de dólares (Júnior; Chacon, 1989)<sup>63</sup>. O aumento das tensões soviético-americanas, com o desencadeamento da Guerra Fria, levou o Congresso americano a aprovar um programa maciço de ajuda aos aliados, o Plano Marshall. Este plano, de meados de 1948 até 1952, proveu mais de US\$ 12 bilhões em empréstimos e concessões à Europa e ao Japão. A ajuda americana de 1945 a 1952 alcançou cerca de US\$ 38 bilhões de dólares, em bens, empréstimos e concessões (Mauro, 1973).

Em Bretton Woods, em julho de 1944 ainda durante a guerra, os acordos estabelecidos produziram um arcabouço institucional para a maior expansão econômica da história. Os objetivos de assegurar a estabilidade monetária, num quadro de superação do padrão-ouro, e a reestruturação da nova economia internacional, estavam condicionados pelo papel hegemônico assumido pelos EUA e a necessidade de criação de instrumentos eficazes para o gerenciamento econômico mundial que não repetissem os fracassos de gerenciamentos utilizados nas décadas de 20 e 30. Ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criações diretas de Bretton Woods, se somaram posteriormente um conjunto de agências econômicas do multilateralismo (o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a UNCATD, ALALC, OEA, CEPAL, etc.) visando expandir a acumulação do capital numa aproximação das nações que compõem o bloco capitalista, sob a liderança norte-americana e no quadro de maior interdependência.

<sup>62</sup> Em 1938, 38% das exportações europeias se dirigiam para as colônias, em 1951 esse valor era de apenas 9% (Júnior; Chacon, 1989, p.270).

<sup>63</sup> O empréstimo anglo-americano em 1946 tirou a Grã-Bretanha da bancarrota.

A nível interno, nas economias capitalistas, a incapacidade dos capitais individuais para produzir a taxas, necessárias para a reprodução do capital em seu conjunto, o progresso da ciência e da técnica a partir de suas próprias forças, exigiu o uso crescente do orçamento do Estado para o financiamento da produção sistemática de ciência e tecnologia. A concorrência intensa no mercado mundial, e os altos custos para se implementar o necessário desenvolvimento das forças produtivas, converteu a produção de ciência e tecnologia num campo essencial de ação do Estado, via a socialização estatal de custos. A tabela II, a seguir, apresenta as ajudas estruturais para alguns ramos industriais na República Federal Alemã, em milhões de marcos alemães.

**TABELA II**  
**Ajudas estruturais para alguns ramos industriais na República Federal Alemã, em milhões de marcos alemães.**

Ano	Ajuda para a energia nuclear	Tratamento de dados eletrônicos	Indústrias espacial e aeroespacial	Ajuda para petróleo	Ajuda para Carvão
1967	572	48	30	--	779
1968	593	70	54	--	946
1969	718	96	79	2	500
1970	1010	180	190	115	457
1971	1108	299	190	115	359
1972	1129	400	200	115	337
1973	1244	466	200	115	323

Fonte: Hirsch, 1979, p.59.

Um exemplo de socialização de custos foram as nacionalizações. As despesas públicas destinadas a financiar ou subsidiar usinas nucleares, aviões a jato e grandes projetos industriais nas áreas de ponta são manifestações também derivadas da mesma responsabilidade estatal.

A larga utilização do aparato de crédito, articulado e submetido aos objetivos da planificação, a socialização dos custos, bem como a criação das instituições multilaterais, demonstraram o redimensionamento administrativo das intervenções do

Estado na regulação da circulação e no processo econômico de reprodução em proveito do grande capital, e seus respectivos estados nacionais.

Outro aspecto, deste período de retomada do desenvolvimento capitalista, foi a implantação e a ampliação geral da rede de proteção social, sob a direção do Estado. Concessão, em certo sentido, à crescente luta de classe do proletariado, destinada a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores<sup>64</sup>, correspondeu aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. O Estado do Bem Estar Social, o *Welfare State*, emergente desta ampliação da legislação social determinou uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, a fim de proporcionar lastro material para a expansão considerável das despesas sociais (educação, saúde, seguro desemprego, aposentadorias, etc.).

A Guerra Fria, reforçou uma característica do imperialismo, o aumento substancial das despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo. Os gastos com o complexo militar-industrial ganharam centralidade estratégica, consumindo importantes esforços produtivos. O novo patamar assumido pela corrida armamentista provocou uma extensão, ainda maior, do aparato estatal. Além dos interesses da ocupação de áreas para a exportação de capitais, e as disputas dos blocos (capitalismo X socialismo), os gastos com armamentos proporcionaram também uma fonte de mais acumulação de capital.

A amplitude da intervenção estatal, adquirida neste período do imperialismo, levou a uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público. Esse maior controle sobre os rendimentos sociais implica num crescimento constante da parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe. As duas tabelas, a seguir, darão uma noção deste fenômeno.

---

<sup>64</sup> No clima da Guerra Fria era fundamental a manutenção da estabilidade interna, uma certa paz social, em razão da concorrência estabelecida pelo sistema socialista e seus efeitos comparativos sobre as condições de vida dos trabalhadores no capitalismo.



**TABELA III**  
**Despesas Estatais como Percentagem do PNB Norte-Americano**<sup>65</sup>

Ano	Despesas Estatais/PNB(%)	Ano	Despesas Estatais/PNB(%)
1913	7,1%	1955	27,8%
1929	8,1%	1960	28,1%
1940	12,4%	1956	30,0%
1950	24,6%	1970	33,2%

Fonte: Mandel, 1985, p.342.

**TABELA IV**  
**Gastos Públicos Totais (incluindo o Seguro Nacional) como Percentagem do PIB, Alemanha (depois de 1948, apenas a República Federal)**

Ano	Gastos Públicos Totais/ PIB (%)	Ano	Gastos Públicos Totais/ PIB (%)
1913	15,78	1959	39,5
1928	27,6%	1961	40,0
1950	37,5%	1969	42,5

Fonte: Mandel, 1985, p.342.

Os gastos do Estado, incluindo aí as despesas com a seguridade social do *Walfere State*, não significaram uma socialização através da redistribuição de renda. Esses dispêndios, representaram uma necessidade histórica do processo de acumulação do capital, e foram realizados conforme as necessidades da valorização.

<sup>65</sup> Sobre os Estados Unidos, ver *US Department of Commerce, Long-Term Economic Growth*, relativamente a dados anteriores à guerra, e *Statistical Abstract of the United States*, 1971, que fornece dados posteriores à guerra. Não é possível comparar totalmente as duas séries, pois as estimativas anteriores à guerra dizem respeito à percentagem de compras estatais de bens e serviços (incluindo assim os salários dos empregados do Estado) em relação ao produto nacional bruto, enquanto as estimativas de pós-guerra correspondem à percentagem das despesas totais do Estado em relação ao produto nacional

Ao lado dos importantes acréscimos verificados nas funções do Estado, nessa fase, o imperialismo intensificou a centralização, a concentração, e a exportação do capital, a regulação, bem como reforçou o papel do setor financeiro na acumulação. Nos EUA, dos anos 50 ao início dos anos 60, arrolam-se cerca de mil fusões por ano, os cem maiores conglomerados controlam, em 1962, 58% dos ativos das sociedades industriais. Na França, ocorreram oitocentas e cinquenta fusões entre 1950 e 1960, e mais de duas mil entre 1961 e 1971. Na República Federal Alemã, a forte concentração é reforçada pela maior articulação entre o capital bancário e o industrial; em 1973, trinta e cinco representantes dos três grandes bancos não detinham menos que 324 mandatos de conselhos fiscais nas empresas alemãs. A centralização e concentração alcançadas pelo capital, a situação hegemônica dos monopólios nas economias capitalistas, gerou um maior grau de vinculação entre eles e o Estado, impondo ao poder público a interferência no mercado, contrariando a pretensa lei natural da oferta e procura. Sweezy, destaca essa relação e a importância dessa interferência:

*Finalmente, devemos assinalar, quanto a isso, que as contradições do processo de acumulação e o desenvolvimento desigual entre os ramos da indústria provocam a paralisação da expansão hoje de um, amanhã de outro, ramo da produção, que se torna na realidade não-lucrativo. Na época do capitalismo concorrencial, o resultado era o desaparecimento de numerosas firmas, a falência e ruína de muitos capitalistas. Quando uma indústria em decadência, porém, é sede de grandes organizações monopolizadoras, com ramificações por todo o sistema econômico, as falências e bancarrotas são questão muito mais séria; torna-se necessário ao Estado intervir por meio de empréstimos de fundos públicos, subsídios, e, em certos casos, de propriedade governamental das empresas não-lucrativas. Dessa forma, os Estados capitalistas são forçados a um grau sempre maior de "socialismo". O que é socializado, quase sempre, é o prejuízo dos capitalistas (Sweezy, 1986, p.242).*

A internacionalização do capital<sup>66</sup>, no pós-guerra, ganha novos contornos e dimensão. De 1967 a 1971, o investimento no exterior aumenta em taxas anuais de 8% para a Grã-Bretanha, 10% para os EUA, 12% para a França, 24,5% para RFA e 32% para o Japão; no geral, o capital estrangeiro passa de 108 para 165 milhões de dólares (Beaud, 1991, p.325-329). O setor financeiro continuou a expansão iniciada no final do

bruto. Sobre a Alemanha Ocidental, ver *Elemente einer materialistischen Staatscheorie*. Frankfurt, 1973 (Nota do autor).

<sup>66</sup> Inclusive utilizando mais a forma de implantação de filiais ou a tomada de controle de empresas no estrangeiro.

século XIX. Um demonstrativo da trajetória expansionista é a multiplicação das sucursais bancárias americanas<sup>67</sup>, como o visto na tabela a seguir:

**TABELA V**  
**Sucursais Bancárias Americanas no Exterior**

	1950	1960	1969	1975
América Latina	49	55	235	419
Território ultramarino US.	12	22	38	
Europa	15	19	103	166
Ásia	19	23	77	125
Oriente Médio	0	4	6	17
África	0	1	1	5
Total	95	124	460	732

Fontes: Beaud, 1991, p.328

O desenvolvimento do imperialismo (o nível de centralização e concentração do capital, a exportação de capital, a luta por zonas de influência), as dificuldades crescentes de valorização do capital (supercapitalização, superacumulação) e realização da mais-valia de maneira regular, e a nova ordem estabelecida pelo pós-guerra (a bipolaridade, os esforços de construção do campo socialista e a reconstrução das economias capitalistas) impuseram um novo padrão ao processo de acumulação capitalista. Este processo será identificado pelo modelo de industrialização fordista e pela ampliação, como já constatamos, do espaço de atuação do Estado, que passou a operar no núcleo da reprodução do capital. O modelo de industrialização fordista tem os seguintes princípios: padronização rigorosa dos gestos operativos e correlativamente uma rigorosa separação entre a concepção e a execução manual (Lipietz; Leborgne, 1988). A ampliação da ação econômica do Estado levou-o a intervir diretamente no processo de reprodução por meio de uma redistribuição sistemática, incorporação de ações produtivas (estatizações ou semi-estatizações das produções que exigem altas

<sup>67</sup> País condutor da recuperação capitalista, fonte principal desse financiamento, e detentor da moeda padrão do sistema financeiro internacional.

inversões e retorno de longo prazo e as não rentáveis) e de uma regulação econômica na esfera da circulação. A utilização do aparato de crédito e o conjunto de subvenções do Estado, em proveito do grande capital, influíram monetária e fiscalmente nas condições de exploração e representaram uma tentativa de manter um relativo equilíbrio no processo global de reprodução. As características deste padrão de acumulação reservaram especificidades às ações do Estado nas economias capitalistas desenvolvidas e nas economias periféricas.

Nas economias desenvolvidas, o Estado capitalista atuou aplicando políticas macroeconômicas anticíclicas de ampla intervenção no mercado. Arienti (2000) caracteriza com precisão as funções cumpridas pelos Estados nestas economias:

*Pelo lado da oferta, coube ao Estado o investimento em infra-estrutura para a ampliação da produção e circulação de bens de consumo duráveis, carro chefe da indústria tipicamente fordista. Pelo lado da demanda, o Estado adotou políticas keynesianas para garantir uma demanda efetiva sempre próxima ao pleno emprego. Apesar do enfoque tipicamente keynesiano, houve variações nacionais em relação ao tipo de gastos públicos, com os governos social-democratas concentrando em gastos sociais e o governo americano, envolto na guerra fria, concentrando em gastos militares. Pelo lado do controle social, a regulação dos conflitos se realizou tanto pela garantia estatal a acordos corporativos que constituiram um compromisso salarial de vincular aumento de salários a inflação e produtividade, quanto pela ampliação da proteção legal ao trabalhador dado pela legislação trabalhista e pela formação de um sistema de seguridade social ao trabalhador e em políticas sociais aos cidadãos. A expansão dos gastos sociais em seguridade social, como seguro desemprego, distribuição de aposentadorias e pensões, possibilitou a concessão de salário indireto que permitiu, de um lado, a integração de vários grupos da classe trabalhadora na sociedade de consumo em massa e, de outro lado, o controle social para a regulação da ordem capitalista (Arienti, 2000, p.4).*

Nas economias capitalistas periféricas, submetidas ao processo de acumulação dos países centrais, a necessidade de consolidar as relações capitalistas, superando as estruturas arcaicas, de relações pré-capitalistas, e de impulsionar a industrialização, incorporando essas economias ao novo padrão de acumulação do pós-guerra levou a uma ampla intervenção do Estado no setor produtivo (manufatureiro, infra-estrutura e energético) maior que a existente nos países centrais. A intervenção ampliada do Estado se justificaria pelas insuficiências tecnológicas, financeiras e pela necessária adaptação

da estrutura da demanda final às dimensões exigidas pela estrutura da oferta existente nas economias capitalistas periféricas.

*(...) O Estado se encarrega dos setores onde a dimensão ótima é demasiadamente alta em relação às capacidades financeiras da burguesia e onde a rotação do capital é excessivamente lenta. O Estado cria assim faixas inteiras da indústria nacional; e, ao fazê-lo, estabelece uma "solidariedade" entre os setores de molde a que os setores onde predominam as firmas multinacionais conheçam um melhoramento das condições de valorização do próprio capital, inclusive uma situação de viabilidade. Essa "solidariedade", com efeito, é importante. Sem a prévia existência de um setor público importante, sem seu desenvolvimento, a rede infra-estrutural e industrial seria insuficiente para incitar as firmas multinacionais dos setores dinâmicos a se implantarem no país.*

*O Estado substitui os capitalistas incapazes de modo quase integral nos setores onde efetivamente se revela que eles não podem se desenvolver.*

*(...) A adaptação da estrutura da demanda final às dimensões exigidas pela estrutura da oferta pode igualmente ser facilitada por uma política de subvenções em favor de certos setores e por uma responsabilidade direta do Estado no caso de outros (Mathias; Salama, 1983, p.37,82).*

A ação do Estado nos países da periferia capitalista favorece uma nova orientação de acumulação cujo objetivo central é a valorização do capital. O impulso à industrialização, que não se restringe a uma ótica estreita de solucionar problemas do consumo, a estruturação do mercado financeiro, e a interferência do Estado na formação do mercado de trabalho, em condições favoráveis à exploração da força de trabalho pelo capital, criaram as condições para a inserção destas economias no mercado mundial, em consonância com as novas exigências do movimento de reprodução do capital.

No estágio do capitalismo concorrencial, e nas primeiras fases do capitalismo monopolista<sup>68</sup>, as funções econômicas do Estado eram subordinadas às suas funções coercitivas e ideológicas, particularmente, sem se reduzirem no entanto a elas (Poulantzas, 2000). Ao Estado cabia, fundamentalmente, organizar materialmente o espaço político-social da acumulação do capital. As próprias intervenções econômicas atendiam a essa tarefa primordial.

<sup>68</sup> Mesmo com a ampliação das funções do Estado, e sua inserção no setor produtivo e a diversificação dos mecanismos de regulação.

As dificuldades crescentes de valorização do capital, na fase do imperialismo no pós-guerra, ampliaram os espaços de intervenção do Estado. Além da criação das condições gerais de produção, cujas exigências se dilatam, o Estado passou a atuar no núcleo de reprodução do capital através do crescimento das estatizações ou semi-estatizações, das subvenções e financiamentos. Aperfeiçoaram-se as ferramentas de regulação da circulação (regulação do sistema de crédito, o aparato de planejamento, previsão e análise econômica), passando o consumo do Estado a desempenhar papel fundamental na formação da demanda efetiva. Os mecanismos de transferência de recursos do Estado para o grande capital, via dívida pública, no patamar alcançado pela exportação de capitais, ganharam novos contornos e especificidades. Coube também ao Estado assegurar, diretamente ou por meio de subsídios financeiros, a edificação de um vasto sistema geral de produção científica, tecnológica, e de qualificação, para garantir o desenvolvimento da tecnologia de produção aos monopólios. A polarização de classes, a agravamento das relações de produção, as modificações tecnológicas e a desagregação das formas tradicionais de reprodução e garantia da força de trabalho, colocou como necessidade geral da produção a criação, pelo Estado, de uma rede de proteção social, que salvaguarde a força de trabalho e garanta uma certa "paz social".

As novas ações assumidas pelo Estado, e especialmente a centralidade assumida pelas funções econômicas, induzem a reorganização, e a criação no seio do Estado, de um aparelho econômico especializado. Esse aparelho forma uma ossatura institucional que cada vez mais concentra as funções econômicas do Estado, se constituindo num *locus* privilegiado de atuação das frações hegemônicas do capital (Poulantzas, 2000).

O novo padrão de acumulação, não só possibilitou a reconstrução do pós-guerra, como promoveu o maior crescimento já conhecido pelo conjunto dos países capitalistas. Nessa excepcional fase, chamada de "idade de ouro" do capitalismo, a economia mundial obteve, entre 1948-1971, taxas anuais médias 5,6% de crescimento da indústria e de 7,3% do comércio mundial. Nesse contexto de expansão, se afirmou uma tendência para a industrialização nos países da periferia capitalista. No entanto, esse movimento geral de crescimento, e em particular a industrialização da periferia, acentua a desigualdade em escala mundial, mesmo quando as taxas de crescimento superiores indicam o início de um processo de nivelamento.

Após a euforia dos anos dourados, o modelo de acumulação capitalista do pós-guerra na década de setenta dá claros sinais de esgotamento. O forte crescimento registrado até então, já comprometido desde meados dos anos 60 pela baixa rentabilidade do capital, cedeu lugar a um período de "estagflação": alta dos preços, com retração da atividade produtiva e aumento do desemprego. A longa e profunda recessão que atingiu todo o mundo capitalista avançado, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, associada à crise fiscal do Estado, identificada, nos países centrais, pela suposta hipertrofia do Estado de bem-estar social e, nos países periféricos, pelo esgotamento do modelo da industrialização por substituição de importações, fez retornar, com força, as idéias liberais, que viam na regulação do Estado um agente perturbador da ordem econômica. O colapso do campo socialista, a incapacidade do keynesianismo de evitar a crise, a ascensão de defensores do novo liberalismo a postos de comando nos principais centros capitalistas, importantes mudanças no desenvolvimento das forças produtivas, e no grau de internacionalização do capital, gestaram um ambiente favorável à reação teórica e política da ampliação do espaço de ação do Estado ocorrida no modelo de acumulação do pós-guerra. Precisamente esse debate, o esgotamento do modelo de acumulação capitalista do pós-guerra, as características da atual fase do desenvolvimento capitalista, os novos mecanismos de intervenção estatal, as restrições ao seu alcance e as necessidades da reprodução do capital, serão os objetos do terceiro capítulo deste trabalho.

## CAPÍTULO III

### O ESTADO E A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL

#### O esgotamento do modelo de acumulação do pós-guerra

O modelo de acumulação do pós-guerra teve dois importantes alicerces: primeiro, a ampliação dos espaços de intervenção do Estado, que passou a atuar no núcleo de reprodução do capital e aperfeiçoou os mecanismos e ferramentas de regulação; segundo, o papel estratégico e hegemônico dos EUA no mundo capitalista, expresso: a) na estruturação da nova ordem econômica, com o seu sistema monetário, estabelecida em Bretton Woods, que colocou o dólar como a moeda-chave do mercado mundial; b) no financiamento da reconstrução da Europa e Japão, através do Plano Marshall; e c) no peso da economia norte-americana no mundo.

Os acordos de Bretton Woods, com base no padrão ouro/dólar, contribuíram para restabelecer a confiança na economia mundial. Os EUA, na condição de banqueiro do mundo, tornaram Nova York a câmara de compensação para o ajuste das transações internacionais e a fornecedora de capital para a recuperação das economias capitalistas. Com preços estáveis e ausência de conturbações financeiras, a produção registrou altas taxas de crescimento, acompanhada por uma elevação, a níveis sem precedentes, do consumo nos países industrializados. Esse movimento ascendente atingiu também os países da periferia capitalista, alguns chegando a atingir importante grau de industrialização (Moffit, 1984, p.216).

As razões do esgotamento dessa fase de exuberante expansão, no pós-guerra, têm suas raízes nas limitações e conflitos resultantes dos suportes desse modelo de acumulação. O primeiro sinal de esgotamento é o decréscimo da taxa de lucro nos principais países capitalistas no decorrer dos anos 60. Na Europa, as três principais potências, ultrapassado o virtuoso crescimento da fase de reconstrução, vão ser atingidas por uma desaceleração nas taxas de lucro. Ela baixa ao longo de todos os anos 60 e até 1975 na Grã-Bretanha; na Alemanha ela estagna com um ligeiro declínio a partir de 1960 e baixa a partir de 1968-1969 até 1975; na França ela declina a partir de



1968-1969 e cai de 1973 a 1975. Nos Estados Unidos, força propulsora da reconstrução capitalista, ela baixa a partir de 1965-1966 até 1974. Apenas no Japão ela progride no curso dos anos 60, com volta atrás, conforme as fontes, em 1970, 1971 ou 1973<sup>69</sup>. Esse movimento de queda da taxa de lucro se deve à corrosão, sob a ótica do capital, das condições de produção do valor e da mais-valia, e das condições de sua realização:

*Do lado da produção, é inicialmente a arremetida do movimento operário para o reerguimento dos salários: ela possibilita ao longo de todo o período um nítido aumento do salário real do conjunto dos trabalhadores; e, de acordo com a profunda intuição tida por Ford algumas décadas mais cedo, esta alta do poder de compra dos assalariados contribui para facilitar a venda de mercadorias dos bens de consumo e, portanto, para sustentar o crescimento; o que não impede que, para alguns setores ou para certas empresas, ele pese na distribuição do valor agregado e contribua para a diminuição da rentabilidade do capital (...) Introdução de tecnologias de maior desempenho e de aparelhagem mais caras, acirramento da competição, pesquisa e conquista de mercados externos, internacionalização da produção: o conjunto desses processos é acompanhado pelo fortalecimento da concentração. (Beaud, op.cit., p.323,326)*

A elevação no nível dos salários<sup>70</sup>, a resistência a certas formas de organização da produção, movimento contra a precarização do trabalho, e a necessidade de maiores investimentos em capital constante, em razão da intensificação da concorrência, provocaram um aumento nos custos e uma redução nos rendimentos. Tudo isso ocorreu num momento onde as desigualdades de renda associadas aos patamares já alcançados pela demanda indicavam uma corrosão no modelo de consumo dos anos 50-60. Nos principais centros capitalistas a tendência de baixa da rentabilidade observada nos anos 60 se explica pelo aumento de custos, saturação de mercado, intensificação da concorrência. Portanto, pelos obstáculos existentes na produção, ampliação e realização da mais-valia.

O segundo, e definidor, sinal do colapso do modelo Keynesiano do pós-guerra foi a crise do padrão monetário internacional na década de 70, que pois fim a ordem econômica internacional estabelecida em Bretton Woods, e cuja essência está relacionada à centralidade dos EUA na reconstrução das economias capitalistas. O

<sup>69</sup> Detalhes sobre a queda na taxa de lucro, neste período, ver Beaud (1991, p.322).

arranjo monetário de Bretton Woods tornou o dólar americano um equivalente do ouro, estabelecendo o padrão dólar-ouro. O dólar, nessa nova função, seria mantido a uma taxa constante para a conversão em ouro. Para assegurar a estabilidade monetária, os acordos definiram taxas de câmbio fixas entre as inúmeras moedas nacionais e, no intuito de evitar o reaparecimento de guerras monetárias, os países tinham que obter a aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para alterar os valores de suas moedas.

As diretrizes adotadas em Bretton Woods para a reorganização do mercado mundial tinham importantes deficiências. As instituições criadas, FMI e Banco Mundial, se mostraram, no início de 1947, insuficientes e inadequadas para prover a Europa de grandes somas necessárias ao financiamento da sua reconstrução. O problema inicial era a "escassez de dólares" provocada pelo peso desproporcional da economia americana em relação a capacidade produtiva mundial. Devido a essa relação desproporcional, em 1946 e 1947, os EUA obtiveram elevados excedentes comerciais, enquanto o resto do mundo desfazia-se de suas modestas dotações de ouro e moeda estrangeira para a adquirir os produtos americanos. Se essa realidade tivesse perdurado, em pouco tempo a Europa estaria falida, o que comprometeria o próprio desempenho da economia americana e tornaria pouco provável a existência dos anos dourados de crescimento capitalista (Moffit, op.cit., p.26).

O advento da Guerra Fria fez jorrar, através do Plano Marshall, bilhões de dólares para a Europa e Japão, resolvendo o problema da escassez de dólares e transformando os EUA no Banco Central do Mundo, expandindo a oferta de moeda internacional, o dólar e gerando o crédito indispensável à reconstrução e expansão das economias capitalistas ocidentais e Japão. Tal expansão se deu por meio dos déficits no balanço de pagamento dos EUA, mecanismo esse que trazia, como tão bem previra Triffin (1958)<sup>71</sup>, os ingredientes da destruição do sistema erigido em Bretton Woods.

<sup>70</sup> É importante destacarmos que os níveis salariais não chegaram a comprometer a produção da maioria e a busca do lucro máximo. Beaud, é uma parcela importante dos regulacionistas, dão um enfoque equivocado a um possível "aumento real" nos salários nesse período.

<sup>71</sup> O Professor Robert Triffin ao sustentar a fragilidade congênita da expansão na oferta de dólar por meio dos déficits crônicos no balanço de pagamento, que ficou conhecido como o dilema de Triffin, dizia: (...) os déficits americanos não poderiam servir eternamente como fonte de moeda internacional - enquanto os Estados Unidos mantivessem ligação entre o dólar e o ouro. Se a "hemorragia" de dólares estancasse, a antiga escassez de dólares retornaria e estrangularia o comércio mundial. Por outro lado,

O fomento aos investimentos, provocado pelos fluxos de dólares do plano Marshall, promoveu a reconstrução e a recuperação das economias capitalistas centrais, tendo como consequência a ampliação da concorrência e a diminuição do peso dos EUA na economia mundial. O excedente americano no comércio e na indústria de serviços declinou de mais de US\$ 9 bilhões em 1964 para cerca de US\$ 3,4 bilhões em 1969 (ibid., p.29). A parte dos EUA no conjunto da produção do mundo capitalista cai dos sete décimos em 1950 a menos de dois terços no início dos anos 1960 e a menos da metade do início dos anos 1970; ao mesmo tempo, sua parte nas trocas "ocidentais" cai da metade a um terço, depois a um quarto (Beaud, op.cit., p.330). Como consequência dessa redução aparece, pela primeira vez desde 1935, déficits na balança comercial: 2,7 bilhões de dólares em 1971, 6,9 bilhões em 1972. O encolhimento do espaço dos EUA na economia mundial, os déficits no balanço de pagamento fruto do financiamento da reconstrução, e os acréscimos dos encargos americanos no exterior com despesas governamentais e militares, reduziram os estoques americanos de ouro e, em contrapartida, aumentaram as reservas em dólar no exterior. A eliminação, ou relaxamento, dos controles sobre o volume de capitais financeiros leva a que o volume total de ativos denominados em dólares escape ao controle do Federal Reserve (o FED, Banco Central dos EUA). Os vários mecanismos existentes, até então, de controle do fluxo de capitais sucumbiram frente ao mercado europeu para depósitos em dólar, o euromercado ou eurodólares, e o surgimento das chamadas "praças off shore"<sup>72</sup>. Os haveres em dólares fora dos Estados Unidos ultrapassam o estoque de ouro americano já em 1960; eles lhe são três vezes superiores em 1968, oito vezes em 1972.

O excesso de dólares no exterior solapou a confiança na capacidade dos Estados Unidos de honrar o lastro de dólar em ouro e, conforme previa Triffin, instalava-se a crise do dólar e o questionamento do dólar e do sistema monetário internacional. Depois de sucessivos ataques especulativos à moeda norte-americana, Nixon, em 1971, acabou com o lastro do dólar estabelecido, rompendo a conversibilidade do dólar em ouro. Em 1973 a especulação financeira destruiu o sistema de paridades fixas. Os governos, diante

---

*um fluxo constante de dólares dos Estados Unidos para o exterior criaria um excesso de dólares no exterior, estimulando governos a demandarem ouro com esses dólares. O estoque de ouro do Tesouro diminuiria, solapando a confiança na capacidade dos Estados Unidos de honrar o lastro de dólar em ouro, levando, portanto, a uma crise monetária internacional (Moffit, op.cit., p.28-29).*

<sup>72</sup> Países que estabelecem legislações permitindo o uso do dólar como moeda pelos bancos nacionais, com pouca ou nenhuma fiscalização sobre o volume de crédito concedido (Viana, 2003, p.43).

da instabilidade cambial, se retiraram da arena monetária internacional, instalando um regime de livre flutuação, desmontando mais um ícone de regulação montando em Bretton Woods. Esse novo contexto leva o sistema a uma situação em que os governos perdem o controle dos fluxos de capitais. A criação menos disciplinada de liquidez e a ampliação especulativa do crédito possibilitam que as instituições financeiras<sup>73</sup> e as corporações se lançassem com maior liberdade nas operações especulativas em busca de ganhos de capital, processo que atinge inclusive os Tesouros Nacionais pelo impacto sobre a dívida pública, ampliando em diversas oportunidades o déficit fiscal do Estado.

O Estado, que no pós-guerra ampliou a sua ação econômica<sup>74</sup>, no início dos anos 70 encontrou-se sob a hegemonia da política econômica Keynesiana. Dessa forma privilegiou a utilização da política financeira como ação para o orçamento ou a fiscalização sobre os investimentos e o consumo, mas viu-se num contexto de sobreacumulação de capital e de especulação financeira e monetária associada à crise do petróleo e à elevação dos preços das matérias-primas (Brunhoff, 1977). Nessa nova realidade, o Estado, alicerce fundamental do padrão de acumulação do pós-guerra, também é atingido. A crise fiscal que assolou quase todos os governos nacionais inibiu os instrumentos de regulação, retraindo a utilização de iniciativas anticíclicas. O Keynesianismo, incapaz de evitar a crise, perde legitimidade.

A queda nos ritmos de crescimento verificados na década de 60, a ruptura da ordem internacional advinda da crise do padrão monetário, a globalização financeira, os choques do petróleo da década de 70, e a crise da dívida externa de 1982, levam todo o mundo capitalista a uma longa e profunda recessão. Pela primeira vez, combinam-se baixas taxas de crescimento, e mesmo retração da atividade produtiva, com altas taxas de inflação, a chamada "estagflação". Todos esses acontecimentos ocorrem simultaneamente a um processo de reordenamento das relações entre o centro hegemônico da acumulação de capital e os demais países, anunciando o fim do padrão de acumulação do pós-guerra e a nova fase de desenvolvimento do capitalismo, a globalização do capital, sob a hegemonia da ideologia neoliberal.

<sup>73</sup> A deterioração das atividades produtivas na década de 70 foi acompanhada de um *boom* sem precedentes nas atividades bancárias e financeiras.

<sup>74</sup> Combinando medidas monetárias e financeiras, regulamentação do trabalho, política de rendas, e a ocupação de espaços produtivos (capital público e nacionalizado).

## O novo modelo de acumulação: a globalização do capital

A crise do modelo de acumulação do pós-guerra encetou um conjunto de transformações que redesenharam o mundo a partir do início dos anos setenta. As transformações ocorreram no plano da concorrência intercapitalista, do progresso tecnológico, da oligopolização e financeirização do mercado, e da concorrência interestatal, cuja marca distintiva do atual movimento de internacionalização capitalista é a emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. O novo modelo de acumulação, surgido dos escombros de Bretton Woods, é resultante de dois importantes fenômenos: a globalização financeira, e a política deliberada de retomada da hegemonia mundial adotada pelos EUA desde o final da década de 70.

A globalização financeira é consequência das políticas liberais de desregulação dos mercados, iniciada pela Inglaterra e posteriormente pelos Estados Unidos, e alavancada pela decisão política de suspensão do padrão dólar, pela introdução do sistema de taxas de câmbio flutuantes e pelos recursos da reciclagem dos petrodólares e da dívida pública americana. Fiori (1997) descreve a evolução desse processo:

*(...) Quase todos os analistas estão de acordo que a 'pré-história' destas finanças privadas e globalizadas ocorreu nos anos sessenta e foi obra inicial da decisão política do governo inglês de autorizar um mercado interbancário paralelo e autônomo com relação aos sistemas financeiros (o "euromercado de dólares"). Para ali foram canalizados os capitais norte-americanos que começaram a "fugir" das baixas taxas de lucros e das regulações internas do seu país de origem. (...) Tem razão Chesnais quando diz que "o mercado de câmbio se transformou no primeiro compartimento dos mercados financeiros a entrar na globalização e é a partir dele que se desenvolve o mercado de derivativos ou de securitização com relação à variação de moedas e juros".*

*Mas foi nos anos oitenta que se deu o salto de qualidade responsável pela transformação da globalização financeira no carro chefe das transformações capitalistas. Seu impulso inicial, uma vez mais, foi dado por uma série de decisões estatais, onde se destacam a revalorização do dólar decidido pelo banco central norte-americano em 1979, o fim do controle do movimento de capitais decidido, quase junto com a liberação das taxas de juros, pelos governos inglês e norte-americano. Iniciou-se ali um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira que permitiu o surgimento dos mercados de obrigações interconectados internacionalmente onde os governos passam a financiar os seus déficits*

*colocando títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais e transformando-se em reféns da "ditadura dos credores". Nesta mesma década, uma outra decisão política foi absolutamente decisiva: a liberalização dos mercados de ações (o 'big bang') decidida pelo governo inglês em 1986 e seguida imediatamente pelos demais países industrializados. Por fim, é possível identificar uma quarta etapa, neste movimento de internacionalização: o período pós 1990, em que são incorporados ao mundo das finanças desreguladas e globalizadas, os "mercados emergentes" do ex-mundo socialista e da América Latina (Fiori, 1997, p. 90-91).*

O movimento que culminou com a chamada globalização do capital, e a "modernização conservadora" que se seguiu, não foi resultante de uma ação espontânea do mercado auto-regulado, pretensamente soberano e eficiente. Todo esse deslocamento para um novo grau de concentração de poder político e financeiro tem como importante fator desencadeador a política adotada pelo EUA, nos anos 70, de retomada deliberada da hegemonia mundial. A "escassez de dólares" no mercado internacional, nos anos sessenta, e posteriormente um fluxo constante de dólares dos EUA para o exterior, geraram uma desconfiança na capacidade de Washington garantir a conversibilidade do dólar em ouro. Tal desconfiança provocou uma onda sucessiva de ataques especulativos que deterioraram a moeda americana. O risco do dólar perder o status de padrão monetário internacional fez o presidente Nixon, em 1971, decretar o fim da paridade ouro/dólar e, no final de 1979, Paul Volcker, presidente do banco central americano (Federal Reserve), estabelecer a política do Dólar Forte. A política de Volcker consistia em altas taxas de juros, combinada com política monetária restritiva. "A diplomacia do dólar forte", decisão unilateral dos EUA promoveu valorização da ordem de 50%, entre 1980 e 1985, revertendo a decadência da moeda americana no cenário mundial, e resolvendo o problema americano do fechamento do balanço de pagamento<sup>75</sup>. Essas iniciativas de caráter predominantemente econômico, destinavam-se a enquadrar os sócios e principais competidores dos EUA no mundo capitalista, e a garantir a condição de preeminência absoluta do dólar como única moeda de referência global. Por outro lado, a corrida armamentista e o programa de "guerra nas estrelas" de Reagan, de cunho estratégico-militar, visava minar por dentro as forças da URSS, principal adversário geopolítico (Tavares; Melin, 1997, p.56).

<sup>75</sup> Detalhes sobre as consequências da política do dólar forte ver: Tavares, Melin (1997, p.55-77); Tavares, Fiori (1993, p.21-42); Moffitt (1985).

A partir da centralidade do dólar na economia mundial<sup>76</sup>, do peso da economia americana no pós-guerra e de sua importância geopolítica, os EUA implementaram um conjunto de políticas de liberalização dos movimentos de capitais que não só resgataram a sua posição hegemônica como também os transformaram no maior receptor de capitais do mundo e, portanto, nos grandes beneficiados do movimento de globalização do capital.

A globalização financeira, o fortalecimento da posição hegemônica dos EUA<sup>77</sup>, os fracassos das políticas econômicas keynesianas no enfrentamento à crise que se estabeleceu no modelo de acumulação no pós-guerra, a crise fiscal do Estado, e o colapso do campo socialista no Leste Europeu, reforçaram a reação teórica e política contra o Estado intervencionista. Surge, então, um novo liberalismo econômico que atribui ao intervencionismo estatal a responsabilidade da corrosão das bases da acumulação capitalista. Nas décadas de 80 e 90 a ideologia do "novo" programa neoliberal torna-se hegemônica no mundo, inaugurando um novo padrão de acumulação. A implementação desse "novo" programa neoliberal, a partir dos governos Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1982), inaugurou um conjunto de reformas nos Estados Nacionais redirecionando-os da macroeconomia keynesiana ao monetarismo. A primeira reforma foi a definição da estabilidade monetária como a meta suprema dos governos. Os parâmetros estabelecidos pelas novas diretrizes de restrições fiscais e monetárias rejeitaram a manutenção do pleno emprego como prioridade dos governos nacionais e reduziram os gastos com bem-estar social. O segundo tipo de reforma direcionou-se para transferir para as empresas privadas a oferta de bens e serviços, reduzindo também o papel regulador do Estado. A privatização dos ativos estatais e a desregulamentação da economia configuraram-se entre as principais medidas desse tipo de reforma. O terceiro tipo de reforma caracteriza-se pela adoção de novas estratégias que introduzem novos critérios de eficiência na produção de bens e serviços públicos e sociais que permaneceram sob a responsabilidade estatal. E, finalmente, a defesa da abertura econômica. Essa nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia do pensamento macroeconômico neoliberal e por significativas

<sup>76</sup> O dólar inclusive deixa de ser um padrão de valor no sentido tradicional, passando a cumprir sobretudo o papel mais importante de moeda financeira cujas funções centrais são a função de segurança e a de arbitragem.

<sup>77</sup> O governo Reagan e as políticas neoliberais adotadas.

transformações ocorridas na internacionalização do capital a partir da década de 70, será denominada de globalização do capital.

Um intenso debate acadêmico se instalou em torno do conceito de globalização. Não reproduziremos nesse espaço toda a riqueza do debate. Nos limitaremos a apresentar a visão do *mainstream* e a definir a conceituação adotada nesse trabalho. Uma primeira concepção, vinculada ao *mainstream*, está associada à emergência, nas últimas duas décadas, de um novo patamar de ordenamento da vida social, institucionalmente articulado em plano *supra*-nacional, em que o centro das atenções se volta para a constituição de uma realidade não mais simplesmente determinada pela expansão de ações econômicas, políticas e culturais entre nações, mais configurada por uma dinâmica definida em um plano concretamente *trans*-nacional (Mello, 1999, p.197). Para essa corrente, neoliberal, o sistema econômico internacional tornou-se autônomo e socialmente sem raízes, com mercados, produção, e produtos globais, cuja dinâmica básica é dominada por forças de mercado incontroláveis e tem como seus principais atores econômicos e agentes de troca verdadeiras corporações transnacionais que não devem lealdade a Estado-nação algum e se estabelecem em qualquer parte do mundo em que a vantagem de mercado impere (Hirst; Thompson, 1998, p.13). O pensamento neoliberal credita à globalização uma interação dos mercados como fenômeno próprio e completamente inédito na história do capitalismo e da humanidade.

O conceito de globalização empregado, no presente trabalho, identifica esse processo como um aspecto estrutural do capitalismo e das leis de movimentação e reprodução do capital. Em função das necessidades do seu mecanismo reprodutivo o capital apresenta uma tendência endógena à globalização. Essa tendência, como característica econômica orgânica da sociedade capitalista, é identificada por Marx já no *Manifesto* em 1848 (Balanco, 1999):

*A forma tradicional, feudal ou corporativa, de funcionamento da indústria não permitia atender às necessidades crescentes, decorrentes do surgimento de novos mercados. Em seu lugar aparece a manufatura (...)*

*No entanto, os mercados continuaram crescendo e as necessidades aumentando.(...) No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna (...).*



*A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão industrial. E na mesma medida em que a indústria, comércio, navegação e estradas de ferro se expandiam, desenvolvia-se a burguesia, os capitais se multiplicavam e, com isso, todas as classes oriundas da Idade Média passavam a segundo plano (...).*

*A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. (...).*

*A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.*

*Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (...) As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da terra (Marx & Engels, *apud* Balanco, 1999, p.4-5).*

A formação do mercado mundial acompanhou a estruturação da própria ordem burguesa. Portanto, as alterações ocorridas no mercado mundial, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, resultam das leis gerais de movimento do capital. Assim, a globalização não se constitui, como advoga o pensamento liberal, um fenômeno particular e completamente inédito na história do capitalismo e da humanidade. Por outro lado, o processo recente genericamente chamado globalização, e a “modernização conservadora” que se seguiu, tem como importante fator desencadeador o movimento de reafirmação da hegemonia americana – no plano da diplomacia do dólar e no plano estratégico militar. Constatamos assim que a atual fase de globalização não foi resultante de uma ação espontânea do mercado auto-regulado.

Esclarecidos estes dois aspectos do conceito de globalização, optamos pela expressão “globalização do capital” para caracterizar a atual fase do capitalismo, pois consideramos que, por um lado, o termo globalização apesar das variadas e inconsistentes utilizações adquiriu grande dimensão no mundo acadêmico e na

sociedade, e reflete de maneira objetiva aspectos fundamentais desse novo contexto. Por outro lado, o termo globalização associado ao capital, define de forma mais precisa o seu conteúdo, cuja essência não é a globalização das trocas, nem o livre fluxo dos fatores de produção, mas a globalização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira.

O emergente regime de acumulação é predominantemente financeiro, rentista e parasitário, cujo funcionamento parece estar subordinado, de modo crescente, às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro<sup>78</sup>, concentrado em nível mundial. A hipertrofia da esfera financeira a partir dos anos 80 tem sua origem nos lucros acumulados, não remetidos e não reinvestidos na produção, pela empresas transacionais norte-americanas que promoveram a expansão do mercado de eurodólares, em meados dos anos 60, e na reciclagem dos "petrodólares". As instituições financeiras bancárias e, principalmente, as não-bancárias - formas mais flexíveis, e de grande mobilidade, de centralização do capital-dinheiro, como, os grandes fundos de pensão anglo-saxão e japoneses, os fundos comuns de aplicação e de gestão de portfólios de títulos (*mutual funds*), passaram a controlar gigantescas massas financeiras em busca de valorização por meios de formas puramente financeiras, obtendo um ritmo de crescimento qualitativamente superior aos do investimento do PIB ou das trocas. Entre 1980 e 1992 a taxa de crescimento dos ativos financeiros foi de 6,0% ao ano, enquanto a do investimento foi de 2,3%. Outra forte evidência da caracterização do regime como predominantemente financeiro é o lugar de destaque ocupado pelas taxas de juros e das taxas de câmbio na definição das políticas econômicas dos governos. Essas políticas têm se reduzido à política monetária que, por sua vez, corresponde cada vez mais às necessidades (senão exigências) do capital-dinheiro detentor dos títulos da dívida pública (Chesnaïs, 1995).

Apesar do gigantismo alcançado pelo setor financeiro sua autonomia é relativa. As fontes de recursos drenados para essa esfera de valorização vêm do capital produtivo, do trabalho e da ação do Estado:

<sup>78</sup> A forma do capital-dinheiro, D-D', representa a forma fetichizada do capital na sua perfeição. Os recursos acumulados na esfera financeira se constituem em frações da mais-valia (ver Marx, 1980, cap. XXIII).

*O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. Assumiu, no começo, ou a forma de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parte dos lucros cedida enquanto juros ao capital de empréstimo) ou a forma de salários ou rendas agrícolas que foram depois objeto de punções mediante impostos ou que sofreram a forma moderna de usura “os créditos de consumo” ou, finalmente, de quarenta anos para cá, a forma dos salários adiados depositados em fundos privados de pensão cuja natureza vai se modificando assim que penetram a esfera financeira e se tornam massas, buscando a máxima rentabilidade. A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação (Chesnais, 1995, p.21).*

O capital financeiro tem recebido uma transferência de riquezas, em grande escala, proveniente dos serviços da dívida de um grande número de países do Terceiro Mundo, e dos rendimentos resultantes da titularização da dívida pública dos países da OCDE<sup>79</sup>, que promovem uma expansão de parcelas dos orçamentos utilizados a serviço da dívida. Mesmo os grandes grupos industriais ampliam os componentes rentistas do lucro. As indústrias, nessa nova realidade, tem como eixo central da sua organização a *holding* que na verdade se constitui em grupos financeiros, com dominância industrial, mas com diversificação para os serviços financeiros, além de uma atividade importante como operadores no mercado cambial. Finalmente, aparecem novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais do tipo “rede” que através da subcontratação industrial possibilita a apropriação de valores já criados mediante uma punção na atividade produtiva e no excedente de uma outra.

Outra característica fundamental do atual padrão de acumulação é a globalização do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira, e não a globalização das trocas.

*Avalia-se que as empresas transnacionais (como matrizes, filiais ou demandantes em contratos de subcontratação transfronteiras) respondem por dois terços do intercâmbio internacional de “bens e serviços”. Aproximadamente 40% do comércio mundial pertence à categoria “intragrupo”. Por outro lado, como mostrado pelos próprios dados estatísticos oficiais, no decorrer dos anos oitenta e noventa, o ritmo de crescimento das trocas de mercadorias e serviços foi bastante lento. O crescimento foi inferior àquele dos anos 70 e 74, sobretudo, àquele dos investimentos diretos e dos rendimentos de capital, sem mencionar os*

<sup>79</sup> Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O novo contexto da acumulação capitalista alterou os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais. A exportação de capital, via investimento internacional, domina a internacionalização mais do que as trocas o fazem, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. Em se tratando do IED (Investimento Estrangeiro Direto), importantes alterações ocorreram em relação ao modelo do pós-guerra. Primeiro, o crescimento dos serviços, que representavam apenas cerca de um quarto do IED no começo da década de 70, já respondiam por quase a metade no fim dos anos 80, especialmente as atividades relacionadas aos investimentos nos bancos e aos seguro e serviços financeiros. O IED não mais se desloca para a ampliação da capacidade produtiva, novas plantas industriais, nem aos mercados emergentes. As aquisições e fusões de empresas existentes foram os alvos predominantes desses investimentos, bem como se concentraram na área da OCDE.

**TABELA VI**  
**Países receptores dos investimentos diretos mundiais**

Ano	Países industrializados (%)	Países em desenvolvimento (%)	Valor total em bilhões de dólares
1967	69,4	30,6	105,5
1973	73,9	26,1	208,1
1980	78,0	22,0	504,5
1989	80,8	19,2	1.402,9

Fonte: Chesnais, 1996, p.65.

Como consequência amplia-se o grau de concentração; o oligopólio mundial constitui hoje em dia a forma mais característica da oferta no espaço de concorrência, na rivalidade, e também nos acordos. Como especificidade da atual fase destaca-se a extensão das estruturas de oferta muito concentradas para a maior parte dos setores industriais com forte intensidade em Pesquisa & Desenvolvimento e de alta tecnologia, assim como para muitos setores industriais de produção em grande escala. O fluxo de trocas intrafirmas vem adquirindo peso cada vez maior.

No setor produtivo, a ofensiva conservadora neoliberal caracterizada pela desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, por políticas econômicas

monetaristas, pelo ataque à organização sindical, associada às novas tecnologias de informação aplicadas à produção industrial e a teleinformática, e as inovações organizacionais (o modelo ohnista, o sistema toyotista, o *just-in-time*) ampliaram a produtividade no setor manufatureiro e nas atividades de serviços concentradas. Por outro lado, essas mudanças provocaram precarização nas condições de trabalho e a destruição de postos de trabalho, o chamado desemprego estrutural. Essa ofensiva do capital visando a ampliação da mais-valia é uma resposta à perda de dinâmica do padrão de acumulação do pós-guerra. Deve-se ressaltar que a mobilidade alcançada pelo capital permite que as empresas migrem em busca de condições mais favoráveis de exploração da força de trabalho, agravando a precarização do trabalho e o desemprego.

Os gastos públicos, e o papel do Estado como protagonista nos investimentos produtivos, são modificados nesta era da globalização do capital. O desemprego e a estagnação do consumo, provocados pelas políticas ortodoxas predominantes, reduzem a base tributária, enfraquecendo a capacidade financeira de intervenção estatal. Essa redução nas receitas tributárias será compensada pelos governos através do aumento da dívida pública, fato que agrava a crise fiscal dos Estados, tornando-os mais débeis e frágeis diante do capital rentista. A privatização dos ativos estatais, com a transferência para as empresas privadas da oferta de bens e serviços públicos, reduziu o papel regulador do Estado. Com a liberalização do comércio e principalmente a mobilidade alcançada pelos fluxos de capitais, especialmente o capital-dinheiro, a capacidade de intervenção dos Estados para sustentar a demanda foi diminuindo.

A globalização do capital não é inclusiva. Enquanto o modelo de acumulação do pós-guerra, através das políticas keynesianas de desenvolvimento e do *Welfare State*, promoveu uma rede de proteção social, elevadas taxas de ocupação, e nas economias capitalistas periféricas impulsionou a industrialização favorecendo a superação das suas estruturas arcaicas, o atual regime de acumulação leva a um duplo movimento de polarização. A polarização interna em que, cada vez mais, amplia-se as diferenças de rendas e a exclusão social. A polarização internacional, resultante da concentração e centralização do capital e da situação do oligopólio como forma característica da oferta, aumentou o fosso entre os países centrais, que comandam a acumulação capitalista, e os da periferia. O movimento do capital que dirige o processo de globalização é excludente.

A dinâmica da financeirização reforça, segundo Chesnais (1995), a hipótese do crepúsculo de um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital industrial, ocorrendo a reafirmação pelo capital-dinheiro de uma autonomia perante o capital industrial, cujos limites são estabelecidos apenas por meio da viabilidade, a médio ou longo prazo, de “um regime de acumulação rentista”.

O regime de acumulação emergente predominantemente financeiro, resposta do capital aos sinais de esgotamento do modelo de acumulação do pós-guerra, apresenta um quadro macroeconômico nada promissor. O mundo unipolar, hegemônico por uma única superpotência, os EUA, apresenta taxas de crescimento do PIB muito baixas, deflação rastejante, conjuntura mundial extremamente instável, marcada por sobressaltos monetários e financeiros cada vez mais frequentes, alto nível de desemprego estrutural, marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e uma concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da Triade.

### **A globalização do capital e os Estados Nacionais**

As transformações ocorridas na fase da globalização do capital têm importantes reflexos sobre as relações entre o Estado e a dinâmica do processo de acumulação. O novo regime de acumulação, resultante da liberalização dos fluxos de capitais e do predomínio das políticas neoliberais, tem colocado em cheque a própria existência dos Estados Nacionais enquanto espaço soberano de formulação de políticas macroeconômicas. A relação intrínseca entre o Estado e a reprodução do capital estaria desfeita? Os Estados Nacionais, limitados pela força autônoma do mercado global, teriam se transformado numa instituição em extinção? As respostas a essas questões, e a análise dos novos aspectos das relações entre Estado e o capital serão obtidas a partir de uma abordagem crítica de diferentes teses sobre a globalização e as consequências desses fundamentos no dimensionamento do papel dos Estados Nacionais na reprodução capitalista.

A primeira formulação, originária do novo liberalismo (o *mainstream*), identifica a globalização, “a economia global” e “um mundo sem fronteiras”, como um processo,

moldado pela moderna tecnologia da informação, autônomo e socialmente sem raízes, com mercados e produtos globais. A economia mundial internalizou-se em suas dinâmicas básicas, é dominada por forças de mercado incontrolláveis, tendo como seus principais atores econômicos, e agentes de trocas, verdadeiras corporações transnacionais cujas estratégias não são moldadas e condicionadas por razões de Estado, e sim pela busca de vantagens de mercado em qualquer parte do mundo. O investimento não se limita geograficamente, o capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, bilhões de dólares cruzam os oceanos e continentes em segundos. Esse capital, de origem privada e supostamente errante, dispensaria a regulação e a intermediação estatal para a sua realização. As tecnologias de informação não só permitiram, segundo esta vertente do pensamento econômico, a atuação das empresas em diversas partes do mundo de maneira virtual, sem ter a necessidade de constituir bases físicas de operação, como tornaram esses volumosos fluxos de recursos inatingíveis por mecanismos estatais de regulação. Apresenta-se uma nova relação entre os Estados e os mercados, onde a dimensão adquirida por esse tornou os Estados Nacionais dependentes da sua confiança para implementar grande parte das políticas estatais. Ao Estado cabe assegurar o *fair play* concorrencial. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal.

*Os Estados-Nações já perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras [...] Com o final da Guerra Fria, o padrão há tanto tempo familiar de alianças e de oposições entre as nações industrializadas fragmentou-se irremediavelmente. De forma menos visível, mas sem dúvida mais importante, o próprio Estado-Nação moderno – aquele artefato dos séculos XVIII e XIX – começou a ruir (Ohmae apud Arantes, 2002, p.23).*

A lógica desse entendimento dá como superado o Estado enquanto esfera de decisão e instrumento necessário para a reprodução e acumulação do capital. A economia é dominada por forças autônomas do mercado global que ditam os seus fluxos e dinâmica, conduzindo ao fim das fronteiras nacionais e do Estado Nação. O pensamento liberal advoga que a economia mundial é ingovernável, o mercado é um substituto do governo porque é considerado como um modo satisfatório de governabilidade:

*Os teóricos extremados da 'globalização', como Ohmae (1990), sustentam que apenas duas forças têm importância na economia mundial, as forças do mercado global e as empresas transnacionais, e que nenhuma dessas é ou pode estar sujeita à governabilidade pública efetiva. O sistema global é governado pela lógica de competição do mercado, e a política pública será, quando muito, secundária, uma vez que nenhuma agência governamental (nacional ou não) pode se equiparar à escala das forças de mercado mundiais. Reiterando, esse ponto de vista considera os governos nacionais como as multiplicidades do sistema global: suas economias não são mais nacionais em qualquer sentido significativo, e eles só podem ser efetivos, como governos, se aceitarem seu papel reduzido de prover localmente os serviços públicos que a economia requer (Hirst:Thompson, 1998, p.286).*

A segunda concepção a ser descrita é, apresenta por Manuel Castells na sua obra *A Sociedade Em Rede*. Para Castells, a partir da década de 80, ocorreu uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação, desencadeando um processo de reestruturação do capitalismo cuja dinâmica esta remodelando a base material da sociedade. Essa revolução, resultante da busca de saída à crise de produtividade do modelo de acumulação do pós-guerra (industrialista), levou a um novo modo de desenvolvimento, o *informalismo*. O elemento definidor do modo de desenvolvimento é a promoção da produtividade no processo produtivo. No novo modo informacional a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento (Castells, 2001). Em todos os modos de desenvolvimento (modo agrário, modo industrial)<sup>80</sup> o conhecimento e a informação são elementos fundamentais, a especificidade do modo informacional é a ação de conhecimentos sobre os conhecimentos como principal fonte de produtividade.

O modo informacional, com a revolução das tecnologias da informação e comunicação, possibilitou mudanças na infra-estrutura criando as condições para a economia ganhar um caráter global. Mesmo atribuindo ao modo capitalista de produção

<sup>80</sup> Castells, caracteriza o modo de desenvolvimento a partir das relações técnicas de produção. A relação entre a mão-de-obra e a matéria, como uma função do uso dos meios de produção pela aplicação de energia e conhecimento define os níveis de produtividade do modo de produção. No modo agrário a expansão do excedente depende da incorporação de novos contingentes de mão-de-obra, e de novos recursos naturais (especialmente novas terras). No modo industrial, a introdução de novas fontes de energia e a capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos de produção e de circulação, são os principais promotores da produtividade (*op.cit.*, p.34-35).



uma dinâmica que busca superar limites temporais e espaciais, tendo inclusive formado o mercado mundial, Castells, considera que no final do século XX a economia mundial torna-se verdadeiramente global, e a globalidade envolve os principais processos e elementos do sistema econômico:

*O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta. (...) Os fluxos de capitais tornam-se globais e, ao mesmo tempo, cada vez mais autônomos vis-à-vis o desempenho real das economias.*

*Os mercados de trabalho não são realmente globais, exceto por um pequeno, mas crescente segmento de profissionais especializados e cientistas, porém a mão-de-obra é um recurso global, pelo menos, de três maneiras: as empresas podem escolher situar-se em diferentes lugares no mundo para encontrar a fonte de mão-de-obra que necessitam, sejam em termos de especialização, custos, ou controle social; as empresas em toda parte também podem solicitar mão-de-obra altamente especializada de qualquer lugar e a terão, contanto que ofereçam remuneração e condições de trabalho adequadas; e a mão-de-obra entrará em qualquer mercado por iniciativa própria, oriunda de todas as partes, quando seres humanos são expulsos de suas casas pela pobreza e pela guerra ou impulsionados rumo a uma nova vida cheia de esperanças para seus filhos (...)*

*Ciência, tecnologia e informação também são organizadas em fluxos globais, embora em uma estrutura assimétrica (...)*

*Apesar da persistência do protecionismo e das restrições ao livre comércio os mercados de bens e serviços estão se tornando cada vez mais globalizados (...) algumas grandes economias, por exemplo, o Japão, tem importantes segmentos (obras públicas, comércio varejista etc.) protegidos da concorrência mundial pelo governo e por isolamento cultural e institucional. E os serviços públicos e instituições governamentais por todo o mundo, que representam entre um terço e mais da metade dos empregos em cada país, de forma geral estão e continuarão fora da concorrência internacional. No entanto, os segmentos e as empresas predominantes, núcleos estratégicos de todas as economias, estão profundamente conectados com o mercado mundial e seu destino é uma função do seu desempenho nesse mercado. O dinamismo dos mercados internos depende, em última análise, da capacidade das empresas do país e das redes de empresas para competir globalmente (...) Os segmentos dominantes da maioria dos setores econômicos (tanto bens, quanto serviços) estão organizados mundialmente em seus procedimentos operacionais reais, formando o que Robert Reich rotulou de "a rede global" (ibid., p.111-114).*

A sociedade em rede, fruto da nova economia informacional, funciona em escala global. No entanto, diferentemente dos neoliberais, Castells não advoga o fim do Estado-Nação; pelo contrário, ressalta a sua importância mesmo tendo a globalização limitado o alcance da sua intervenção econômica.

*Entretanto, há algo mais na avaliação crítica do conceito de globalização; em sua versão simplista, a tese da globalização ignora a persistência do Estado-nação e o importantíssimo papel do governo na definição da estrutura e da dinâmica da nova economia (...) Dados mostram que a regulamentação e as políticas governamentais afetam as fronteiras internacionais e a estrutura da economia global. Não há nem haverá no futuro previsível um mercado internacional aberto totalmente integrado para mão-de-obra, tecnologia, bens e serviços enquanto existirem Estados-nações (ou associações de Estados-nações, como União Européia) e enquanto houver governos para promover, na concorrência global, os interesses de seus cidadãos e das empresas nos territórios sob sua jurisdição. Ademais, a nacionalidade corporativa é relevante ao comportamento corporativo, como indicam as várias pesquisas produzidas pelo Centro sobre Empresas Transnacionais da ONU (...)*

*Todavia, a tendência geral predominante aponta para a crescente interpenetração dos mercados (...) Além disso, a integração quase total dos mercados de capital confere a todas as economias uma interdependência global. No entanto, por causa da persistência das nações e governos nacionais e devido ao papel dos governos que usam a concorrência econômica como ferramenta de estratégia política, é provável que fronteiras e separações entre as principais regiões econômicas continuem a existir por muito tempo, estabelecendo uma diferenciação regional da economia global (ibid., p.115-117).*

Para Castells a existência dos Estados-nações estabelece limites à globalização e essa, por sua vez, compromete a capacidade instrumental do Estado:

*A capacidade instrumental do Estado-Nação está comprometida de forma decisiva pela globalização das principais atividades econômicas, pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica e pela globalização do crime (...) A consequência é que os Estados-Nação tomados individualmente estão perdendo e efetivamente perderão o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas (...) mídia passou a ser global, contando com capital, talentos, tecnologia e envolvimento de grandes empresas em todo o mundo, fora do alcance dos Estados-Nação (...) a globalização do crime também subverte o Estado-Nação, transformando procedimentos de governo de forma profunda e deixando o Estado, em muitos casos, efetivamente de mãos atadas (Castells apud Arantes, 2002, p.24).*

Uma nova abordagem sobre a globalização e o papel dos Estados-nação é apresentada pelas teses de Michael Hardt e Antonio Negri. O ponto de partida é a constatação da existência de uma economia global, cujo processo de globalização tem gradualmente diminuído a soberania dos Estados. A produção e troca - dinheiro, tecnologia, pessoas e bens - ocorrem a partir de fluxos acima das fronteiras nacionais:

*O capital parece se defrontar com um universo ameno ou, com efeito, um mundo definido por novos e complexos regimes de diferenciação e homogeneização, ora se desterritorializando, ora se territorializando. A construção dos caminhos e limites desses fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, como resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (Hardt: Negri, 2001, p.13).*

Em outro trecho do seu livro *Império*, Hardt e Negri sintetizam o ponto de vista do declínio da soberania dos Estados-nação frente ao mercado globalizado:

*Hoje (...) as grandes companhias transnacionais superaram efetivamente a jurisdição e a autoridade dos Estados-nação. Parece, pois, que essa dialética que durou séculos chega a seu fim: o Estado foi derrotado e, hoje, as grandes empresas governam a Terra! (Hardt: Negri, apud Borón, 2003, p.30).*

A perda da capacidade de regular os fluxos de produção e circulação de mercadorias, confirmação da impotência do Estado-nação frente à economia, não significa para os autores que a soberania, o exercício do poder, esteja em declínio. A soberania tomou uma nova forma composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Essa nova forma global de economia é chamada de Império. O Império corresponde a uma nova fase do capitalismo resultante da globalização dos fluxos econômicos e da declinante soberania do Estado-nação frente a esse movimento. O conceito de Império não se confunde com a existência, na atualidade, de uma potência imperial<sup>81</sup>, uma nação com capacidade de ocupar o centro do poder global. O surgimento do Império anuncia também a superação

<sup>81</sup> Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. (ibid., p.14)

da fase imperialista do capitalismo, que tinha na soberania do Estado-nação um dos seus fundamentos:

*A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras (Hardt: Negri, 2001, p.12).*

Ao rejeitarem as duas principais concepções<sup>82</sup> sobre a origem da ordem global, os autores citados definem a constituição do Império como uma necessidade do capitalismo de compatibilizar o poder econômico global a uma nova configuração jurídica, pós-colonial e pós-imperialista, supranacional de poder político.

Uma visão distinta sobre a caracterização da atual fase do desenvolvimento capitalista é defendida por Hirst e Thompson (1998). Ao contrário das três contribuições teóricas anteriores, eles não consideram a existência de uma economia global. As relações econômicas atuais ocorreriam num mercado mundial aberto, baseado nas nações comerciais sendo regulado, em diferentes níveis, pelas políticas públicas dos Estados nação e pelas agências supranacionais. Ao sustentarem que a globalização, defendida pelos liberais, é um mito, relacionam cinco argumentos básicos:

1. *A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes (...) Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914.*

2. *Empresas genuinamente transnacionais parecem relativamente raras. A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializam multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas (...)*

3. *A mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento(...)*

<sup>82</sup> A concepção liberal que explica o surgimento da ordem atual (global) espontaneamente da interação de forças globais radicalmente heterogêneas, como se essa ordem fosse um concerto harmonioso orquestrado pela mão neutra e oculta do mercado mundial. A segunda, parte da idéia de que a nova ordem é ditada por uma única potência e um único centro de racionalidade transcendente para as forças globais, guiando as diversas fases do desenvolvimento histórico segundo um plano consciente e onisciente, algo assim como uma teoria conspiratória da globalização (ibid., p.21).

4. *Como admitem alguns dos defensores extremados da globalização, a economia mundial está longe de ser genuinamente 'global'. Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Triade da Europa, Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar.*

5. *Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3, têm então capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas. Os mercados globais de modo algum estão, assim, fora da regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pela doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites (op.cit., p.15).*

Com base nesses argumentos de desenvolvimento desigual e hierarquizado a economia internacional não corresponde ao modelo econômico globalizado. Com isso, os Estados-nação têm um papel significativo a desempenhar na governabilidade econômica, no nível dos processos nacionais assim como internacionais. Os mercados e as empresas não podem existir sem um poder público para protegê-los. No entanto, os Estados, depois da era Keynesiana do pós-guerra, são menos autônomos, têm menos controle exclusivo sobre os processos econômicos e sociais dentro de seus territórios, e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural. O desenvolvimento das armas nucleares modificou as condições da guerra, enfraquecendo a base central do Estado, bem como as novas tecnologias de comunicação e informação retiraram do Estado o controle exclusivo do seu território e reduziram a homogeneidade cultural. As novas restrições impostas à ação do Estado não retiraram a sua centralidade nem importância na atual fase:

*Os Estados-nação não devem mais ser vistos como poderes 'governantes' capazes de impor resultados em todas as dimensões da política dentro de um determinado território por meio de sua própria autoridade, mas como locais a partir dos quais formas de governabilidade podem ser propostas, legitimadas e monitoradas. Os Estados-nação são, agora, simplesmente uma classe de poderes e de agências políticas em um sistema de poder complexo dos níveis mundiais aos locais, mas têm uma centralidade devido à sua relação com o território e a população (ibid., p.294).*

No fechamento do livro *A Globalização em questão*, Hirst e Thompson, ao avaliarem as crises do mercado financeiro dos anos 90, concluem pela premência de mais regulação e melhor governabilidade, cuja base é a existência dos Estados-nação.

Uma importante interpretação sobre o fenômeno da globalização é desenvolvida por François Chesnais. Partindo da hipótese que a globalização corresponde a um novo regime mundial de acumulação<sup>83</sup>, Chesnais destaca que nessa fase o capitalismo, cujo funcionamento depende do capital privado altamente concentrado, é predominantemente rentista e parasitário. Os anos 90 encerram um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital industrial. A partir daí o capital-dinheiro, e o seu movimento, tende a imprimir sua marca no conjunto das operações. Como consequência temos a reafirmação pelo capital-dinheiro de uma *autonomia* perante o capital industrial, cujos limites depende da *viabilidade* a médio ou longo prazo de um “regime de acumulação rentista” (Chesnais, 1995, p.7). Mesmo os grupos industriais têm acrescido na composição dos seus *lucros* operacionais as *rendas*, passando a existir uma tênue distinção entre *rendas* e os *lucros*, fato que reforça o traço rentista inclusive nos setores produtivos. Por considerar o termo “globalização” vago e impreciso quanto ao caráter capitalista dessa expansão, internacionalização do capital, ele adotou a expressão “mundialização do capital” para denominar essa fase. O conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira (op.cit., p.4). Os fluxos intrafirmas vêm adquirindo peso cada vez maior, aparecendo novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais do tipo “rede”. A mundialização promove um movimento de polarização da riqueza, ampliando as desigualdades sociais dentro de cada país e a distância entre os países capitalistas centrais e os da periferia, tendo a exclusão como um traço marcante.

As teorizações de Chesnais, acima sintetizada e amplamente desenvolvida neste capítulo, sob a atual fase do desenvolvimento capitalista, implicam em novas relações entre o capital e os Estados-nações. Mesmo caracterizando os grandes grupos econômicos que controlam o mercado mundial como originários basicamente da Europa, Estados Unidos e Japão, portanto um domínio *triádico* do mercado mundial, o autor destaca importantes limites interpostos à autonomia dos Estados na definição de políticas econômicas:

---

<sup>83</sup> Resultante do movimento de liberalização dos mercados financeiros ocorridos na década de 70, das políticas dos EUA de defesa do dólar, e das políticas neoliberais (Thatcher, Reagan, Kohl).

*Insistiremos aqui sobre o modo pelo qual os grupos industriais deixam sua marca na estrutura do comércio internacional, notadamente ao criar, mediante seus intercâmbios internos de grupo e suas redes de subcontratação internacional, fluxos comerciais que são impostos aos Estados como um dado sobre o qual a maioria destes não pode exercer nenhuma influência (...)*

*A restrição que o "comércio administrado", resultado das operações dos grandes grupos, exerce sobre a ação dos Estados é menos visível e menos brutal nos seus efeitos de curto prazo do que aquela exercida pelos mercados financeiros. No entanto, não deixa de modificar fortemente a capacidade dos Estados em governar as variáveis a partir das quais "os mercados" pronunciam-se a respeito da saúde de uma moeda (ibid., p. 13-15).*

A desregulamentação dos mercados financeiros, a adoção de taxas de câmbio flutuantes, as políticas neoliberais de privatizações, e o nível de endividamento dos Estados nacionais em relação aos fundos privados levou à esmagadora maioria dos países capitalistas a:

*(...) perder boa parte da sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocontrolado e independente, com o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos, da possibilidade de levar adiante políticas próprias (Chesnais, 1996, p.34).*

Finalmente, ao constatar que o novo regime de acumulação apresenta como traços marcantes: a instabilidade, taxas de crescimento de PIB muito baixas, deflação rastejante, altos níveis de marginalização de regiões inteiras, sobressaltos financeiros e monetários cada vez mais frequentes, Chesnais identifica a necessidade do Estado para o processo de acumulação do capital mesmo considerando as restrições impostas na atualidade à sua ação.

*A economia mundial parece ter ingressado numa fase depressiva de longa duração, da qual somente poderia sair mediante **choques "externos"**<sup>84</sup> à economia, no sentido estrito da palavra. Os mecanismos endógenos do capitalismo, em particular nos países centrais do sistema, tendem a ter por alvo menos a acumulação sob a forma de investimentos geradores de nova capacidade do que a salvação/manutenção das posições adquiridas - cuja posição financeira rentista constitui a expressão mais acabada (Chesnais, 1995, p.1).*

<sup>84</sup> Grifo nosso.

István Mészáros em suas obras *Para Além do Capital*, e *O Século XXI: Socialismo ou Barnárie?* trata do tema globalização a partir de um referencial marxista. Inicia sua análise referindo-se à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais, estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida, como uma das limitações e contradições mais importantes do sistema capitalista. A atual fase do desenvolvimento capitalista é caracterizada como uma fase do *Imperialismo*. Para Mészáros o imperialismo teria três fases distintas: a primeira, criada com a expansão de alguns países europeus por várias partes do mundo é chamada de *imperialismo colonial moderno construtor de impérios*; a segunda, retratada por Lenine, *Imperialismo "redistributivista" antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas*, que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e a fase atual, o *Imperialismo global hegemônico*, emergente da crise estrutural do sistema do capital pouco depois do final da Segunda Guerra, em que os Estados Unidos são a força dominante e cujo imperativo é a construção de um comando abrangente do capital sob um "governo global" dirigido pelos EUA (Mészáros, 2003, p.72). A globalização do capital apesar de produzir e continuar produzindo empresas transnacionais, não gerou companhias propriamente multinacionais<sup>85</sup>.

*No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer os seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. Naturalmente, as formas e os recursos deste papel facilitador se aliam de acordo com a modificação das relações de forças no país e no exterior devida à mudança das circunstâncias históricas (...) No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da "diplomacia das canhoneiras" – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital (Mészáros, 2002, p.113)*

<sup>85</sup> O conceito de empresas transnacionais é utilizado por Mészáros para as empresas que são de fato organizações nacionais e funcionam em escala global, enquanto as multinacionais seriam empresas com poder de comando e interesses extraterritoriais. A expressão "multinacional" é frequentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global (Mészáros, 2002, p.229).



Portanto, o Estado nacional continua sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, os empreendimentos econômicos transnacionais têm no Estado o garantidor real dos riscos. O envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital é sempre crescente. A conclusão desse autor sobre a atual crise estrutural do capital está relacionada à necessidade crônica de oferta ilimitada de *ajuda externa* para a sua reprodução e a *insuficiência crônica de ajuda externa* referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer.

A compreensão do capitalismo como um modo de produção de alcance global desde a sua gênese, possuidor de uma tendência endógena à mundialização, é desenvolvida por Alex Fiuza de Melo. A compreensão da atual etapa do capitalismo tem como ponto de partida o conceito de *Globalismo*<sup>86</sup>. Esse conceito é associado à hipótese de emergência de um *novo patamar* de ordenamento da vida social, institucionalmente articulado em *plano supra-nacional*, em que o centro das atenções se volta:

*Para construção de uma realidade (relações, processos e estruturas) não mais simplesmente determinada (como no passado) pela expansão e/ou difusão horizontal/centrífuga de ações econômicas, políticas e culturais entre nações (sob impulso e primazia daquelas hegemônicas) – internacionalização – , mas configurada por meio de uma dinâmica progressivamente transversal/centrípetra de efetividade societal, plasmada em plano concretamente trans-nacional (global) de materialidade (Mello, 2001, p.198).*

A era do globalismo teria iniciado no pós-guerra, nos chamados *anos dourados* do desenvolvimento capitalista, onde ocorreu uma expansão da produção e do mercado criando as condições para a operação da economia mundial acontecer amplamente por sobre as fronteiras dos Estados (transnacionalidade). Assim o globalismo não resultaria da crise do modelo de acumulação do pós-guerra como é defendida por diversos teóricos.

O autor critica vários intelectuais<sup>87</sup>, ressaltando suas contribuições à compreensão de aspectos importantes da novo contexto do capitalismo, que por se

<sup>86</sup> Conceito originalmente desenvolvido por Octavio Ianni em suas obras *A era do globalismo*, *A sociedade global e Globalismo e Imperialismo*.

<sup>87</sup> Samir Amim (*A crise do imperialismo*); Christian Palloix (*L'Economie Mondiale Capitaliste*); E.Mandel (*Ensayos sobre el Neocapitalismo*); Immanuel Wallerstein (*The Capitalist World-Economy*).

manterem presos ao paradigma da *Teoria do Imperialismo*<sup>88</sup> não incorporam os fatores fundantes da nova ordem mundial: a configuração *transnacional* adquirida pelo capital superacumulado (fundamento do globalismo). O processo de globalização tem a chave de sua inteligibilidade no *grau de concentração e centralização (agora trans-nacional) do capital* e não na *sua forma financeira dominante (tomada em si mesma)*. Assim, a era do globalismo, mais que propriamente a era do capital financeiro, é a era dos *oligopólios transnacionais*, da aceleração transfronteiras do processo de concentração/centralização do capital. Esse capital está cada vez mais descolado dos limites e imperativos tradicionais, e são menos condicionados pelas instâncias dos poderes estatais nacionais (ibid., p.248). O Estado-nação, no novo quadro de planetarização político-estratégica efetivada sob a hegemonia das organizações transnacionais, tem redimensionado o seu papel:

(...) os Estados-nações – como designa René Dreifuss<sup>89</sup> são transformados em meros pivôs político-estratégicos, espécie de links locais que articulam a rede de interesses da “nova oligarquia (poliárquica) planetária”, , refuncionalizados para cumprir, primordialmente, a tarefa de garantir a estabilidade e previsibilidade político-institucional, econômica e societária – as condições ambientais de capital de risco, investimentos de grande monta (Mello, ibid., p.249).

O globalismo, que possui como centro dinâmico a acumulação de capital, é visto como um novo patamar na escala da sociabilidade humana (ora *trans-nacional*), é concebido como uma *nova etapa do capitalismo*: uma etapa superior à do imperialismo.

<sup>88</sup> O paradigma do imperialismo é caracterizado, segundo Mello, pela centralidade do Estado-nação como motor último de todo o processo constitutivo do sistema mundial-o mercado mundial e a especialização produtiva internacional (op.cit., p.234).

<sup>89</sup> R. Dreifuss, *A época das perplexidades*.

## **Conclusões acerca das relações entre os Estados Nacionais e a globalização do capital.**

As nossas conclusões têm como ponto de partida a definição da fase de globalização do capital<sup>90</sup> como um novo modelo de acumulação gestado a partir da crise do modelo de acumulação do pós-guerra e resultante de dois importantes fenômenos: a globalização financeira, e a política deliberada de retomada da hegemonia mundial adotada pelos EUA no final da década de 70. Portanto, a “nova ordem” não surge espontaneamente do mercado auto regulado, nem à margem dos interesses dos Estados-nação. Adotamos a caracterização da predominância rentista e parasitária do novo padrão de acumulação. A financeirização crescente, particularidade da atual fase, não pode ser minimizada. Ao subestimar principalmente esse aspecto, entre outros, Hirst e Thompson não identificaram a essência dessa nova fase do capitalismo, nem as mudanças qualitativas ocorridas, limitando-se a desmontar a concepção liberal<sup>91</sup> sobre a globalização. Quanto ao desenvolvimento tecnológico, concentrado nas tecnologias da informação, ele se constitui num importante facilitador da globalização dos fluxos financeiros e de produtos, e possibilita a ampliação da produtividade do trabalho, porém não se constitui fator desencadeador do processo de reestruturação que levou ao novo padrão de acumulação.

Do ponto de vista da periodização do desenvolvimento capitalista consideramos a atual fase como uma fase da etapa do capitalismo monopolista ou imperialismo. Os principais fundamentos da etapa imperialista estão presentes no novo regime de acumulação<sup>92</sup>: domínio da economia mundial pelos monopólios, altos níveis de concentração e centralização do capital; presença de uma forte oligarquia financeira e crescimento do capital parasitário; a exportação de capitais passa a ser mais decisivo que a exportação de mercadorias; repartição do mundo entre os grandes grupos monopolistas; repartição do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. A economia mundial tem nas empresas transnacionais situadas nos EUA, Japão e Europa

<sup>90</sup> Cujas características foram apresentadas com detalhes no início deste capítulo.

<sup>91</sup> Tarefa cumprida com maestria em *Globalização em questão*, quando tratam do mito da globalização.

<sup>92</sup> Com as suas particularidades e modificações já apresentadas.

(a Triade) a fonte de controle e determinação dos grandes fluxos de capitais e produtos. Os EUA exercem um poder unipolar, que utilizando-se da supremacia militar e a força da sua economia, impõe decisões e ações às diversas instituições supranacionais (ONU, OTAN, etc.) de acordo com os interesses dos seus monopólios. O *Império*, como advogam Hardt e Negri, sem um centro territorial de poder e um aparelho descentralizado com uma configuração jurídica supranacional de poder não passa de uma idealização teórica. Os grandes monopólios, mesmo atuando em escala global, tem uma forte base nacional e comercializam multinacionalmente fundado em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e na ação positiva dos seus Estados Nacionais na busca de garantias e condições favoráveis para a sua reprodução. O Estado-nação continua tendo centralidade como elemento constitutivo do sistema mundial; mesmo os empreendimentos econômicos transnacionais têm no Estado o garantidor real dos riscos. O *Globalismo*, de Alex Fiuza Mello, conceituado como uma etapa superior à do imperialismo torna-se insuficiente e impreciso ao não constatar a relação dinâmica e endógena existente entre o movimento de concentração/centralização do capital no plano nacional e no mercado mundial e as funções, e ações positivas do Estado no processo de acumulação.

O Estado continua na atual fase sendo um *locus* fundamental para o processo de reprodução do capital. O esgotamento do padrão do pós-guerra não significou *que as grandes companhias superaram efetivamente a jurisdição e a autoridade dos Estados-nação, que o Estado foi derrotado e, hoje as grandes empresas governam a Terra (Hardt, Negri)*. Nos parece mais adequado afirmar que as funções desempenhadas pelo Estado no pós-guerra não mais atendiam aos ditames do novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, deixando tal modelo de ser orgânico aos interesses de acumulação do capital. Assim, o Estado assumirá novas funções de acordo com as necessidades do capital, e do pensamento hegemônico dirigente.

O neoliberalismo, doutrina econômica hegemônica na nova fase, afirmava que a regulação exercida pelo Estado do bem-estar destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. E devido ao poder excessivo dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais, as bases de acumulação capitalista foram corroídas (Anderson, 1995, p.10). Daí a defesa de um Estado mínimo.

As reduções drásticas dos gastos sociais, a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, são respostas do capital à crise. São formas, encontradas pelo capital, para reduzir ao máximo possível a quantidade de mais-valia destinada à manutenção do Estado, redirecionando as receitas estatais para áreas de interesse da valorização do capital.

Na esteira desse argumento localizam-se também os processos de privatizações. Apesar da intensa propaganda se referir a esse movimento como a ocupação pelo capital privado de áreas onde o Estado atua com ineficiência e desperdício, as privatizações objetivam a abertura de novos espaços para a exploração do capital que antes eram monopólio estatal. Para a atuação do capital privado no segmento de infra-estrutura<sup>93</sup> é mister que o preço dos produtos ou serviços tenha alcançado um patamar que possibilitasse a produção de excedente ou de mais-valia, tornando essas áreas atraentes.

*Exemplo disso são as privatizações dos sistemas de telefonia, geração e transmissão de energia, conservação de rodovias etc. Aqui se pode perceber claramente como esse desenvolvimento das forças produtivas possibilitou ao capital atuar em espaços que antes não lhe eram lucrativos. Para isso, entre outras medidas, o Estado procedeu a investimentos maciços nas áreas a ser ocupadas pelo capital, bem como fez o chamado "choque de tarifas". Além disso, normalmente, como no caso brasileiro, são disponibilizados amplos financiamentos às empresas que venham a assumir os serviços privatizados. Há ainda o fato de que, a despeito de todo o discurso sobre a necessidade de desregulamentação da sociedade, em especial das relações trabalhistas, todos os contratos de concessão e/ou privatização são indexados, com o intuito explícito de garantir margem mínima de lucro ao capital beneficiário. A liberdade de mercado termina onde começam os interesses de lucro dessas frações do capital beneficiárias das ações do Estado. (Figueiredo, 2003, p.147).*

A gestão da força de trabalho, pelo Estão neoliberal, através da desregulamentação e da flexibilização das relações de trabalho, da imposição de uma legislação anti-sindical, e do enfrentamento ao movimento sindical, corresponde à necessidade de criar condições favoráveis a ampliação da produção de mais-valia, quando a economia capitalista, em crise, apresentava acentuada queda de produtividade.

Uma outra particularidade da atuação estatal no período da globalização é o lugar de destaque ocupado pelas taxas de juros e as taxas de câmbio na definição das

políticas econômicas dos governos. A adoção de taxas de câmbio flutuante, vem sistematicamente beneficiando o capital financeiro, rentista. Através dos movimentos especulativos o erário público transfere para esse setor do capital fabulosas somas de recursos. Por sua vez, a política monetária de natureza deflacionária, baseada em taxas de juros positivas, corresponde às necessidades (senão exigências) do capital-dinheiro detentor dos títulos da dívida pública. Os pagamentos dos juros da dívida externa e interna tem se constituído num importante mecanismo de valorização do capital-dinheiro:

*Chegamos aos anos 90 com um fenômeno estatal totalmente novo. O movimento de capitais mundiais passa cada vez mais pelas dívidas públicas. A especulação cambial, antes vinculada ao comércio internacional, associou-se aos movimentos de capitais, com o aumento de remessas de lucros, o pagamento de serviços técnicos e outros, o crescimento do turismo e finalmente, o pagamento de juros, que passaram a dominar o balanço de pagamentos de muitos países.*

*Neste mundo cada vez mais subjugado pelo capital financeiro, o Estado aumentou enormemente suas tarefas. Além das novas atividades ligadas à organização da produção e à formação e desenvolvimento da mão-de-obra, assim como a expansão do mercado, que incorporaram depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados nacionais passaram a alimentar o movimento do capital financeiro através de colossais dívidas públicas pagas com altíssimas taxas de juros, sobretudo a partir dos anos 80.*

*[...] A verdade é que o intervencionismo estatal no setor financeiro foi a chave da fantástica expansão do capital financeiro nos anos 70, 80 e 90 do século passado. Sem ela não haveria globalização tal como se configurou nesse período. (Santos, 2001)*

Chesnais (1995) registra também o redirecionamento das orientações estatais conforme os interesses do capital financeiro:

*As prioridades da política econômica de muitos governos, não apenas da periferia como também do coração do sistema, tornaram-se o pagamento dos juros e do principal das dívidas públicas e a garantia de taxas reais positivas, implementando políticas sob a égide do combate à inflação (cuja ameaça aparece nos Estados Unidos e na Europa assim que o índice de preços permanece dois meses seguidos com meio ponto a mais!). A tonalidade congenitamente deflacionista da conjuntura mundial encontra aqui uma de suas principais causas. (Chesnais, 1995, p. 22).*

---

<sup>83</sup> Historicamente assumido pelo Estado por não ser rentável, ou ter um retorno dos investimentos a longo prazo.

O postulado neoliberal sobre o livre comércio (a abertura comercial) e a insuficiência do Estado se constitui, na prática, numa política dos países capitalistas centrais visando debilitar a soberania e autonomia dos Estados periféricos na definição de políticas econômicas, facilitando a ocupação dos seus respectivos mercados pelos monopólios da Triade. Protecionismo, restrições comerciais extra-alfandegárias, subsídio à agricultura, isenção de impostos, medidas cambiais, endividamento público, participação estatal no desenvolvimento científico e tecnológico, mecanismos de intervenção do Estado em apoio ao grande capital continuam agindo nas grandes economias capitalistas. Mesmo a economia mundial encontra-se nos seus grandes fluxos de comércio, de investimento e financeiro, concentrados na Triade da Europa, Japão e América do Norte. Portanto, essas três grandes potências econômicas, e os respectivos Estados Nacionais envolvidos, têm a capacidade, especialmente, de coordenar as políticas e de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas.

O processo capitalista de acumulação, baseado na produção de mais-valia, é marcado por crises originadas nas suas contradições internas, e expressas na Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro. Com o crescente desenvolvimento do capitalismo e das suas crises, o Estado, além de garantidor das condições gerais para a reprodução, foi obrigado a intervir diretamente no processo de reprodução por meio de uma redistribuição sistemática, incorporação de ações produtivas e de uma regulação econômica na esfera da circulação, constituindo um movimento de contratendência fundamental à acumulação capitalista. Na globalização do capital, como ficou demonstrado, essas funções do Estado não foram assumidas pelo mercado. A relação orgânica entre o Estado e o capital não se dilui na fase atual do imperialismo. O Estado ao longo do desenvolvimento capitalista vem acrescentando novas funções a fim de acompanhar a evolução da acumulação capitalista. O acirramento das contradições endógenas desse modo de produção<sup>94</sup>, na fase da globalização do capital, torna a ação do Estado cada vez mais ampla, reafirmando a sua necessidade permanente e crescente.

---

<sup>94</sup> Tendência à centralização e concentração do capital; produção social x apropriação privada; superacumulação; superprodução.

- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenine e Gramsci. São Paulo, L&PM Editores, 1996. 93 p.
- HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **IMPERIO**. Rio de Janeiro, Record, 2001. 501 p.
- HILDERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 180 p.
- HIRSCH, Joachim. **Elementos para una teoria materialista del Estado**. In: Críticas de la economía política. México, D.F., números 16/17, 1979.
- HIRST, Paul, THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis, Vozes, 1998. 364 p.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: Marx, Karl: **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 136 p.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 343 p.
- HOBSON, John A. **A evolução do capitalismo moderno**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 368 p.
- HOBSON, John A. **Imperialismo : A Study**, Michigan, University of Michigan Press, 1985.
- HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. **Introduction: Towards a Materialist Theory of the State**. In: Holloway, J. e Picciotto, S (Eds.), **State and Capital: a Marxist Debate**, Austin, University of Texas Press, 1979. (CD-ROM)



- JESSOP, Bob. **A globalização e o Estado nacional**. In: Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, N° 7, 1998.
- JÚNIOR, Hifário Franco, CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo, Atlas S.A, 1989. 283 p.
- LENINE, Vladimir I. **O estado e a revolução**. São Paulo, Hucitec, 1983. 79 p.
- LENINE, Vladimir I. VII Conferência de abril de toda a Rússia do POSDR(b). In: LENINE. V.I **Obras Escolhidas vol 2**. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. 770 p.
- LENINE, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Teoria, Coleção Base, São Paulo, Global, N° 23, 1985. 127p.
- LENINE, Vladimir I. **Sobre o imposto em espécie**. In: A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de estado – transição – socialismo. Teoria, Coleção Base, São Paulo, Global, N° 52, 1987. 295p.
- LIPIETZ, A. & LEBORGNE, D. **O pós-fordismo e seu espaço**. In: Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VIII, n° 25, 1988, pp 13-29.
- LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 288 p.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 418 p.
- KAUTSKY, Karl. Accumulation and Imperialism. In: **Karl Kautsky: Selected Political Writings**. Londres, Macmillan Press, 1983.

- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 417 p.
- MARINI, Ruy Mauro. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista**. In: Praga- Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, nº 3, 1997, pp.89-107.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980. 1077 p.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: In: Os pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978. 404 p.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo, Global, 1986. 183 p.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852)**. In: **Marx**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978. 406 p.
- MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas vol 2**. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. 355 p.
- MATHIAS, G. SALAMA, P. **O Estado Super Desenvolvido**. São Paulo, Brasiliense, 1983. 206p.
- MAURO, Frédéric. **História econômica mundial: 1790-1970**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 506p.
- MELLO, Alex Fiúza. **Marx e a globalização**. São Paulo, Boitempo, 1999. 286p.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: Um prólogo em homenagem a Celso Furtado**. In:

- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (orgs). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis, Vozes, 1998. 413 p.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie ?** São Paulo, Boitempo, 2003. 116p.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** São Paulo, Boitempo, 2002. 1102 p.
- MILLIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 334 p.
- MILLIBAND, R. **Poulantzas and the Capitalist State.** In: New Left Review, vol.82, nov/dec, 1973.
- MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo.** De Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro, Paz e Terra Economia, 1985, 2ª edição. 279 p.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas.** Revista Economia, ANPEC, Vol.2, nº2, julho/dezembro 2001.
- POLANYI, K. **La gran transformación.** Los orígenes Políticos y Económicos de Nuestro Tempo. México, Fondo de Cultura Económico, 1992.
- POLANTTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais.** Porto, Portucalense Editora, 1971.
- POLANTTZAS, N. **O Estado, o Poder e o Socialismos.** Rio de Janeiro, Graal, 2000. 272 p.
-

## BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, E. **Some Problems of State Interventionism: The “particularization” of the State In Bourgeois Society.** In HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S (Eds.). *State and Capital: a Marxist Debate*, Austin, University of Texas Press, 1979.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo.** As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1995. 205 p.
- ARANTES, Aldo. **O FMI e a nova dependência brasileira** .São Paulo, Alfa Omega, 2002. 209p.
- ARIENTI, Wagner Leal. **Do estado keynesiano para o estado schumpeteriano na transição pós- fordista: crítica às hipóteses de Jessop.** Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: warianti@cse.ufsc.br, 2000. 22 p.
- BALANCO, Paulo. **As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização. Anais do IV Encontro de Economia Política,** Porto Alegre, 01 a 04 de junho de 1999, (CD-ROM).
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.**In: **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público.** Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1994. 180 p.
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo : de 1500 aos nossos dias.** São Paulo. Ed. Brasiliense , 1991. 407 p.
- BORON, Atilio. **Império :duas teses equivocadas.** In: *Princípios. Revista teórica, política e de informação*, Nº69, 2003, pp 30 – 37.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 1987. 94 p.

BRUNHOFF, Suzanne. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo, UNESP, 1991. 182 p.

BRUNHOFF, Suzanne. Crise capitalista e política econômica. In POULANTZAS, Nicos (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. 338 p.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 164 p.

BUKHARIN, Nikolai. **El imperialismo y la acumulación de capital**. Cidade do México, Ediciones Pasado y Presente, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura vol 1. São Paulo, Paz e Terra, 2001. 617 p.

CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996. 335 p.

CHESSNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade. Campinas, (5):1-30, dez 1995.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 284 p.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas vol 3**. São Paulo. Alfa-Omega, 1980. 352 p.

- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionista.** São Paulo, Cortez, 2000. 117 p.
- FAUSTO, R. **Marx: Lógica e Política.** São Paulo, Brasiliense, Tomo II, 1987.
- FERNANDES, Luiz. **A gênese da teoria do imperialismo.** In: Princípios. Revista teórica, política e de informação, dezembro, 1988, pp 16 – 23.
- FIGUEIREDO, Mario João. **A configuração econômica do Estado na sociedade capitalista contemporânea.** Tese de doutorado, Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003 . 169 p.
- Financial Times (2001). **Globalização sobreviverá aos ataques terroristas.** Home Page. <http://www.uol.com.br/times/fintimes/ult579u39.shl>. P.1-2
- FIORI, José Luís (org). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, Vozes, 1999. 492 p.
- FIORI, José Luís .Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (orgs). **O Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis, Vozes, 1997. 413 p.
- GALVÃO, L.A. **Capital ou Estado ?.** São Paulo, Cortez, 1984. 360 p.
- GERRATANA, Valentino. **Estado socialista e capitalismo de Estado.** In: A Nova Política Econômica (NEP) : Capitalismo de estado – transição – socialismo. Teoria, Coleção Base, São Paulo, Global, Nº 52, 1987. 295p.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro, EDUERJ: Contraponto, 2001. 624 p.
- SANTOS, Theotônio dos. **Estado, especulação e as novas “teorias econômicas”**. Gazeta Mercantil, 17/10/2001, A-3, São Paulo.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Os Economistas vol 1. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 405p.
- SINGER, Paul. Um Histórico da Globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2, 1997, São Paulo. **Anais do II Encontro de Economia Política**. São Paulo: PUC/SP, 1997. 569 p.
- SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 288 p.
- TAVARES, Maria da Conceição, MELIN, L.E. A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (orgs). **O Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997, 413 p.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo, Paz e Terra, 1993, 193 p.
- VIANA, André Rego. **O sistema monetário internacional**. In: Princípios. Revista teórica, política e de informação, n.68, abril, 2003, pp 42 - 46.
- WEBER, Max. **História geral da economia**. Mestre Jou, São Paulo, 1968.

